



**GOVERNO FEDERAL**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA**

# 149<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Realizada em  
Brasília/DF.  
11 de Março de 2026.

*(Transcrição ipso verbis)*  
*Empresa RDK Degravações e Event*

1 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia senhoras e senhores. Conselheiros  
3 e Conselheiras do CONAMA. Bem-vindos a 149ª Reunião Ordinária do Conselho  
4 Nacional do Meio Ambiente. Nós vamos dar início, a Ministra Marina Silva está  
5 terminando a participação na abertura do Conselho Nacional de Povos e Comunidades  
6 Tradicionais. Teve um pequeno atraso, infelizmente. Então, ela pediu para darmos início  
7 e na sequência, ela se junta a nós para fazer o seu pronunciamento. Mas, agradeço a  
8 presença de todos e damos início imediato a apresentação dos novos Conselheiros, peço  
9 que a nossa Diretora Marcela Moraes faça a leitura dos novos conselheiros, por favor.

10 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
11 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Bom dia. Então, os novos conselheiros pela... São  
12 duas portarias, não é? A Portaria nº 166 e a Portaria nº 200. Na Agência Nacional de  
13 Águas e Saneamento Básico, suplente, Larissa Oliveira Rego. Advocacia Geral da União,  
14 suplente, Natalia de Melo Lacerda. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania,  
15 titular, Rui Leandro da Silva Santos e suplente, Cândida de Souza. Ministério das  
16 Mulheres, titular, Alessandra Jacobosk e suplente, Ana Lúcia de Souza Pinto. Ministério  
17 das Relações Exteriores, titular, Carolina Hyppolito Von der Weid. Suplente, Bruno Brito  
18 da Cruz Abaurre. Ministério do Turismo, titular, Bruno Pastre Máximo. Secretaria-Geral  
19 da Presidência da República, titular, Fábio Tomaz Ferreira da Silva e suplente, Heiza  
20 Maria Dias de Sousa Pinho Aguiar. Paraná, suplente, Everton Luís da Costa Sousa. Piauí,  
21 titular, Francisco Felipe da Luz Araújo. Suplente, Vitória Alzenir Pereira do Nascimento.  
22 Tocantins, titular, Divaldo José da Costa Rezende. Setor Florestal, titular, Adriano Scarpa  
23 Tonaco. Indústria Brasileira de Árvores e suplente, Laura Andrea Chinaglia Abba.  
24 Ministério da Agricultura e Pecuária, titular, Rafael Henrique Severo, e suplente, Kleber  
25 do Sousa Santos. Ministério da Fazenda, titular, Camila Stefaní de Sousa Silva, e  
26 suplente, Francisco Erismá Oliveira Albuquerque. Ministério da Igualdade Racial, titular,  
27 Caio do Nascimento Mota e suplente, Augusto Araújo Santos. Ministério das Mulheres,  
28 suplente, Mariana Almeida. Minas Gerais, titular, Lisandro Northon Ciqueira. Suplente,  
29 Diogo Suárez de Melo Franco. Pernambuco, titular, Daniel Pires Coelho. Piauí, suplente,  
30 Pínio Clerthon Filho. Santa Catarina, titular, Josévan Carmo da Cruz Júnior. São esses  
31 os nomes, bem-vindos aos novos conselheiros.

32 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
33 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bem-vindo, conselheiros e conselheiras, para  
34 essa gestão, uma salva de palmas para os novos companheiros e companheiras desse  
35 conselho. Passamos logo para o próximo item, a aprovação da transcrição, *ipsis verbis*  
36 da ata da 148ª Reunião Ordinária do Plenário. Todos receberam com antecedência.  
37 Temos algum ajuste na ata proposta, Marcela? Não? Então, não havendo, não  
38 recebemos ajuste, proposta de ajuste. Pergunto se algum conselheiro contrário, que  
39 tenha uma observação, que se manifeste, por favor. E não havendo nenhuma  
40 manifestação, está aprovada a ata, a transcrição, *ipsis verbis*, da ata da 148ª Reunião  
41 Ordinária do Plenário. Muito obrigado. Passamos de imediato, então, à tribuna livre,  
42 lembrando que a duração máxima é de 15 minutos, dividido entre os inscritos no começo  
43 da reunião, garantindo-se a oportunidade de manifestação para todos os segmentos.  
44 Marcela, por favor.

45 **A SRª. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
46 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Sociedade Civil, Heloísa. Me passa a lista da tribuna?

47 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
48 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Já está no quadro, projetada. Muito bem.  
49 Rafaela, do MUPAN. Paulo Henrique Bonavigo, do Ecoporé. Pela Sociedade Civil, por  
50 favor. Eu já pediria que os demais conselheiros que pediram a palavra, que possam ir se  
51 aproximando do púlpito, para, na sequência, já ocuparem a tribuna. Bom dia, por favor.  
52 Fique à vontade.

53 **O SR. PAULO HENRIQUE BONAVIGO (ECOPORÉ)** – Bom dia a todos e todas.  
54 Senhoras e senhores conselheiros, nós aqui representamos a bancada da Sociedade  
55 Civil. Iniciamos esta fala saudando o protagonismo do Brasil ao sediar a COP-15, da  
56 Convenção sobre Espécies Migratórias, sobre a presidente-secretária-executiva, o  
57 senhor João Paulo Capobianco. Esse é um momento estratégico para o país e reforça a  
58 urgência de fortalecermos políticas públicas capazes de proteger as espécies migratórias  
59 e os ecossistemas que sustentam suas rotas. Celebramos a criação do Parque Nacional  
60 do Albardão. Para nós, este é um marco fundamental não apenas para a proteção da  
61 biodiversidade marinha, mas também para reafirmar a coragem política do governo ao

62 estabelecer as áreas protegidas, mesmo diante de interesses econômicos poderosos.  
63 Esperamos que esse passo sinalize o destravamento de outras unidades de  
64 conservação, já definidas como prioritárias pelo ICMBio, e que represente um avanço  
65 concreto na agenda de justiça climática. Da mesma forma, destacamos o Parque  
66 Nacional do Tanaru, em Rondônia, que está em processo de criação. Consideramos este  
67 território um verdadeiro santuário de memória antropológica, que preserva o local onde  
68 residiu em isolamento voluntário, o último remanescente de uma etnia dizimada pelo  
69 poder. Tanaru, para nós, simboliza a força, a resistência e a resiliência dos povos  
70 indígenas frente à expansão predatória. No entanto, afirmamos com clareza, para que  
71 Albardão, Tanaru e tantas outras áreas protegidas não permaneçam apenas no papel, a  
72 gestão efetiva é uma urgência inadiável. Precisamos de recursos humanos, financeiros  
73 e de presença institucional permanente. É imprescindível avançar na desintrusão das  
74 áreas invadidas, fortalecer a fiscalização e enfrentar diretamente os crimes ambientais.  
75 Sem pessoal e orçamento em campo, a conservação se fragiliza e se reduz a uma  
76 promessa. Neste contexto, celebramos a iniciativa de fortalecimento do SISNAMA, da  
77 ação de cooperação entre os entes federativos e da ampliação dos mecanismos de  
78 participação da sociedade civil, para fortalecer o sistema e avançar em seu  
79 aprimoramento. Reiteramos aqui a importância, com a urgência que se faz necessária,  
80 de ampliarmos o diálogo com as instâncias competentes, para preparação e  
81 encaminhamento para apreciação e deliberação do excelentíssimo, Sr. Presidente da  
82 República, do ato normativo com a nova composição do CONAMA, tornando-o mais  
83 plural e representativo. A bancada da sociedade civil no CONAMA tem forte compromisso  
84 em contribuir técnica e politicamente para esses avanços.

85 **A SR<sup>a</sup>. RAFAELA NICOLA – (Mulheres em Ação no Pantanal – MUPAN)** – Bom dia a  
86 todos e todas. Faço minhas saudações também e dando seguimento. Dessa forma, não  
87 podemos deixar de manifestar formalmente nosso protesto por não ter a oportunidade de  
88 participar, de forma direta e estruturada, da elaboração dos chamados Mapas do  
89 Caminho, conduzidos pelo grupo interministerial. O tema sequer foi trazido ao CONAMA,  
90 embora diversas entidades da sociedade civil já tenham apresentado sugestões e  
91 propostas. Consideramos essa exclusão extremamente preocupante. Lembramos que  
92 conflitos internacionais recentes envolvendo reservas de petróleo revelam a profunda

93 dependência global dos combustíveis fósseis. Para nós, esse cenário reforça um  
94 argumento poderoso, a urgência de superar essa dependência. E, justamente por isso, é  
95 inaceitável que documentos estratégicos sobre essa transição energética sejam  
96 construídos sem a participação social e sem debate nesse plenário. Também  
97 manifestamos nossa preocupação com o processo de licenciamento do  
98 megaempreendimento da CMPC, o chamado Projeto Natureza, em Barra do Ribeiro, no  
99 Rio Grande do Sul. As análises apresentadas por comitês técnicos da sociedade civil  
100 mostram que a única audiência pública realizada não contemplou populações  
101 diretamente afetadas, indígenas, quilombolas, pescadores e moradores da região  
102 metropolitana. O empreendimento quer desafetar parte da primeira RPPN estadual criada  
103 pela própria empresa, ameaça espécies já vulneráveis, como a lagartixa das dunas, e  
104 contribui para a perda da Mata Atlântica e Pampa. As intervenções previstas, dragagens,  
105 emissário subaquático, supressão da vegetação, porto, acessos viáveis, movimentação  
106 do solo e ampliação logística, somam-se a riscos adicionais, como emissão de  
107 substâncias tóxicas persistentes, pressão hídrica e potenciais impactos à qualidade da  
108 água do Lago do Guaíba e Lagoa dos Patos. Ainda assim, foram negadas audiências  
109 públicas em Porto Alegre e Viamão e até a apresentação no CONSEMA-RS, Rio Grande  
110 do Sul. Situação semelhante ocorre aqui em Brasília. A Serrinha do Paranoá, área  
111 inserida dentro da APA do Planalto Central, essencial para a recarga de aquíferos e  
112 conservado em excelente estado de conservação, poderá ter sua destinação alterada  
113 para loteamento urbano após aprovação da CLDF. Diante disso, propomos uma moção  
114 nesse plenário para garantir a preservação dessa área pública, impedindo um dano  
115 irreversível. Recordamos também que, em 2025, aprovamos a Resolução nº 511 da  
116 Justiça Climática, um marco para o SISNAMA e para um governo que se comprometeu  
117 com políticas públicas inclusivas e transparentes. Contudo, sua ausência em documentos  
118 oficiais relacionados a clima e meio ambiente, seja no financiamento, no licenciamento  
119 ou no monitoramento, compromete sua implementação. Precisamos avançar na  
120 construção de um instrumento normativo obrigatório que assegure sua efetividade.  
121 Senhoras e senhores, reiteramos que os desafios são muitos, mas também é grande a  
122 responsabilidade que temos diante de nós e reafirmamos nosso compromisso com um

123 país que avance na conservação da natureza, na justiça climática e na participação  
124 social. Muito obrigada.

125 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
126 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Próximo, por favor. CNT, por favor, Patrícia.

127 **A SRª. PATRÍCIA BOSON (Confederação Nacional do Transporte - CNT) –** Bom dia  
128 a todos, bom dia secretário, membros da mesa, conselheiros e conselheiras, colegas  
129 aqui desse plenário. Como todos sabem, a CNT tem uma ação ambiental, não expressa  
130 em palavras, mas em atos. Já vim aqui algumas vezes, ocupei essa tribuna apresentando  
131 o programa Despoluir, que tem no seu carro-chefe a inspeção ambiental veicular gratuita.  
132 Ela oferece isso para todos os seus associados e hoje a gente tem um banco de dados  
133 imenso sobre essa inspeção e sempre indicando ao caminhoneiro, ao transportador,  
134 estar em acordo com as questões de emissões. Mas não é só isso, nós temos uma  
135 agenda muito grande na área de capacitação e na área de estudos técnicos, na certeza  
136 de que só com fatos e dados podemos fazer uma boa política ambiental. E nessa linha,  
137 eu gostaria de apresentar a todos vocês, o QR Code está aí, as nossas, não são só  
138 essas, quando vocês forem visitar o Despoluir vão ver outras publicações, mas essas  
139 são as mais recentes. Uma muito interessante é a primeira, que é sobre a sondagem  
140 CNT da resiliência em questões climáticas. A gente, vendo o quadro lá do Rio Grande do  
141 Sul, fizemos uma sondagem junto com os empresários e os transportadores a respeito  
142 de como que foi esse impacto e como é que eles se sentem nesse impacto. Isso tem uns  
143 dados preciosos sobre como tratar política pública nessa área. O segundo, muito  
144 importante também, é com fatos e dados, provando como que é o impacto do transporte  
145 coletivo em relação ao transporte individual. O transporte individual é 10 vezes mais  
146 poluente do que o transporte coletivo. Então, incentivo ao transporte coletivo e não ao  
147 transporte individual. E, por fim, uma série Energia e Transporte, tem uma série enorme  
148 de dados, fatos e dados, estudos, inclusive, em parceria com academias de renome,  
149 demonstrando como que estão essas condições desses biocombustíveis, especialmente  
150 aí a questão da SAF. Então, eu convido vocês a visitarem esses estudos e convido ao  
151 Ministério e a todos a conhecerem esses dados, para que, quem sabe, juntos possamos  
152 tratar de políticas públicas naquela linha, positivas políticas que podem trazer positividade

153 nas ações com fatos e dados. E vou deixar aqui para cada um os exemplares desses  
154 estudos que eu apresentei. Obrigada.

155 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
156 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente. Muito bom. Muito bom ver os  
157 investimentos da CNT na linha de inovação e contribuição para as ações na área de  
158 mudança do clima. Parabéns. Muito bom. Muito obrigado. Parabéns. Vamos, então, na  
159 sequência, para a nossa liderança municipal, doutor Marçal.

160 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
161 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Bom dia a todos.

162 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
163 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Rimou, não é?

164 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
165 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Foi bom. Bom dia a todos. Capobianco,  
166 Rodrigo, Marcela, Ricardo, Mônica, as meninas do DESISNAMA. Antes de mais nada,  
167 mais uma vez, parabenizar vocês pelo grande evento ontem do DESISNAMA. Foi um  
168 evento excepcional. Nesse auditório, hoje, tem o nome de Paulo Nogueira Neto.  
169 Parabéns, Rodrigo, porque fez isso, registrando nos anais dessa ação. Mas o que me  
170 traz aqui hoje, presidente Capo, é que a ANAMMA reitera que os municípios constituem  
171 um ente federativo autônomo que desempenha sua função estratégica na execução da  
172 política ambiental, especialmente no âmbito do licenciamento, fiscalização e  
173 monitoramento ambiental no impacto local. Assim, entende-se imprescindível que suas  
174 considerações técnicas sejam efetivamente apreciadas, incorporadas aos instrumentos  
175 normativos, que impactam diretamente sua atuação administrativa. Na última ação aqui,  
176 nós fizemos a Resolução nº 510 do Fogo. Tivemos uma participação de várias partes  
177 técnicas com a presença do IBAMA. Nós tivemos uma atuação de conciliação com o  
178 secretário André, que inclusive ontem, na reunião do Prevfogo, voltou a defender que o  
179 que se pactua nas resoluções e na Câmara Técnica do presidente Rodrigo Agostinho,  
180 ela seja respeitada. E nós sofremos com a instrução normativa nº 2 do IBAMA, recente,  
181 mudou completamente e desfigurou o que foi pactuado conosco. O que é que nós

182 estamos pedindo, presidente Capó? Que Vossa Excelência. chame o IBAMA, o  
183 presidente do IBAMA, que nós possamos sentar à mesa para dirimir dúvida, porque fica  
184 difícil trabalhar desse jeito. Nós montarmos, pactuarmos e depois o IBAMA vem e sai  
185 uma instrução normativa que transforma uma resolução no monstro. Nós temos  
186 dificuldade muito grande com essas ações do IBAMA nos estados. O IBAMA tem sido  
187 órgão sensor dos municípios e dos estados. Alagoas tem sofrido esse impacto demais  
188 com a superintendência do IBAMA. É na USV, é no licenciamento, está aqui o doutor Ives  
189 do IMA, que a gente tem tentado com o IBAMA local e nós não temos conseguido o êxito.  
190 Tudo o que se faz com o IBAMA, para que o empreendedor, para que possa fazer, tem  
191 que ir à justiça. Estou rogando, presidente, é o bom senso, a parceria que a ANAMMA  
192 tem com o Ministério, que nós possamos dialogar e que nós possamos reverter essa  
193 atitude do IBAMA. Conto com sua sensibilidade, Rodrigo, com o André, que está nos  
194 ajudando, que a gente possa resolver isso. A todos vocês um bom dia e vamos à pauta.

195 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
196 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado, Marçal. Antes de darmos  
197 sequência, eu só queria rapidamente fazer alguns esclarecimentos sobre pontos que  
198 foram levantados. Paulo Henrique, do Ecoporé, queria te informar. Está aqui o Mauro  
199 Pires, eu vi o Mauro Pires. Mauro Pires, está lá o Mauro Pires, nosso dirigente máximo  
200 do Instituto Chico Mendes de Conservação de Biodiversidade. Parabéns, mais uma vez,  
201 pela liderança que resultou na criação do maior parque nacional fora da Amazônia, no  
202 Rio Grande do Sul. Parabéns, Mauro. E queria informar que o Parque Nacional do  
203 Tanaru, Rondônia, está muito adiantado, correto, Mauro? Devemos ter boas notícias  
204 muito em breve, na linha do que você colocou aqui, Paulo. Também queria informar que,  
205 também em linha e concordando com a sua demanda do fortalecimento do Instituto Chico  
206 Mendes de Conservação da Biodiversidade, a fim de garantir que as unidades sejam  
207 implementadas, nós retomamos o aumento da capacidade de recursos humanos no  
208 ICMBio, tínhamos concurso, chamamos concurso de reserva que já tínhamos logo no  
209 início do governo, e estamos em um processo acelerado de incorporação de novos  
210 quadros para o ICMBio, e também tivemos aí uma importante dinamização da Câmara  
211 de Compensação Ambiental, do qual o IBAMA, o ICMBio e o Ministério Coordenado pelos  
212 três instituições, e temos liberado recursos significativos para implantação das unidades

213 de conservação em um volume absolutamente inédito. Então, estamos tomando várias  
214 providências, evidentemente que falta muito, mas estamos tomando. Com relação à  
215 composição do CONAMA, como foi dito e informado, aqui foi aprovada uma  
216 recomendação, estamos trabalhando com a Casa Civil para a análise dessa  
217 recomendação e aguardamos um retorno para breve também. Com relação à  
218 participação social no Mapa do Caminho, que a Rafaela Nicola do MUPAN se referiu, eu  
219 só queria esclarecer um ponto. Rafaela, eu não estou vendo a Rafaela, onde ela está?  
220 Rafaela. Só para esclarecer um ponto. Nós não fizemos o Mapa do Caminho. O que foi  
221 feito até o momento, e você reclamou da não participação social, mas, na realidade, o  
222 que foi feito foi cumprir uma ordem executiva do presidente da República de propor um  
223 processo para elaborar o Mapa do Caminho. Então, a primeira etapa foi a elaboração de  
224 um rito, um rito a ser seguido para que seja elaborado esse processo do Mapa do  
225 Caminho. Essa proposta será submetida ao Conselho Nacional de Política Energética,  
226 por determinação do presidente. Os ministérios envolvidos, Fazenda, Meio Ambiente,  
227 Casa Civil e Minas e Energia, pequeno detalhe, e Minas e Energia se reuniram. Então,  
228 tem uma proposta a ser resolvida pelo presidente, caminho ao CNPE, aprovado e inicia-  
229 se o processo. E lá, nesta proposta, eu posso lhe assegurar que um dos pontos que nós  
230 defendemos de forma bastante intensa foi exatamente a garantia da participação social  
231 para dar maior densidade ao processo. Mas, portanto, fique tranquila que, e nós não  
232 fizemos nada ainda, será feito depois que o Presidente da República aprovar esse  
233 modelo. Com relação a essa fábrica de celulose que você se referiu no Rio Grande do  
234 Sul, não é atribuição do Governo Federal, do Governo do Estado, então, é importante  
235 vocês se manifestarem. O CONAMA aqui não é do Governo Federal, é do sistema, então,  
236 muito bem, mas nós não temos como interferir. Eu perguntava aqui ao Rodrigo Agostinho.  
237 E, com relação também à Serrinha do Paranoá, problema seríssimo, que eu me solidarizo  
238 com você, porque, realmente, desmatar 7 mil hectares de cerrado nas nascentes do  
239 Paranoá, realmente, causa muita preocupação. Muito bem, e com relação ao Marçal,  
240 evidentemente, Marçal, cadê você? Marçal. Evidentemente que temos todo o interesse  
241 em entender claramente quais são as questões que você levanta. Com certeza, a IN do  
242 Ibama buscou agilizar os processos, mas, se há alguma questão, nós vamos nos reunir,

243 certo? O Rodrigo já está assumido o compromisso de que a gente possa discutir esses  
244 pontos. Muito bem.

245 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
246 **do Meio Ambiente - CONAMA) –** Capô, a gente tem mais um informe do Governo  
247 Federal, que não estava inscrito ali, mas a Rita vai fazer um informe sobre o workshop  
248 de restauração rapidamente, na tribuna.

249 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
250 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Na tribuna livre?

251 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
252 **do Meio Ambiente - CONAMA) – É.**

253 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
254 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ah, a Rita se inscreveu na tribuna livre,  
255 voltando aos tempos da militância, quando ela dirigia o centro acadêmico. Bom dia, Rita,  
256 nossa secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos dos Animais. Por favor.

257 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
258 **– MMA) –** Bom dia, bom dia a todas e todos. Só um informe rápido, uma iniciativa que é  
259 uma parceria nossa, do Ministério do Meio Ambiente, por meio do nosso Departamento  
260 de Florestas, com a CNI, que eu queria, desde já, agradecer essa forte parceria, um  
261 evento coorganizado por nós, a ABEMA, o BNDES e o Projeto ASL Brasil. E eu queria,  
262 então, deixar aqui um convite a todos. Nós teremos uma abertura hoje à noite, está  
263 projetado ali, é um workshop restauração em escala, integração federativa para a  
264 recuperação da vegetação nativa. Nós teremos representantes de todos os estados, em  
265 um debate que hoje tem uma abertura oficial, a partir das 18h, lá no auditório da CNI. E  
266 amanhã e depois, dia 12 e 13, se puder trocar, a gente terá um encontro mais técnico,  
267 onde serão várias mesas de debates. Então, a programação está colocada aí, eu não  
268 vou ler tudinho, mas o objetivo é a gente trazer, realmente, um diálogo com os estados e  
269 interinstitucional, focado na questão de como a gente dá mais escala à restauração.  
270 Então, mais uma vez, queria reconhecer os parceiros, agradecer por essa parceria e dizer

271 que a gente está com uma expectativa muito positiva de bons resultados e diálogos de  
272 integração entre todos os entes aqui. Acho que é isso. Muito obrigada.

273 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
274 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Rita. Garo, rapidamente, para essa  
275 tribuna livre, está ficando bastante concorrida, vocês estão vendo, não é? Então, agora,  
276 realmente, é o último. Por favor, Garo Batmanian, nosso diretor do Serviço Florestal  
277 Estadual Brasileiro.

278 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Bom dia.

279 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
280 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro.

281 **O SR. GARO BATMANIAN (Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro)** – Obrigado,  
282 Capo. Bom dia a todos e a todas. Eu queria só lembrá-los que, entre o CONAMA, a  
283 pedido de nós, entre o CONAMA e esse evento que a Rita apresentou, hoje à tarde nós  
284 vamos, vocês todos estão convidados à abertura, o evento de abertura, claro, tem a  
285 Ministra Marina, outras autoridades, que nós vamos fazer no Museu da República, para  
286 quem não conhece, aquela, é a cuia em pé do lado da, perto da catedral, que é uma  
287 exposição que nós estamos fazendo, mostrando a trajetória do Serviço Florestal nos  
288 últimos 20 anos. E marcamos para hoje justamente porque o Serviço Florestal depende  
289 muito também da ação das pessoas que estão aqui, do CONAMA, então gostaríamos  
290 muito que os membros do CONAMA estivessem presentes para ver o evento e a abertura  
291 oficial dessa exposição. E para quem é de Brasília, vai ficar aberto até o dia 6 de abril,  
292 até a Páscoa, e tem realidade virtual, outras coisas, levem seus filhos, é bom para eles  
293 conhecerem um pouco mais da floresta. Mas, por favor, hoje está aberto, contamos com  
294 a presença de vocês, tenho certeza que vão andar rápido com a reunião do CONAMA  
295 aqui, para a gente poder abrir a reunião na hora, 15h30 da tarde. Muito obrigado.

296 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
297 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É o que eu ia dizer, muito bem, parabéns,  
298 muito bem, Garo. Só uma questão, nós estamos, vai ter uma vigilância na porta, e só

299 pode sair depois de aprovado todos os itens da pauta. Desculpa, depois de deliberado  
300 todos os itens da pauta. Muito bem, senhoras e senhores, muito obrigado. Agora não  
301 temos mais ninguém na tribuna livre, e vamos partir de imediato aqui para a sequência  
302 da pauta, uma informação importante sobre atividades do CIPAM na admissibilidade de  
303 novas resoluções. Informo que o CIPAM aprovou a proposta de resolução que estabelece  
304 critérios básicos e diretrizes gerais para a regulamentação de grandes geradores de  
305 resíduos sólidos em âmbito municipal. A ANAMMA vai ter um bom trabalho nessa  
306 resolução. E também a proposta de resolução para a inclusão da fase MAR-II no  
307 Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Motores, PROCONVE. Duas  
308 resoluções que foram admitidas pelo CIPAM e que passam a tramitar nas câmaras  
309 técnicas para, em breve, daqui a algum tempo, estar disponível para a nossa deliberação  
310 no plenário. Muito obrigado pela nossa reunião. Passamos para a ordem do dia. Bom,  
311 todos os senhores receberam esse material envolvendo a ordem do dia. Nós temos agora  
312 a leitura dos itens de pauta e eventuais recebimentos e pedidos de retirada da matéria,  
313 inversão de pauta, requerimentos de urgência por inscrito e propostas de moção e de  
314 recomendação. Nós temos na pauta proposta de resolução CONAMA que dispõe sobre  
315 orientações técnicas e científicas a serem adotadas para o resgate de colônias de  
316 abelhas nativas sem ferrão em áreas autorizadas para a supressão de vegetação nativa.  
317 Lembrando que essa resolução faz parte das homenagens que temos feito pelos 45 anos  
318 do SINAMA ao doutor Paulo Nogueira Neto, patrono do SINAMA, quem concebeu a Lei  
319 da Política Nacional do Ambiente, foi quem concebeu o CONAMA, e foi um dos maiores  
320 estudiosos brasileiros em abelhas nativas, as abelhas sem ferrão, e, portanto, faz parte  
321 dessa comemoração ao trabalho excepcional do nosso saudoso Paulo Nogueira Neto,  
322 que passa a dar o nome a essa auditória a partir de portaria assinada ontem pela Ministra  
323 Marina Silva e o presidente Rodrigo Agostinho, a quem nós agradecemos. Falei Rodrigo  
324 Mesquita porque ele participou da solidariedade, mas é o Rodrigo Agostinho. Temos  
325 também a proposta de resolução que reestrutura o Programa Nacional de Controle da  
326 Qualidade do Ar, PRONAR. Temos a proposta de resolução sobre critérios e condições  
327 mínimas para emissão de autorização por adesão e compromisso para queima  
328 controlada com finalidades agrossilvopastoris. Temos a proposta de resolução que  
329 estabelece restrições ao uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos

330 eletrônicos fabricados, distribuídos e comercializados em território nacional. Temos ainda  
331 a proposta de moção sobre a necessidade de assegurar medidas e mecanismos  
332 emergenciais para fortalecer a segurança de barragens, de acumulação de quaisquer  
333 usos e a adequada avaliação sobre rejeitos, sedimentos e resíduos minerais e industriais  
334 nelas depositados, visando prevenir e reduzir riscos de contaminação para a comunidade  
335 e trabalhadores e os impactos no território dos recursos naturais e na própria saúde da  
336 população e dos trabalhadores barrageiros. Temos aqui ainda uma proposta de moção,  
337 uma nova proposta de moção, que trata de moção de apoio à conservação da Serrinha  
338 do Paranoá, localizada na APA Federal do Planalto Central. Essa foi a proposta que foi  
339 apresentada agora há pouco pela conselheira da sociedade civil, MUPAN, e tem as  
340 assinaturas necessárias para a proposição. E temos também um requerimento de regime  
341 de urgência para a inclusão da apreciação de moção na pauta da 149ª Reunião Ordinária,  
342 que trata... A mesma. Ah, sim. Então é o pedido de... é a moção e, em anexo, o pedido  
343 de regime de urgência para que ela seja incluída e analisada no dia de hoje. Muito bem,  
344 os termos da moção já foram apresentados pela conselheira na tribuna livre. Eu já  
345 informei que o assunto é moção de apoio à conservação da Serrinha do Paranoá,  
346 localizada na APA Federal do Planalto Central, e pergunto se há algum conselheiro  
347 contrário que seja incluída hoje nos termos do regimento, conforme apresentado aqui  
348 pelos conselheiros. E não havendo nenhuma manifestação contrária, está incluído na  
349 pauta. Muito bem, primeiro item. Resolução que dispõe sobre orientações técnicas e  
350 científicas a serem adotadas para o resgate de coronas de abelhas nativas sem ferrão.  
351 Pois não? Está correto, o momento é agora. Por favor.

352 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
353 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Bom dia a todos e todas. Lucas Ramalho, Ministério  
354 da Indústria. A gente vem, perante a presidência, Capobianco, solicitar uma inversão da  
355 pauta e a gente passar para apreciação o processo D, que trata de uso de substâncias  
356 químicas perigosas em eletroeletrônicos. O Ministério da Indústria vem pedir um pedido  
357 de vistas nesse processo, de forma que a gente gostaria de pedir que ele passasse à  
358 frente para que a gente discutisse isso daqui a 45 dias, quando a gente tenha transcorrido  
359 o prazo de análise.

360 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
361 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu não entendi se vocês estão pedindo visto  
362 ou inversão de pauta. É um pouco confuso.

363 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
364 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Inversão de pauta com pedidos de vistas. Passar  
365 primeiro esse ponto para a gente... Exatamente.

366 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
367 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Normalmente, conselheiro, o motivo de  
368 inversão de pauta tem alguma justificativa um pouco mais plausível. Mas qual é o motivo?  
369 O senhor não pode esperar até chegar a esse item para a sua análise?

370 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
371 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Eu gostaria, se puder, existem conflitos de agenda,  
372 que se a gente pudesse trazer para frente, para a gente seria melhor.

373 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
374 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, fica um pouco difícil para o conselho se  
375 adaptar à agenda dos conselheiros individuais. Agora, pergunto ao plenário se aprova  
376 essa inversão de pauta com esse pedido inusual, porque normalmente a gente inverte  
377 pauta por uma questão objetiva e não por uma questão de agenda. Mas, por favor, quem  
378 for favorável a essa inversão de pauta, que se manifeste, por favor. Quem for contrário,  
379 por favor, que se manifeste.

380 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
381 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Então não... Obrigado, Capobianco.

382 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
383 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Tem mais algum pedido em relação a itens  
384 nessa linha? Bom, então, não havendo, seguimos, portanto, com a primeira resolução.  
385 Então, quem vai apresentar? A secretária Rita Mesquita. Por favor, secretária Rita, com  
386 a palavra, para apresentar a proposta de resolução que dispõe sobre as orientações  
387 técnicas e científicas que seriam adotadas para o resgate de colônias de abelhas nativas

388 sem ferrão em áreas autorizadas para a supressão de vegetação nativa. Muito bem.  
389 Claro.

390 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
391 **– MMA)** – Bom dia, mais uma vez. A gente está trazendo aqui o trabalho que foi fruto de  
392 um longo processo de discussão e deliberações. Iniciou pela Câmara Técnica de  
393 Biodiversidade. Nesta Câmara Técnica nós tivemos um trabalho muito intenso, com  
394 contribuições muito significativas dos conselheiros, e acredito que tivemos um  
395 aprimoramento grande do texto. Subsequentemente, houve a necessidade de também  
396 levar essa discussão na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. Nós fizemos uma  
397 reunião conjunta, onde novas adequações foram trazidas. Então, eu acredito que o  
398 documento que nós temos hoje aqui para deliberar, ele representa o fruto de todo esse  
399 trabalho, de toda essa integração e da busca de uma normativa que seja apropriada,  
400 adequada e capaz de ser implementada no campo. A gente normalmente lê tudo?  
401 Desculpa, mas eu só queria entender se alguém tem alguma coisa.

402 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
403 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Normalmente, nós temos, conselheira, a  
404 senhora apresenta as informações fundamentais da resolução. Foi uma resolução que  
405 passou e se tiver alguma questão que os conselheiros queiram esclarecer, aí  
406 aprofundamos.

407 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
408 **– MMA)** – Ótimo. Então, a questão fundamental, essa resolução, ela trata do resgate de  
409 ninhos de abelhas sem ferrão, nativas, no momento que a gente tem as autorizações  
410 para a supressão da vegetação. Então, ele não trata de outras iniciativas, como no  
411 manejo florestal. Ele já definiu também o tamanho das propriedades em que isso seria  
412 feito. Então, ele está focado em orientações técnicas. Nós reconhecemos aqui que vários  
413 estados brasileiros já normatizaram sobre isso. Existe uma preocupação, ela vem no bojo  
414 de uma preocupação com os impactos que nós temos observado com a diminuição  
415 significativa das espécies de abelhas sem ferrão. Essas espécies fazem um papel  
416 essencial na natureza, mas também para as culturas, para a polinização, para a produção  
417 de frutos, para serviços ecossistêmicos essenciais. E foi com base nessa preocupação

418 que nasce essa proposta de resolução que busca mitigar os impactos da remoção da  
419 vegetação nativa em todos os biomas brasileiros sobre esse grupo. Nós, hoje, no Brasil,  
420 temos um grande número de espécies de abelhas sem ferrão identificadas e já um  
421 número, infelizmente, crescente de espécies na lista de ameaçadas de extinção.  
422 Portanto, a gente tem motivação para se preocupar com esse assunto. Eu já falei do  
423 processo, como ele foi, mas aqui a gente está definindo o resgate obrigatório das colônias  
424 de abelhas nativas sem ferrão quando elas estiverem presentes nas áreas autorizadas  
425 para a supressão da vegetação nativa e também trazemos orientações aos proprietários  
426 das opções, das medidas que podem ser adotadas em termos da realocação. Existe uma  
427 ressalva com relação às espécies ameaçadas de extinção, porque, claramente, espécies  
428 ameaçadas demandam uma atenção. Isso, inclusive, já está disciplinado em outras  
429 resoluções do CONAMA, mas a gente só reforça o entendimento que já se tem. Então,  
430 ela se constitui, basicamente, em orientações técnicas e também no tipo de informação  
431 que a gente busca obter no momento desses resgates. Essa informação é muito  
432 importante. Primeiro, ela vai nos ajudar a saber onde essas espécies estavam e se trata  
433 de uma espécie ameaçada ou não, mas eu acho que é importante dizer que a gente  
434 buscou ser muito parcimonioso nas exigências, não transferindo um ônus aos produtores  
435 de uma ação que a gente entende que ela é essencial, mas que os desdobramentos dela  
436 podem se dar depois em outros espaços, com outros agentes. Mas a coleta da  
437 informação é muito simplificada, uma fotografia referenciada a partir do celular e  
438 constituindo um relato, um reporte, de quantos ninhos aquela pessoa identificou naquela  
439 área autorizada para supressão. Então, com isso, a gente vai começar a construir  
440 realmente uma base de informações, para, inclusive, a gente poder monitorar melhor os  
441 impactos dessa atividade sobre este grupo. Acho que, basicamente, é isso. A gente está,  
442 nas negociações na Câmara de Assuntos Jurídicos, nós introduzimos um tempo para  
443 entrar em vigor, justamente compreendendo que é necessário um prazo, um período ali  
444 de adaptação e de ajustes para que ela tenha a plena consequência. Então, se eu não  
445 me engano, são 180 dias a partir da decisão. Eu acho que é isso.

446 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
447 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, secretária. Por favor, com a  
448 palavra.

449 **O SR. RAFAEL HENRIQUE SEVERO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**  
450 **Pecuária – MAPA)** – Bom dia, presidente. Rafael do MAPA, Rafael Severo do MAPA.  
451 Na verdade, a gente tinha, no dia 3 de dezembro, na última reunião solicitada, vistas ao  
452 processo, onde a gente julgava que carecia de uma análise de impacto regulatório que  
453 trouxesse os elementos que vão impactar de forma socioeconômica todos os produtores  
454 da cadeia ao qual o MAPA é vinculado. Considerando isso, após a apresentação da  
455 análise de impacto, esse pedido de vistas, foram feitas várias reuniões e foi apresentado  
456 um documento, que seria a análise de impacto regulatório, que, apesar da gente entender  
457 que ainda carece de elementos técnicos, para que a gente possa ter uma certeza maior  
458 sobre o impacto, durante as reuniões e no processo de condução desse pedido de vistas,  
459 durante as reuniões de governo, a gente veio discutindo, a gente veio elaborando e veio  
460 chegando em um consenso, para que a gente chegasse em um texto que pudesse  
461 apresentar uma alternativa que fosse viável para todos os órgãos de governo, bem como  
462 a sociedade civil. Então, o MAPA queria apresentar aqui uma sugestão de emenda ao  
463 texto já colocado, discutido, já com todas as áreas. E aí, eu não sei se eu apresento  
464 agora.

465 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
466 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, na sequência.

467 **O SR. RAFAEL HENRIQUE SEVERO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**  
468 **Pecuária – MAPA)** – Então, é uma emenda. Na verdade, são duas emendas. São duas  
469 emendas.

470 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
471 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Duas emendas. Na sequência. Vamos ouvir  
472 os demais. É emenda também? É emenda. Tem mais propostas de emenda na  
473 resolução? Pois não. Um minutinho, por favor. Eu estou conduzindo. Você quer vir  
474 conduzir? Ah, está bom. Muito obrigado. Tem mais alguém que está... Porque se você  
475 quiser vir conduzir, você pode vir também, não tem problema. Tem mais alguma proposta  
476 de emenda? Bom, então, nós vamos proceder como sempre procedemos aqui no  
477 CONAMA. Nós vamos analisar a aprovação do texto base. Em aprovando o texto base,  
478 nós seguimos então para as emendas. Ou seja, não há nenhum prejuízo à discussão das

479 emendas na sequência, mas faremos então agora aqui a discussão do texto base. Há  
480 alguma questão, algum conselheiro que gostaria de se manifestar em relação ao texto  
481 base sem prejuízo das emendas? Bom, e não havendo nenhum conselheiro que queira  
482 se manifestar em relação ao texto base, vamos colocar em votação. Favor, aqueles que  
483 forem favoráveis à aprovação da resolução que trata das orientações técnicas e  
484 científicas a serem adotadas para resgate quando as abelhas nativas sem ferrão em  
485 áreas autorizadas para supressão de vegetação nativa, que se manifestem, por favor.  
486 Favorável. Muito bem, vamos por diferenciação. Obrigado. Contrários, por favor. Então,  
487 aprovada o texto base da resolução. Parabéns aos proponentes. Vamos agora à análise  
488 das emendas, por favor. Conselheiro do MAPA, poderia apresentar a emenda?

489 **O SR. RAFAEL HENRIQUE SEVERO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**  
490 **Pecuária – MAPA) –** Bom, a primeira emenda que a gente apresenta é no § 2º do Art.  
491 1º, onde a gente tem ali. Essa resolução não se aplica às atividades de manejo florestal  
492 sustentável e nós estamos sugerindo acrescentar às atividades de limpeza de áreas  
493 rurais e os estabelecimentos de pequenos produtores ou agricultores familiares.

494 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
495 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem, essa é a primeira emenda.  
496 Segunda emenda?

497 **O SR. RAFAEL HENRIQUE SEVERO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**  
498 **Pecuária – MAPA) –** Segunda emenda está mais para o final. Na verdade, ela não altera  
499 o texto, ela só corrige. Na verdade, não corrige, não é? Ela tenta aprimorar o texto. No §  
500 3º, a gente sugeriu que o texto ficasse o órgão competente observará os planos de ação  
501 nacional e estaduais para a conservação de espécies ameaçadas de extinção de abelhas  
502 nativas sem ferrão no processo autorizativo de transporte na destinação de colônias.

503 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
504 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem, então temos as duas emendas.  
505 Se gostaria de apresentar suas emendas, por favor.

506 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**  
507 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) –** Leonardo  
508 Quintanilha, representante do Rio de Janeiro. Capobianco, tem um grupo de trabalho na  
509 Diretoria de Conservação e Biodiversidade sobre o mesmo tema. Aí, com base nisso,  
510 tem algumas emendas que foram sugeridas pelo GT. São emendas com justificativa  
511 técnica, então não é a minha expertise, mas, enfim, eu vou colocar aqui. A primeira é no  
512 Art. 5º, § 1º. As colônias encontradas devem ser alojadas em caixas de criação de  
513 abelhas nativas sem ferrão. Aí, o texto sugerido. Compatíveis com a espécie e o volume  
514 da cria da colônia. Justificativa é necessidade de adequação às necessidades da  
515 espécie. Parece que tem várias espécies, cada uma tem uma caixa. O tamanho deve ser  
516 suficiente para evitar a segregação e a mortalidade de indivíduos. A segunda proposta,  
517 do § 3º. A remoção e transporte deverão ser realizados preferencialmente em horário de  
518 menor atividade das abelhas, quando os indivíduos permanecem em repouso, sendo  
519 vedada a divisão de colônias. Justificativa a redução do estresse e garantir a  
520 incolumidade dos indivíduos e das colmeias. E terceira emenda proposta, está no Art. 8º.  
521 Sobre a transparência na divulgação do relatório anual consolidado. Teve uma  
522 preocupação com facilitação de captura irregular de colmeias. Então, a ressalva dessa  
523 regra de transparência salva em relação aos dados georreferenciados das colônias.  
524 Então, isso pode constar no relatório, só que não vai ser divulgado no portal de  
525 transparência do órgão do SISNAMA.

526 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
527 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Estamos em discussão das  
528 propostas de emenda. Eu vou pedir... Será que se podia empurrar essas plantas mais  
529 para perto da mesa, que eu não consigo ler a tela. Acho que se eu empurrar para cá.  
530 Está muito bonito, mas eu não consigo... Se puxar para trás aqui, será que dá? Sim,  
531 desculpa. São dois botas. Ah, isso. Encostar mais na mesa. Mais um pouco, por favor.  
532 Super obrigado. Desculpe o trabalho. Muito obrigado. Agora está perfeito. Pode deixar,  
533 está ótimo. Não, deixa como está. Está perfeito. Obrigado. Muito obrigado. Então, está  
534 em discussão. Eu gostaria de perguntar inicialmente à secretária Rita Mesquita, que  
535 coordenou esse processo, sobre qual é a posição da Secretaria de Biodiversidade,  
536 Florestas e Direitos Animais sobre as propostas de emenda. Podemos iniciar, talvez, com

537 as propostas do Rio de Janeiro, do nosso representante do Rio de Janeiro, que são mais  
538 cirúrgicas, vamos dizer assim.

539 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
540 **– MMA)** – Com relação à proposta do Rio de Janeiro, nossa opinião é que, assim, existe  
541 uma série de orientações técnicas que nós endereçamos para manuais de orientação  
542 que os próprios órgãos estaduais deverão produzir, inclusive porque, de estado em  
543 estado, de lugar a lugar, as práticas, as espécies, o que são ameaçadas ou não, vai  
544 variar. Inclusive, tem estados que nem têm espécies ameaçadas listadas nas listas  
545 oficiais hoje. Então, eu acho que a natureza das sugestões, não é que a gente tenha uma  
546 divergência do que está sendo dirigido, só que é um nível de detalhamento que caberia  
547 melhor nos manuais de orientação que vão ser produzidos pelos estados, e aí sim vão  
548 se adequar, caso a caso, as situações, os contextos apropriados. Posso falar do outro?

549 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
550 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas aí seria em nível de todos, você está  
551 servindo às três propostas do governo do Estado.

552 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
553 **– MMA)** – Sim, porque todas as três, se a gente analisar, elas estão introduzindo um nível  
554 de detalhamento que é mais voltado à espécie específico. Está demandando as caixas  
555 ou a forma de remoção...

556 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
557 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu concordo, mas esse terceiro, me pareceu,  
558 não sei, no horário de menor estresse, de menor atividade das abelhas, esse talvez possa  
559 ser uma geral, uma visão geral.

560 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
561 **– MMA)** – Sim, se for possível, mas a gente precisa observar, porque aí,  
562 preferencialmente, não é fixo. É uma maneira de estar preocupado com o bem-estar. Eu  
563 acho isso bom, eu só quero dizer, então, que o preferencialmente faz toda a diferença,  
564 porque a gente tem que também trabalhar com a rotina de quem está fazendo os

565 levantamentos e as buscas da supressão da vegetação, porque é nesse momento que  
566 ocorre a localização dos ninhos. Se o horário de menor estresse for à noite, por exemplo,  
567 nós vamos ter uma dificuldade ali, mas o preferencialmente talvez ajude. É isso. Comento  
568 logo sobre o outro.

569 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
570 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só um minutinho, ela vai comentar, depois  
571 você vai poder voltar aqui. Deixa-a comentar já as propostas do MAPA. Por favor, Rita,  
572 por favor.

573 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
574 **– MMA)** – Então, só para, então, recapitular, neste caso, essa terceira, a questão do  
575 georreferenciamento, eu acho que é uma coisa que a gente pode considerar, mas  
576 geralmente tem uma proteção também até de informação de dados que a gente também  
577 tem que aderir, porque ele localiza, e essa localização, você tem razão, pode fragilizar,  
578 porque a gente sabe também que existe um comércio ilegal, não desejado. Por outro  
579 lado, é importante a gente também ver se vai ter uma certa proteção na divulgação  
580 desses dados, mas que eles possam ser divulgados em situações específicas. Por quê?  
581 Porque vai ajudar no monitoramento, vai ajudar no acompanhamento, para a gente  
582 também saber para onde essas espécies foram. Existe uma preocupação de você  
583 introduzir espécies em locais onde elas não ocorrem. A gente só vai poder saber isso  
584 com a informação georreferenciada e para onde elas foram. Então, é um balanço que  
585 precisa ser feito.

586 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
587 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só um minutinho, um minutinho, deixa ela  
588 comentar do MAPA, depois você vai ter oportunidade.

589 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
590 **– MMA)** – Não, eu acho que a questão das duas, as duas sugestões de alteração, de  
591 fato, elas foram alvo de discussões, a gente ponderou sobre o que estava sendo proposto  
592 e a gente entende... No caso da segunda, que faz menção às espécies ameaçadas, de  
593 verdade melhorou a redação do que estava lá, porque deixou mais claro a quem compete.

594 Antes estava um pouco indefinido e a gente entendeu que essa nova redação coloca o  
595 órgão competente é que vai observar os planos...

596 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
597 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Podia pôr na tela essa emenda, por favor?

598 **A SRª. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
599 **– MMA) –** Essa que está aí, o § 3º. Então, a gente entendeu que melhorou a redação  
600 deixando mais claro o sujeito dessa ação e, portanto, a gente se colocou de acordo com  
601 ela. E, no caso do outro, a gente tinha indexado apenas a manejo florestal, para ficar  
602 claro que se trata de uma resolução dirigida à supressão da vegetação nativa, mas nós  
603 reconhecemos que limpeza de áreas rurais em pozil, elas já foram alvo de uma  
604 autorização anterior e, portanto, faz sentido que a gente, não que estivesse imune de  
605 surgir novos ninhos nessas áreas, mas a gente entendeu que, de fato, são áreas que já  
606 tinham recebido uma licença anterior, portanto, já teriam passado por um processo de  
607 resgate naquele momento, a partir da vigência da resolução. E destacar os pequenos  
608 produtores e agricultores familiares mais voltados à questão da dimensão das  
609 propriedades. Obviamente que, havendo interesse no resgate, ele pode ser feito. A gente  
610 só não está indexando como uma obrigatoriedade. Acho que é isso.

611 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
612 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito. Você gostaria de comentar? Isso,  
613 fica em cima, Rita, fica em cima.

614 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**  
615 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) –** Então, Rita,  
616 a nossa sugestão do Art. 8º, só em relação aos dados já referenciados, não de respeito  
617 a esses dados nos relatórios, eles vão ficar acautelados no órgão ambiental.  
618 Eventualmente, se alguém tiver interesse em saber, vai solicitar a divulgação. O que o  
619 pessoal da área técnica do INEA não quer é essa divulgação automática na rede mundial  
620 de computadores, para não facilitar a atividade ilícita.

621 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
622 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, então, eu estou entendendo que, do  
623 ponto de vista, nós temos aí três emendas que nós temos um... Rita, permaneça, você  
624 podia permanecer, por favor, porque você coordenou esse processo, só para a gente  
625 avançar e agilizar. Essa emenda sobre o § 3º, pode pôr o § 3º, remoção... Boa, volta aí.  
626 Remoção de transporte de abelhão, ser realizados preferencialmente em horário de  
627 menor atividade das abelhas, etc. Essa emenda, a secretaria entende que é positiva, com  
628 o destaque do preferencialmente. Vamos, por favor, submeter esta primeira votação para  
629 agilizar esse processo. Quem é contrário a esse ajuste na redação, que se manifeste,  
630 por favor? Contrário a esse ajuste? § 3º, contrário ao ajuste? Vocês são contrários que a  
631 remoção deve ser realizada preferencialmente em horário de menor estresse, atividade  
632 das abelhas, é isso? Vocês são contrários a isso? Muito bem, quem? Muito bem, quem  
633 é favorável a essa emenda, por favor, que se manifeste? Muito bem, está aprovada a  
634 primeira emenda do § 3º. Vamos agora à questão dos dados. A questão apresentada  
635 pelo Estado do Rio de Janeiro, representando o Estado do Rio de Janeiro, a respeito dos  
636 dados do Art. 8º. Art. 8º, a inclusão no Art., o órgão ambiental competente deverá expedir  
637 relatório anual consolidado de acompanhamento do resgate da colônia de abelhas  
638 nativas sem ferrão em área de inspeção..., ao qual, salvo em relação aos dados de  
639 afirmação das colônias, deverão ser dados à propriedade anual na rede mundial de  
640 computadores. Uma alegação aqui, por favor, secretária.

641 **A SRª. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
642 **– MMA)** – Eu só queria dizer que, neste caso, caberia algum tipo de qualificador, porque  
643 do jeito que está escrito aí, não vai poder passar para ninguém, porque o salvo é em  
644 todas as circunstâncias. Pois é. Mas eu acho que a gente podia colocar salvo em relação  
645 das colônias que serão tratadas caso a caso ou alguma coisa assim. É só para não...

646 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
647 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu acho que o Adalberto, infelizmente, essa  
648 conversa sem microfone é complicada, porque as pessoas não acompanham. Está  
649 propondo que faça uma exclusão no parágrafo. Vocês podiam pensar nessa  
650 possibilidade? Porque a preocupação da secretária é que esse dado não seja acessível

651 depois e não se permita, portanto, avaliar para onde essas abelhas estão sendo levadas,  
652 transportadas, onde elas foram identificadas.

653 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
654 **– MMA)** – E em que circunstâncias essa informação poderá ser disponibilizada? Do jeito  
655 que está ali, fica parecendo que não pode.

656 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
657 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, a proposta do secretário Adalberto  
658 Maluf é que faça um parágrafo explicando melhor esse ponto. Com relação à proposta,  
659 à primeira emenda do representante do Rio de Janeiro, que era assim. Aqui, as colônias  
660 encontradas devem ser alojadas em caixas de criação de abelhas nativas sem ferrão,  
661 compatíveis com a espécie e o volume de cria da colônia, ressalvadas outras hipóteses...  
662 O que são? Eu não entendi. Ah, bom, isso aqui é uma nota do... O que ele está propondo  
663 é que se incluam compatíveis com a espécie e o volume de cria da colônia. A secretária  
664 Rita considera que isso deveria estar no manual, no manual que será elaborado pelos  
665 estados na orientação dessas práticas, correto? Isso. Então, alguém gostaria de se  
666 manifestar favorável e defender essa emenda, ou podemos a votação? Vamos a votação,  
667 por favor. Quem for favorável à inclusão desta emenda, considerando o que foi dito aqui  
668 pela nossa secretária, por favor, que se manifeste. Favorável à emenda. Quem é  
669 contrário à inclusão da emenda, por favor? A maioria é contrária. Então, não incorpora,  
670 não vamos incorporar a alteração do próprio primeiro do Art. 5º. E, finalmente, vamos  
671 então às emendas do MAPA. Nós temos duas emendas. Eu entendi que a segunda  
672 emenda é considerada favorável pela secretária, não há oposição. Podemos ler a  
673 segunda emenda, por favor, do Ministério da Agricultura e Pecuária? Não, não, a  
674 segunda, a próxima. O órgão competente observará os planos de ação nacionais e  
675 estaduais para a conservação de espécies ameaçadas de extinção de abelhas nativas  
676 sem ferrão no processo autorizativo de transporte e de destinação de colônias. Bom, isso,  
677 de fato, parece que esclarece isso, porque somos espécies ameaçadas, precisamos, de  
678 fato, de uma orientação mais específica do órgão estadual. Quem for favorável a essa  
679 emenda, por favor, que se manifeste. Obrigado. Contrários? Aprovada a emenda. E,  
680 agora, finalmente, a primeira emenda do Ministério da Agricultura e Pecuária. Exclui essa

681 resolução. Não se aplica a atividade de manejo de floresta sustentável às atividades de  
682 limpeza de áreas rurais impulsivo e ao estabelecimento de pequenos produtores e  
683 agricultores familiares. A pergunta que eu faço aqui, o diretor Garo Batmanian se  
684 encontra aqui no ambiente? Não, mas... Não, a pergunta é sobre o florestal brasileiro,  
685 porque, só para entender essa proposta, se nós temos uma colônia em um espécime que  
686 será derrubado para comercialização, não haverá retirada da abelha nativa nesse caso?  
687 Eu não entendi qual é a proposta exatamente feita pelo MAPA, ou seja, parece que... Eu  
688 entendo que em uma área de manejo florestal é onde há mais condições de se fazer isso  
689 com competência e nós vamos perder a colmeia porque tem autorização de manejo, eu  
690 queria entender isso.

691 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
692 **– MMA)** – Olha, do que eu entendo, isso aqui está circunscrito a autorizações de  
693 supressão da vegetação nativa, portanto, manejo não trata de supressão de vegetação  
694 nativa. Nós podemos até trazer, em um futuro momento, um específico para a área sob  
695 manejo, que eu considero importante também, sabe, Capo? Mas aqui nós estamos  
696 circunscritos à supressão, não trata de manejo. Marcos, é isso? Marcus Vinícius, você  
697 podia, por favor?

698 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
699 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Marcus Vinícius é diretor do Serviço Florestal  
700 Brasileiro, que é o responsável pela gestão dos planos de manejo.

701 **O SR. MARCUS VINÍCIUS DA SILVA ALVES – TITULAR (Serviço Florestal Brasileiro)**  
702 – Bom dia, bom dia a todos. Eu só vou aqui aproveitar e corroborar aqui já o  
703 posicionamento da secretária Rita. Na verdade, o manejo florestal sustentável, ele tem  
704 um conjunto de parâmetros que ele precisa seguir. Entre eles, por exemplo, a  
705 observância, no caso, não especificamente de ninhos de abelha, ou colônias de abelha,  
706 mas, inclusive, em relação à fauna como um todo. Então, isso tudo precisa ser  
707 considerado na operação, na implementação de um plano de manejo. E, reforçando o  
708 que a secretária falou, é uma condição completamente diferente de uma supressão da  
709 vegetação. Então, quer dizer, ali há manutenção de quase que a totalidade daquela área  
710 de floresta nativa. Então, tanto é que na Amazônia, por exemplo, o que a gente tem como

711 parâmetro é a extração de quatro a seis árvores por hectare em uma área submetida a  
712 manejo florestal. Então, realmente, nesse caso, o impacto é um impacto muito limitado  
713 e, em alguns casos, esse impacto até ele é nulo.

714 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
715 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Mas a única pergunta que eu faço  
716 é se essa forma como está escrita leva ao entendimento de que as práticas de manejo  
717 ignoram a proteção das abelhas. A forma como está escrito, talvez o Ricardo gostaria de  
718 se colocar. Também temos só mais um minutinho, por favor.

719 **O SR. RICARDO FERRO COSTA SOUSA – SUPLENTE (Ministério da Justiça e**  
720 **Segurança Pública – MJ)** – Bom dia a todos. A minha observação é só quanto à busca  
721 da maior eficiência do que se quer normatizar. Quando se coloca não se aplica, então,  
722 tudo que está nessa resolução, ela não tem qualquer incidência possível sobre aquele  
723 espectro da realidade que está sendo normatizado. Então, eu indago se a intenção  
724 secretária e demais conselheiros é a não aplicação ou a não obrigatoriedade. Ou seja,  
725 ela não se torna obrigatória, embora possa ser referencial. E aí só escolha o termo que  
726 utilizaria para deixar essa mensagem mais clara. Porque do jeito que está, realmente, ela  
727 não tem como ser invocada nas hipóteses que ela enumera. Se ela diz que simplesmente  
728 não é obrigatória, ela passa a ser algo apenas referencial. É só isso.

729 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
730 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Entendi, perfeito. Pois não.

731 **O SR. RAFAEL HENRIQUE SEVERO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**  
732 **Pecuária – MAPA)** – Só esclarecendo, a emenda do MAPA, ela se trata sobre as  
733 atividades diárias e rurais impulsivas, estabelecimento de pequenos produtores ou  
734 agricultores familiares. A questão do manejo florestal sustentável já foi aprovada no texto  
735 básico que a gente acabou de votar. Não foi feita alteração. Isso aí não é a nossa  
736 sugestão. A nossa sugestão é só o em vermelho.

737 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
738 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está certo. Perfeito. Entendido. Por favor.

739 **O SR. HELDER QUEIROZ (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) –**  
740 Bom dia. Helder Queiroz, representante de Sociedade Civil, Região Norte e Mamirauá.  
741 Eu tenho uma sugestão, uma proposta de redação alternativa para a emenda que está  
742 sendo apresentada pelo MAPA.

743 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
744 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pois não.

745 **O SR. HELDER QUEIROZ (Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá) –**  
746 Como o representante do MAPA acabou de explicar, o que ele está propondo é a adição  
747 desse trecho que está escrito em vermelho. Eu queria sugerir que esse trecho que está  
748 escrito em vermelho se transforme em dois outros parágrafos. § 3º, não se aplica às  
749 atividades de limpeza de áreas rurais impulsivas. E § 4º, não se aplica aos  
750 estabelecimentos de pequenos produtores e agricultores familiares. Justificativa. Nós  
751 pensamos que são casos distintos, precisam ser tratados e votados, deliberados  
752 separadamente. Obrigado. É uma sugestão.

753 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
754 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Não, não. Entendi. De fato, foi  
755 alertado. Eu que estou fazendo confusão, porque, na verdade, o texto base já excluía o  
756 manejo. Então, está correto. Perfeito. Me desculpe o equívoco na condução. É que eu  
757 sou do daltônico, sabe. Quando eu olho assim, eu não vejo muito bem o diferenciamento  
758 do vermelho ali. Mas está esclarecido. Vamos então, tem essa proposta de separar. Na  
759 realidade, a separação em dois parágrafos, em três parágrafos, aí ficaria três parágrafos,  
760 parece, não sei se é o melhor encaminhamento. Eu prefiro que a gente discuta o mérito.  
761 Se houver oposição a algum item, vamos discutir o mérito, não vamos separar em  
762 parágrafos para criar uma outra forma de votar. Eu acho que não podemos adequar o  
763 texto ao processo de votação, porque acaba desvirtuando. Então, vamos colocar em  
764 votação, já foram apresentados todos os elementos. Pois não, conselheira?

765 **A SRª. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
766 **– MMA) –** A gente já tem aquele parágrafo tratando a questão dos georreferenciados. A  
767 gente deveria reportar agora?

768 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
769 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, vamos só terminar essa discussão. Por  
770 favor, César Victor.

771 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**  
772 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Não, eu fiquei preocupado... César Victor,  
773 da FUNATURA Região Centro-Oeste, Sociedade Civil. Relacionado a essa questão de  
774 limpeza de áreas rurais em pozil. Esse negócio de pozil está muito vago, porque o pozil  
775 pode ser um descanso da terra por um ano, mas pode ser por mais de um ano, e nesse  
776 período que pode ser dois ou três anos, pode ter, obviamente, o aparecimento de ninhos,  
777 de abelhas. Então, eu acho que deveríamos ou melhor, qualificar ou discutir se realmente  
778 isso seria interessante estar fazendo parte dessa proposta.

779 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
780 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas é exatamente, César, exatamente o que  
781 está em discussão. Se você tem o argumento contrário, seria o momento de você colocar.

782 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**  
783 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA)** – Pois é, do jeito que está a redação, eu sou  
784 contrário. A gente tem que mudar essa redação aí, porque realmente temos que, pelo  
785 menos, estimar um prazo. Porque, como eu estou falando, a partir de um ano pode ser  
786 que apareça um ninho, de abelha, uma colônia, não sei. Pois é, a secretária Rita está  
787 falando que pozil, normalmente, se considera até cinco anos. Aí, obviamente, tem que  
788 ter especialistas, mas eu acho que, a partir de dois anos, já deve ter a possibilidade de  
789 ter ninhos de abelha lá. Então, acho que a gente tem que estabelecer um prazo desse  
790 pozil aí, até dois anos, no máximo.

791 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
792 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Por favor.

793 **O SR. RAFAEL HENRIQUE SEVERO – TITULAR (Ministério da Agricultura e**  
794 **Pecuária – MAPA)** – Não, só esclarecendo a questão da área pozil, a gente baseou pelo  
795 que está na lei, no Código Florestal. Então, no Código Florestal, ele já normatiza, a gente

796 não quis entrar nesse assunto aqui, porque eu acho que é uma outra resolução que não  
797 pode conflitar. Basicamente, é isso.

798 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
799 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu acho que o argumento aí, César e demais  
800 conselheiros, é que nós estamos tratando aqui de áreas que estão sendo objeto de  
801 autorização de supressão de desastro nativa. A área de pozil não é objeto de autorização  
802 de supressão de desastre nativa. O proprietário rural, pequeno, médio ou grande, tem  
803 direito a operar naquela área sem nova autorização de supressão de desastro nativa na  
804 área de pozil. Portanto, não se aplicaria nesse sentido. Eu acho que é essa a ressalva  
805 que está sendo trazida aqui. Repito, esta resolução não se refere à proteção geral das  
806 abelhas nativas sem ferrão. Ela se refere especificamente no ato de implementar uma  
807 SV, observar esse elemento. E no pozil não há autorização de SV, assim como foi o  
808 argumento fundamental apresentado pelo manejo, que eu me confundi e pus em  
809 discussão sem poder, na verdade, porque já tinha sido aprovado, porque no manejo  
810 florestal também não há SV. É um outro modelo de licença. Portanto, eu acredito que a  
811 única inovação, de fato, é nos pequenos produtores ou agricultores familiares que  
812 precisam, sim, de autorização de SV. E a única proposta, de fato, que avança porque  
813 eles vão precisar de uma SV e estariam sendo excluídos de operar de acordo com a  
814 resolução nesse caso. Acho que essa é a inovação real que a proposta do MAPA traz. A  
815 primeira é apenas um ajuste da legislação vigente. Por favor, Marçal.

816 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
817 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Marçal Cavalcante, presidente da  
818 ANAMMA. Só para acrescentar que alguns municípios emitem o SV e essa ação não tem  
819 município. Eu fui alertado, agora só está Estados e União Estado. Onde o município tiver  
820 área de supressão dessas ações, eu acredito que tem que passar para o município,  
821 porque no impacto é local e a ação será lá. Só para acrescentar isso aí em algum Art..  
822 Lá na parte de cima, Capo.

823 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
824 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então você propõe uma emenda, é isso?  
825 Então você propõe a emenda, por favor, Marçal.

826 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
827 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Propondo a emenda de acrescentar o  
828 município...

829 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
830 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas não é assim que propõe a emenda, não  
831 é? Você conhece melhor que eu. Você é um especialista. Você é um especialista em  
832 emendas.

833 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
834 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Onde tem Estado e município. Sobe.  
835 Sobe, sobe, sobe.

836 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
837 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Nosso deputado Marçal. Se ele não souber  
838 fazer uma emenda, quem sabe?

839 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
840 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – É antes, eu acho. É lá em uma que tem  
841 a obrigatoriedade dos Estados. Aí é nela. Aí, ó. Estados, distritos, municípios. Aí, é nessa  
842 aí, Capo. Só aí. Ah, sim.

843 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
844 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está propondo que acrescentar municípios.

845 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
846 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Exatamente. Só isso.

847 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
848 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – E municípios. Estados, vírgula, pelo Distrito  
849 Federal e municípios. Isso. Vírgula, nas esferas de suas competências.

850 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
851 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Obrigado.

852 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
853 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Tire essa vírgula, bota uma vírgula depois de  
854 municípios. Depois de municípios, põe uma vírgula, por favor. Isso. E o E entre Estados,  
855 isso. Bom, então, o Marçal, ao invés de nos ajudar a resolver a outra emenda, ele trouxe  
856 uma nova emenda, mas tudo bem. Faz parte do processo. Vamos, então, finalizar, por  
857 favor, com a questão da emenda do MAPA. Podia recolocar a emenda ali para a gente  
858 pôr em votação. Por favor. Esta resolução não se aplica de maneira... às atividades de  
859 limpeza de áreas rurais pozil e aos estabelecimentos de pequenos agricultores ou  
860 agricultores familiares. Aqueles que forem favoráveis a essa emenda, que se manifestem,  
861 por favor. Contrários, por favor. Contrários. Realmente, por distinção, aprovada a emenda  
862 apresentada pelo MAPA. E vamos agora, finalmente, a uma redação alternativa da  
863 emenda apresentada pelo representante do Estado do Rio de Janeiro, que é referente a  
864 esse ponto. O primeiro, não é isso? É o Art. 8º. Não, é o Art. 8º, exatamente. Essa aqui  
865 não foi aprovada, não é? Não, essa foi aprovada. Compatíveis com a espécie e volume...  
866 Nós não votamos essa ainda? Não, mas você não colocou não aprovada ali. Ela não foi  
867 aprovada. É, você não colocou não aprovada. Ou rejeitada, perfeito. Vamos, então,  
868 finalmente, no 8º. Isso.

869 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**  
870 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** – Então, a ideia  
871 seria manter o caput como está, salvo em relação aos dados georreferenciados das  
872 colônias, e aí criar um parágrafo. Não sei se já tem parágrafo no Art. 8º, mas se não tiver,  
873 seria o parágrafo único. Aí a redação encaminhei para a Marcela.

874 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
875 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Podia colocar aí, por favor?

876 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**  
877 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA)** – Os dados  
878 georreferenciados das colônias serão divulgados mediante requerimento motivado ao  
879 órgão ambiental vedado anonimato. A vedação de anonimato serve justamente para  
880 identificar o sujeito requerente e evitar que criminosos tenham noção dos dados  
881 georreferenciados.

882 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
883 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Eu diria que é impossível haver um  
884 requerimento motivado ao órgão ambiental que seja anônimo. Isso seria impossível.  
885 Parece uma linguagem.

886 **O SR. LEONARDO DAVID QUINTANILHA DE OLIVEIRA – TITULAR (Procurador do**  
887 **Estado do Rio de Janeiro do Instituto Estadual do Ambiente – INEA) –** Não tem, sim.  
888 Por exemplo, no Rio, tem o OVBR, não sei se é utilizado por outros estados, e é possível  
889 o anonimato. E pode motivar, porque tem um campo lá para o texto e a pessoa motiva.

890 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
891 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Tudo bem. Alguma questão em relação a essa  
892 forma de redação? Ou seja, garante a proteção dos dados ali do georreferenciamento,  
893 mas abre, atende... Rita, atende à demanda no caso de uma necessidade de fazer  
894 avaliação e os estudos e... Pode ser assim? Muito bem. Então, quem for favorável a essa  
895 emenda, por favor, que se manifeste. Com mais empenho, pessoal. Por favor. Obrigado.  
896 Muito bem. Agora, quem é contrário? Por favor. É aprovada a emenda também. Então,  
897 muito bem. Agora, a última. A emenda Marçal. Ah, não. Só a justificativa que apaga. O  
898 resto está correto. Tira a justificativa só. O resto está correto. E agora a emenda Marçal,  
899 que inclui os municípios. Alguém é contrário? Nós temos, de fato, casos em que o  
900 município opera licenciamentos por delegação dos estados, coisa que o Marçal não  
901 concorda também, porque ele acha que não precisaria de delegação, mas tudo bem, isso  
902 é uma outra discussão. Mas há, de fato, municípios que operam e emitem SV, portanto,  
903 ele alerta que é necessário que também o município tenha essa responsabilidade  
904 assumida pela resolução. Quem... Nesse caso, eu vou perguntar quem é contrário à  
905 inclusão dos municípios. Quem é contrário que se manifeste, por favor. E não havendo  
906 nenhuma manifestação, apoio integral unânime aos municípios. Marçal, parabéns.  
907 Aprovada essa emenda. Muito bem, então. Já analisamos as emendas. Aprovada, com  
908 as emendas aqui aprovadas também, a nova resolução Paulo Nogueira Neto. Muito bem.  
909 Muito bem, Paulo Nogueira Neto. Espero que você fique feliz com mais essa  
910 homenagem. Vamos, então, à segunda resolução. Proposta de resolução que reestrutura  
911 o Programa Nacional de Controle da Qualidade do Ar, PRONAR. Será apresentada pelo

912 nosso secretário nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade  
913 Ambiental, Adalberto Maluf. Por favor, secretário.

914 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
915 **Clima)** – Bom dia a todos e todas. Um prazer enorme estar aqui para a gente discutir  
916 novamente o tema dessa resolução. Extremamente relevante do ponto de vista  
917 ambiental, de saúde, do ponto de vista social. Eu acho como é notório a todos nós que  
918 todos respiramos o ar que nos envolve. Essa é uma política que impacta todos, mas tem  
919 um impacto muito maior nas comunidades vulneráveis, nas comunidades mais carentes,  
920 que, em geral, não têm um meio ambiente urbano construído ou as soluções tecnológicas  
921 que possam preservar esse direito constitucional, previsto na nossa Constituição, no Art.  
922 225, de que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Eu tenho  
923 alguns slides ali falando um pouco das principais ações de reestruturação. Basicamente,  
924 essa resolução é uma resolução de 1989, a resolução número 005. Naquela época, o  
925 Ministério do Meio Ambiente nem existia, era o IBAMA, o coordenador da política. Por  
926 favor. Só que a gente teve, nesse processo, a aprovação da Política Nacional de  
927 Qualidade do Ar. A gente teve, nesse meio, desde 1989, a aprovação dessa política, que  
928 trouxe já algumas inovações que foram incorporadas, e a Política Nacional fez esse nexos  
929 muito forte entre a saúde pública e a mudança do clima como um dos seus aspectos da  
930 Política da Qualidade do Ar. Lembrando que aqui a gente não está só lidando com os  
931 poluentes locais. Muitos desses poluentes locais também são poluentes climáticos de  
932 vida curta, por isso a interface das políticas de qualidade do ar, clima e saúde que foram  
933 muito bem incorporadas pelos nossos legisladores na Política Nacional aprovada. Os  
934 impactos são enormes, a gente vê ali o OMS, 6,5 milhões de pessoas morrem todos os  
935 anos. E muitos dessas contaminações, obviamente, infelizmente, acompanham desde a  
936 primeira infância até o resto da vida. Uma criança submetida à poluição na sua primeira  
937 infância, estudos internacionais mostram que, infelizmente, ela, com 15 anos de idade,  
938 não só terá mais problemas cardiorrespiratórios, diabetes, inflamações, dezenas de  
939 doenças documentadas, mas um nível cognitivo menor. O que, obviamente, traz uma  
940 tragédia muito grande para uma nova geração que, em geral, é impactada. Essa proposta  
941 foi elaborada pelo MMA e entrou aqui no CONAMA em outubro de 2024, admitida em  
942 janeiro de 2025. Foi enviada a resolução do PRONAR contendo uma proposta do plano

943 de episódios críticos de poluição. No decorrer da análise do impacto regulatório e do  
944 debate, foi proposta a criação de uma resolução inseparada para os episódios críticos,  
945 por isso que foi suprimido o capítulo. E essa resolução, eu tenho a grata satisfação de  
946 dizer que ela foi praticamente finalizada no grupo técnico, grupo de trabalho de qualidade  
947 do ar. Então, na próxima pauta da Câmara Técnica de Qualidade Ambiental, ela já será  
948 pautada. Espero que, na próxima reunião do CONAMA, ela venha para cá. A análise do  
949 impacto regulatório trouxe os diferentes cenários, seguindo as especificações do Decreto  
950 nº 10.419 e as alternativas propostas seguiram o processo analítico e hierárquico, uma  
951 metodologia basicamente utilizada nas AIRs. Então, depois da consulta pública, foram  
952 11 reuniões do GT, duas da Câmara Técnica, uma participação muito ativa e a gente fez  
953 questão de colocar o nome das organizações, não só das organizações da sociedade  
954 civil, o Instituto Alana, Coalizão Respirar e tantos outros parceiros nesse processo, mas,  
955 em especial, a participação muito ativa e muito pró-ativa da indústria, que, em nome,  
956 cumprimentar a CNT, a CNI, que tiveram maturidade muito grande de entender que  
957 algumas dessas políticas impactariam seus setores, mas, ao invés de obstruir, trouxeram  
958 bastante complementações que foram muito boas e a gente viu, aqui no início, a CNT  
959 mostrando a quantidade de estudos e ações que vem fazendo. Não é à toa que essa e a  
960 política do PROCONVE amanhã completa 40 anos. Teremos uma sessão aqui em  
961 homenagem aos 40 anos que eu vou mostrar amanhã, inclusive, os resultados  
962 maravilhosos que essa política pública já conseguiu fazer. E também agradecer muito  
963 aos órgãos de governo, não só a nossa equipe, lá no Departamento de Qualidade  
964 Ambiental, uma equipe muito comprometida com essa pauta da qualidade do ar, mas,  
965 em especial, o Ministério da Saúde, que teve um trabalho muito grande e, obviamente, a  
966 ANAMMA, que os municípios que vêm propondo ações no tema da qualidade do ar e,  
967 também, a ABEMA, que participou ativamente, técnicos da CETESB, do INEA do Rio de  
968 Janeiro, de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, participaram ativamente, eles que gerem  
969 uma boa parte dessas políticas. Então, aqui está o histórico dessa revisão, aprovados  
970 por todos os processos, e, basicamente, o que ela faz é uma revisão e uma atualização  
971 do PRONAR, que era lá de 89, trazendo e incorporando esses novos aspectos que foram  
972 advindos da Política Nacional de Qualidade do Ar. Então, com a Política Nacional de  
973 Qualidade do Ar, a gente sentiu essa necessidade de especificar e regulamentar muitos

974 desses incisos. Então, foram mantidos alguns instrumentos antigos do PRONAR, como  
975 os limites máximos de emissão, os padrões de qualidade do ar, que todos nós,  
976 conselheiros, aqui já aprovamos, lá em 2024, a Resolução nº 506, com os novos padrões,  
977 até a fase final da OMS, eles se mantêm, e os inventários. E, aí, incorporamos essas  
978 novas instrumentos trazidos pela legislação, que são o Sistema Nacional de Gestão de  
979 Qualidade do Ar, os planos de gestão e os relatórios anuais. E, no decorrer do trabalho,  
980 nós temos, hoje, uma consultoria da Federal de Santa Catarina, com 20 mestrandos e  
981 doutorandos que vêm trabalhando para a gente há dois anos nesse processo. E, aí, foram  
982 trazidos algumas novas instrumentos, debatidos e aprovados por todos, como  
983 instrumento da modelagem atmosférica e das regiões de controle da qualidade do ar.  
984 Então, com a aprovação da lei, também a gente surgiu essa necessidade de harmonizar  
985 e compatibilizar definições, tanto na Resolução 506 quanto na política, para evitar ali  
986 conflitos de interpretação. E, ao estabelecer essa rede nacional, a gente optou por trazer  
987 os critérios mínimos para a formação dessa rede e uma proposta nova, que eu,  
988 pessoalmente, considero bastante estratégica, pelo que a gente vê da boa prática na  
989 Europa, Estados Unidos, China e outros, de ter o núcleo das estações estratégicas de  
990 acompanhamento da qualidade do ar. Esse núcleo, em geral, é 25% a 35% da rede. Nós  
991 entendemos as preocupações da sociedade civil, de alguns membros, de que ter essa  
992 rede poderia incentivar os estados a só focar em manter a qualidade nessa rede  
993 estratégica e não em todas, mas, seguindo aquilo que os outros países fazem, a gente  
994 considerou que não. Ter essa rede estratégica, que é a que tem a série de dados histórica  
995 e tem uma maior relevância em relação à exposição da poluição, é mais fácil você poder  
996 medir o impacto das políticas. Mas isso não exclui que as outras estações da rede tenham  
997 que ser monitoradas e que as ações tenham que ser feitas. Mas a gente teve um pouco  
998 de divergência nesse tema, mas, felizmente, a Câmara Técnica de Qualidade Ambiental  
999 conseguiu o consenso. Então, a nossa proposta é pela aprovação desse núcleo de  
1000 estações estratégicas. E muitos dos debates sobre como seria essa rede, os detalhes, a  
1001 gente optou para deixar nos guias técnicos que vão ser criados em conjunto com a  
1002 ABEMA e com a ANAMMA, para não trazer um rigor muito grande de  
1003 complementariedade e a resolução que poderia ser superada depois. Então, a gente  
1004 trouxe essa classificação das regiões de controle, que basicamente é uma divisão do

1005 território em regiões de controle para ter uma gestão mais focada e eficaz, reconhecendo  
1006 a diferença entre as situações. Então, isso é muito bom, inclusive, para a indústria, porque  
1007 uma medida de controle, se você não consegue fazer em uma área muito específica,  
1008 você tem que fazer em toda a região. Então, ter essa capacidade de modelagem mais  
1009 restrita ajuda, em função a entender a dinâmica de várias fontes contaminantes e como  
1010 elas se interagem e a interação dos poluentes primários na geração dos secundários,  
1011 que são medidas pela legislação. E o inventário nacional de que o MMA deverá elaborar  
1012 um inventário nacional em até dois anos da entrada da resolução e atualizá-la quatro  
1013 anos. Nós apoiamos, obviamente, essa proposta e já fizemos, já corremos para fazer,  
1014 temos contratado o primeiro inventário nacional de emissões de fontes fixas, com a  
1015 Federal de Santa Catarina, que ficará pronto ainda no final desse ano e atualizamos já o  
1016 inventário nacional de emissão de fontes móveis, conforme eu vou mostrar. E aí, com a  
1017 lei, ela traz que após a aprovação do inventário nacional, os Estados teriam três anos  
1018 para fazer os seus estaduais. Então, a gente está trazendo essa regulamentação legal  
1019 para a resolução, para facilitar e trazendo ali algumas transições que foram pedidos pela  
1020 ABEMA, que todos nós concordamos. Aqui, uma das principais alterações, a gente tirou  
1021 a coordenação do Programa Nacional de Qualidade do Ar do IBAMA e trouxe para o  
1022 Ministério do Meio Ambiente, inclusive porque está na Política Nacional aprovada, e essa  
1023 resolução revoga por completo, não só a Resolução nº 05, quanto aqueles itens da  
1024 Resolução nº 491, que nós tínhamos regulamentado a maioria na Resolução nº 506, mas  
1025 deixado alguns temas relacionados ao IPEA e episódios críticos e outras coisas, então  
1026 revoga-se tudo para ter só uma resolução consolidada. E trouxemos também, a pedido  
1027 de muitos dos atores lá dentro, um conteúdo mínimo para esse relatório de avaliação,  
1028 para garantir que eles sigam um certo padrão, uma certa metodologia, seja nacional ou  
1029 estadual, para poder ajudar a sociedade que faça o monitoramento mais eficaz. Então,  
1030 em geral, a resolução trouxe, só compartilhar um pouco aqui do monitorar, que foi uma  
1031 das preocupações, inclusive, levantadas recentemente, de que o MMA tem que fazer um  
1032 seminário técnico com os órgãos e disponibilizar a ferramenta para o aplicativo e para o  
1033 repositório eletrônico. Então, esse comando foi mantido, e depois eu vou falar de duas  
1034 emendas propostas pela ABEMA, que já tem a nossa concordância, que consolidam isso.  
1035 E também, aqui no relatório anual de qualidade do ar, que nós lançamos há pouco tempo,

1036 já mostra essa evolução e o trabalho incrível feito por muitos Estados, desde 2023,  
1037 presidente Capobianco, até 2024, em dois anos, nós tivemos um aumento de 44% da  
1038 rede de monitoramento no Brasil. Lá em 2023, em junho de 2023, nós lançamos no MMA  
1039 a rede de monitoramento da qualidade do ar da região amazônica, um trabalho pioneiro  
1040 da Universidade Federal do Acre, com o Ministério Público. Queria agradecer em público  
1041 o trabalho e a liderança dos Estados da região amazônica, que, como a gente vê ali pelo  
1042 gráfico da direita, poucos anos atrás praticamente não existia monitoramento, e teve um  
1043 esforço muito grande de recursos orçamentários das secretarias e muitas conversões de  
1044 multa do Ministério Público Federal, que permitiram essa expansão magnífica da rede,  
1045 com uma nova metodologia que nós criamos de associar a emissão da qualidade com o  
1046 uso do solo, inovando nessa resolução do tema das queimadas. Então, queimadas em  
1047 especial quando associadas à mudança do uso do solo, a gente tem hoje na nossa  
1048 ferramenta essa disponibilização e, só para deixar já para todos os cientes, o TED que o  
1049 Ministério do Meio Ambiente fez, agradeço ao secretário Capobianco pela ajuda no  
1050 quesito orçamentário, que foi um aporte importante de orçamento da SQA, para a  
1051 construção e compra das estações de referência em todos os estados da região  
1052 amazônica. Nós já enviamos o recurso para Fiocruz no final do ano passado, já está em  
1053 compra, nós demos recursos para cinco estações, a Fiocruz complementou com mais  
1054 três, então hoje as oito maiores cidades da região amazônica terão, além da rede  
1055 indicativa colocada pelos estados, uma estação de referência que calibra toda a rede e,  
1056 com isso, nós acreditamos que o Brasil terá, finalmente, uma rede muito mais ampla e, a  
1057 pedido da ANAMMA, sobre a liderança do Marçal, também submetemos um projeto ao  
1058 FDD, o Fundo de Direitos Difusos, para comprar estações para todas as outras capitais  
1059 e grandes cidades que ainda não tinham, que nós vamos ver que a maioria está ali no  
1060 nordeste. Então, a maioria do nordeste que ainda não tem, nós tivemos já uma resposta  
1061 ali do Fundo de Direitos Difusos, pedindo complementações, mas a gente espera que  
1062 esse ano, o secretário Capobianco, a gente consiga, se tudo der certo, até o final desse  
1063 ano, a gente vai ter aumentado tranquilamente uns 60%, 70% das estações e cumprindo  
1064 o nosso PPA, que era sair de 25% para 35% das unidades federadas com monitoramento  
1065 para mais de 70%, então dobrando a nossa meta lá no PPA. Então a gente vê hoje, em  
1066 especial, ali na região amazônica, essas estações já indicativas já aprovadas, todas elas

1067 hoje associadas ao uso do solo. E no lançamento do nosso inventário, se coloca um  
1068 banco de dados muito dinâmico para que a sociedade possa monitorar nos últimos 45  
1069 anos o impacto de muitas dessas medidas pelo uso do solo, seja floresta, herbácea,  
1070 agropecuária e as outras. E o inventário internacional lançado há poucas semanas,  
1071 também um trabalho que a gente fez com recursos da Coalizão Clima e Ar Limpo da  
1072 ONU, que nós temos o privilégio de copresidir, esse documento o Brasil fez lá em 2013,  
1073 como todo mundo deve lembrar, 2013-2014, o seu primeiro inventário de emissões de  
1074 fontes móveis. Mas era um inventário parado lá no tempo, então o que a gente fez nesse  
1075 trabalho, também junto com as modelagens da Federal de Santa Catarina, foi construir  
1076 uma série histórica de 45 anos com todos os dados, criando pela primeira vez, inclusive,  
1077 o tema do material particular, do *black carbon*, do carbono negro. Então hoje o Brasil tem  
1078 e terá um banco de dados muito dinâmico para monitorar e ver os dados de emissão de  
1079 poluentes nos últimos 45 anos, e aí do lado direito eu trouxe alguns dos nossos últimos  
1080 relatórios, mostrando a eficácia, por exemplo, do PROCONVE e das ações que esse  
1081 CONAMA vem aprovando nas últimas duas, três décadas, você vê ali os picos de redução  
1082 de emissão lá em cima, associadas ao ciclo NOX, embaixo ali é o ciclo OTTO, como essa  
1083 redução vem sendo bastante significativa, mostrando que as políticas aprovadas por esse  
1084 Conselho, vem sendo corroboradas pelas estatísticas e pelos números. E aí, presidente,  
1085 antes se me permite só já trazer essas seis emendas propostas pela ABEMA, que já tem  
1086 o consenso.

1087 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1088 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Antes das emendas, vamos tratar do texto  
1089 base e depois das emendas.

1090 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1091 **Clima)** – Pode ser, pode ser.

1092 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1093 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Terminou?

1094 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1095 **Clima) –** Sim. Aí eu já iria para a votação do texto base, que foi aprovado por consenso  
1096 lá na Câmara Técnica, então não sei se algum conselheiro teria algum destaque.

1097 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1098 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Essa parte eu que faço. Obrigado. Não, não,  
1099 excelente, parabéns pela apresentação, uma salva de palmas, porque realmente o nosso  
1100 Adalberto fez uma apresentação muito extensa, muito detalhada, e realmente muito  
1101 meritório esse avanço que nós estamos fazendo conjuntamente, eu acho que é um  
1102 exemplo muito importante do funcionamento do SISNAMA, uma ação articulada entre o  
1103 Governo Federal, o Governo Estadual e os Governos Municipais. Parabéns, Adalberto.  
1104 Temos, então, o texto base, todos receberam ele. Gostaria de colocar em discussão o  
1105 texto base desta resolução, da resolução que reestrutura o Programa Nacional de  
1106 Controle de Qualidade do Ar, o PRONAR. Se tiver algum conselheiro que queira utilizar  
1107 a tribuna, está franqueado a todos aqui presentes.

1108 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1109 **Clima) –** Se puder, talvez, só ir passando o texto, pessoal, são 15 páginas.

1110 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1111 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Todos receberam o texto e eu acho que todos  
1112 tiveram a oportunidade de analisar, e está aberto aqui a possibilidade de discussões a  
1113 respeito dele, após a sua exaustiva e detalhada apresentação. Parece que não temos  
1114 dúvida, então, vamos iniciar com o nosso ritual regular de votação do texto base, sem  
1115 prejuízo às emendas que serão apresentadas na sequência. Quem é favorável à  
1116 aprovação da resolução que reestrutura o Programa Nacional de Controle do Lado do Ar,  
1117 o PRONAR, que se manifeste por favor, de forma veemente? Beleza. Muito obrigado.  
1118 Quem é contrário a esta maravilhosa resolução que se manifeste, por favor? Aprovado,  
1119 sem nenhum voto contrário. Beleza. Agora vamos às emendas, emendas, inclusive, que  
1120 me informam secretário, que já foram previamente discutidas com a ABEMA, não é isso?  
1121 Então são emendas conjuntas. A ABEMA, Governo Federal, por favor, apresentar.

1122 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1123 **Clima)** – E na última reunião, quando foi o pedido de vistas feito aqui pela secretária  
1124 Andréa Vulcanis, em nome da ABEMA, ela trouxe preocupações bastante importantes  
1125 em relação à continuidade da parceria existente e a identificação de fontes de  
1126 financiamento para a implementação. Por isso, as áreas técnicas tiveram bastante,  
1127 algumas reuniões, nessas últimas semanas. Agradecer à secretária Andréa, que  
1128 pessoalmente se envolveu nesse processo. E foi feita uma absorção praticamente da  
1129 proposta da ABEMA, da inserção desses dois parágrafos, de que o MMA deverá  
1130 disponibilizar diretrizes técnicas, especificações de interoperabilidade, visando o  
1131 intercâmbio seguro de informação entre instituições nos dados da resolução e que os  
1132 órgãos responsáveis manterão instância permanente de diálogo.

1133 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1134 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você tirou a emenda?

1135 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1136 **Clima)** – Instância permanente de diálogo para tratar da padronização, consistência e  
1137 integração dos dados, assegurada a adoção de medidas. No decorrer do debate, nós  
1138 achamos inicialmente que não era necessário, porque isso já ocorre. Nós já temos uma  
1139 instância da ABEMA com o MMA e achamos que isso era algo relativamente natural. Mas  
1140 as ponderações da ABEMA é que, eventualmente, a gente pode ter uma mudança de  
1141 governo no futuro, de que um ou outro lado do SISNAMA possa não querer ou não se  
1142 comprometer com essa padronização. Então, se achou melhor colocar que essas  
1143 diretrizes, especificações de interoperabilidade deveriam ser garantidas e essa instância  
1144 permanente de diálogo e que a nossa área técnica aprovou a proposta da ABEMA, então  
1145 a nossa sugestão aqui ao plenário será que quando essas duas emendas vierem, seriam  
1146 pela aprovação. Por favor.

1147 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1148 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Mais alguém tem emendas e  
1149 gostaria de... Pois não? Eduardo.

1150 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1151 **Clima)** – Talvez uma proposta, presidente Capobianco, seria votar essas que já têm um  
1152 acordo nosso e depois...

1153 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1154 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você pode deixar que a gente conduz aqui,  
1155 mas você pode sentar, você pode conduzir também.

1156 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
1157 **Indústria - CNTI)** – Eduardo Armando, CNTI, Confederação dos Trabalhadores da  
1158 Indústria. E nós fizemos um pedido de destaque e fizemos quatro propostas de inclusão.  
1159 Uma vai um pouco em relação a essa questão do § 3º da questão, mas nós achamos  
1160 importante essas quatro emendas no sentido de garantir a interoperabilidade, a relação  
1161 com a discussão da saúde, que nós tivemos aqui uma apresentação na última reunião,  
1162 muito interessante sobre essa questão dos dados da saúde, etc. A gente fez, fizemos  
1163 essas quatro propostas e nós não as vimos aí e gostaríamos de que elas fossem também  
1164 contempladas na discussão.

1165 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1166 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Claro, foram apresentadas as duas emendas  
1167 do Armando. Você enviou para o secretário? Por favor, então, nós temos as duas  
1168 emendas, vamos lá verificar as emendas do Eduardo Armando. Vamos lá, por favor.

1169 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1170 **Clima)** – Então, o próximo slide seria as outras duas emendas.

1171 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1172 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ah, tem mais duas ainda? Ah, me desculpe,  
1173 então apresenta, desculpa, a da Adalberto, eu não sabia que tinha mais duas de vocês.  
1174 Então apresenta e na sequência apresentamos a do Eduardo Armando, por favor.

1175 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1176 **Clima)** – Então, essa próxima também vem nessa linha da preocupação que a ABEMA  
1177 levantou, de garantir a implementação.

1178 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1179 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Mas ela não está aqui, não é?

1180 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1181 **Clima) –** É só o próximo slide, por favor.

1182 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1183 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Próximo slide, por favor.

1184 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1185 **Clima) –** Que foi muito bem trazido pela ABEMA, de que os planos, obviamente, eles  
1186 deveriam trazer também identificação de fontes potenciais de financiamento e  
1187 mecanismos de acesso ao financiamento. E mecanismos de acompanhamento e  
1188 avaliação dessa implementação da aplicação dos recursos. A ABEMA tinha feito uma  
1189 proposta de texto, a nossa área técnica, outra. Fiquei muito feliz de ver que se chegou a  
1190 esse texto de consenso. Então nós também colocaríamos, presidente, esse e o próximo  
1191 slide, que um é para alterar o plano nacional e as outras emendas iguaizinhas, é aqui na  
1192 próxima, no Art. 20, seria muito para as duas de cima ali, seriam feitas nos planos  
1193 estaduais. Então só a mesma emenda que a identificação de fontes e garantir a  
1194 implementação, monitoramento e a efetividade, se acrescenta como requisito mínimo do  
1195 plano nacional e, obviamente, também do plano estadual. Então foi uma questão de  
1196 isonomia. Então essas quatro emendas, digamos, mais duas aqui, o inciso 9 e décimo  
1197 do Art. 18 e o inciso 9 e décimo do Art. 20, seriam feitas uma proposta conjunta da MMA  
1198 e a ABEMA pela sua aprovação. E aí a última, por favor, aqui embaixo, o Art. 22, o décimo  
1199 segundo, também uma proposta que a ABEMA fez, foi negociado um texto alternativo,  
1200 inclusive com participação de outros órgãos do governo federal, e se chegou nesse novo  
1201 Art., os planos de gestão devem ser elaborados em consonância com o princípio da  
1202 progressividade na medida das capacidades institucionais, técnicas e financeiras. Uma  
1203 preocupação que a gente ouviu da ABEMA, de que muitos estados ainda não têm a  
1204 capacidade técnica, tudo, então não seria justo que eles tivessem de cara que entregar  
1205 tudo. Mas eles têm um plano detalhado, mostrando a progressividade do atingimento das  
1206 metas, nós consideramos que seria também uma emenda bastante oportuna e que não  
1207 teria problema. E aí depois tinha mais uma emenda, que a ABEMA traz, que a gente não

1208 conseguiu no consenso, que aí eu imagino que a André, representando a ABEMA, vai  
1209 fazer em separado. Mas a minha proposta, presidente, se é possível, seria votar essas  
1210 que nós temos consenso.

1211 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1212 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos ver então as emendas do conselheiro  
1213 Eduardo Armando, por favor, se tem uma emenda a mais? Está bom. Nós vamos ver se  
1214 podia pôr na tela inteira, por favor? Tirar o resuminho ali do lado, não é? Só você tirar o  
1215 resumo do lado. Nos três tracinhos à esquerda, por favor. Obrigado, agora põe isso, mais  
1216 um pouquinho. Art. 2º, onde couber, a entregar com os dados do SUS. Adalberto, você  
1217 está acompanhando? Adalberto, por favor.

1218 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1219 **Clima)** – Nós vimos muita pertinência nessa sugestão que foi feita, esse é um trabalho  
1220 que já está em andamento, tanto é que temos o painel vigiar, que é um painel que o  
1221 Ministério da Saúde usa os nossos dados e coloca os dados de saúde pública, mas a  
1222 nossa área técnica achou que nessa resolução não teria como a gente trazer um  
1223 comando obrigando a política de saúde do SUS, sem que os órgãos do sistema tivessem  
1224 sido ouvidos de fazer essa integração meio que obrigatória desses dados e consideramos  
1225 que isso poderia estar no manual técnico de integração para que faça esse trabalho  
1226 progressivamente com os entes federados também do sistema de saúde e  
1227 eventualmente sejam incorporados nesses guias, mas vemos a pertinência assim dessa  
1228 proposta. E a segunda de identificar áreas prioritárias de qualidade do ar chamadas como  
1229 contaminadas, a gente acha que não precisaria porque já tem todo o capítulo das áreas  
1230 de controle e das áreas degradadas que são sujeitas ao controle, então o termo usado  
1231 na legislação é áreas degradadas, não áreas contaminadas, por isso a gente optou por  
1232 usar a legislação, por isso não acatamos a sugestão do número 2.

1233 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1234 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Tem mais alguma emenda para baixo,  
1235 Adalberto?

1236 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1237 **Clima)** – Assim, no Art. 16. Está, depois foi feito também essas outras relacionadas ao  
1238 Art. 16º, das regiões de controle, trazendo também ali que ocorrências de doenças  
1239 relativas ao aparelho respiratório e ocorrências internacionais na área de saúde a partir  
1240 da identificação do SUS. Vimos muita pertinência e mérito nisso, mas a gente realmente  
1241 considerou seguindo aquela lógica de que primeiro teria que estar nos manuais da  
1242 integração, um trabalho ativo com os entes federados do Sistema Único de Saúde e  
1243 depois eventualmente trazer algum mandato, que a gente como SISNAMA não teria essa  
1244 atribuição de obrigar os órgãos do Sistema Nacional de Saúde a obrigatoriamente trazer  
1245 seus dados no nosso sistema, apesar de ver mérito nessa interface e saber que tem um  
1246 capítulo também sobre isso nos nossos guias técnicos de implementação.

1247 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
1248 **Indústria - CNTI)** – Com todo respeito e admiração que eu tenho, companheiro, que me  
1249 antecedeu, se essas questões fossem colocadas antes para nós, a gente poderia ter  
1250 evoluído para alguma outra questão, porque tanto as primeiras sugestões estão naquele  
1251 parágrafo 3 que foi discutido com a ABEMA, que é a questão de integrações de bases  
1252 de dados. Eu não entendo por que você não pode colocar referências públicas que já  
1253 estão feitas pelo Ministério da Saúde objetivamente em seu cadastro disponibilizado para  
1254 a população, para os órgãos de controle, por que nós não podemos incluí-las aqui? Eu  
1255 não tenho nenhum, vamos falar assim, mandato para falar em nome da saúde, mas essas  
1256 referências da saúde, tanto do ponto de vista das doenças respiratórias, quanto do ponto  
1257 de vista das mortes ocasionadas por o processo de poluição, se estão disponíveis lá no  
1258 cadastro do SUS para nós, da população, para os órgãos de controle, para... Por que o  
1259 MMA não pode fazer essa discussão e utilização? Não estou obrigando-os, eles já estão  
1260 fazendo. É uma outra coisa, nós estamos atrás do processo, estamos agora discutindo o  
1261 elemento que eles já estão disponibilizando. E essa questão das áreas que eu chamei  
1262 de contaminadas é uma discussão objetiva, porque as áreas contaminadas no caso  
1263 específico ou degradadas nos casos específicos de poluição, principalmente poluição  
1264 química e de metais pesados, elas afetam a questão da poluição do ar diretamente em  
1265 função da questão da poeira e da absorção nesse processo. Isso já está sendo avaliado  
1266 pelo Tribunal de Contas da União, já tem posição do Tribunal de Contas da União sobre

1267 isso, posição do Tribunal de Contas de Minas Gerais sobre isso, e que aponta todas  
1268 essas questões. Eu não vejo por que não incorporar uma questão que já está disponível  
1269 tanto para os órgãos de controle quanto para a população em geral.

1270 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1271 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ficou claro. Obrigado, Armando. Você queria  
1272 fazer algo? Por favor.

1273 **A SRª. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**  
1274 **IBAMA)** – Obrigada, secretário Capobianco. Eu ia falar sobre a segunda emenda  
1275 proposta pela CNTI, se você puder voltar para aquele texto da CNTI.

1276 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1277 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Texto em Word, por favor. É outro texto.  
1278 Estamos na procura do texto. Enquanto o Pedro Ivo chega...

1279 **A SRª. ROSÂNGELA MARIA RIBEIRO MUNIZ (Diretora de Qualidade Ambiental –**  
1280 **IBAMA)** – É aquela que fala de áreas contaminadas. Aqui, monitoramento prioritário de  
1281 áreas contaminadas. Esse 2 aqui. Identificar prioritariamente a qualidade do ar nas áreas  
1282 identificadas como contaminadas. Ficou confuso porque áreas contaminadas, a  
1283 resolução CONAMA 420, que também está sendo revista, trata basicamente de solo e  
1284 de água subterrânea. Não tem incidência em poluição do ar. É um outro modelo de  
1285 monitoramento, outro modelo de gerenciamento. Acho que cria um equívoco técnico  
1286 muito grande aqui. Você misturar a qualidade do ar com áreas contaminadas. Tanto é  
1287 que estamos concluindo agora a revisão da Resolução CONAMA 420. Já devemos  
1288 apresentar o CONAMA já em abril. Viu o presidente Rodrigo Agostinho? Ele fica na nossa  
1289 cola para terminar... Ou, no máximo, em maio. E não temos qualquer referência lá à  
1290 qualidade do ar na resolução. Então, assim, o IBAMA se manifesta contrariamente.

1291 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1292 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Não, não, Armando, não, não,  
1293 por favor. Agora nós temos... Não, não, um minutinho, por favor, um minutinho. Não, não,  
1294 agora é com a Andréa. Por favor, Andréa.

1295 **A SR<sup>a</sup>. ANDRÉA VULCANIS – TITULAR (Governo do Estado – Goiás)** – Bom dia,  
1296 conselheiros, conselheiras, presidente. Eu só, em nome da ABEMA, nós tínhamos de  
1297 fato feito o pedido de vistas dessa resolução. Apresentamos o relatório com todas as  
1298 emendas e quero só realmente fazer um agradecimento muito grande à equipe do próprio  
1299 Adalberto, ao própria Adalberto, a Caíssa, que esteve comigo pacientemente. Às vezes  
1300 não consigo responder o WhatsApp, há tempo, enfim, mas acho que foi muito produtiva.  
1301 Esses avanços são importantes e eu só queria fazer, de fato, além do agradecimento,  
1302 uma justificativa do porquê desse pedido de vistas, além das questões de integração de  
1303 dados, que sempre são importantes e a gente precisa pensar no futuro e deixar isso tudo  
1304 muito bem preparado. Penso que para nós, dos Estados, toda vez que uma resolução do  
1305 CONAMA entra em vigência, imediatamente a gente já consegue, já começa a receber  
1306 pressões e documentos e resoluções e tudo do Ministério Público, inclusive proposição  
1307 de ação civil pública para que a gente passe a implementar e com responsabilidade  
1308 pessoal. Essa tem sido uma novidade aí nos órgãos do gestor, do titular da pasta. Então,  
1309 no nosso CPF, nós respondendo pela implementação ou não de determinadas políticas  
1310 públicas e, sobretudo, essa aqui do PRONAR, ela é uma política pública importantíssima,  
1311 necessária, porém, ela é muito cara, não só na perspectiva da aquisição dos  
1312 equipamentos, mas também de pessoal que os órgãos devem ter para conseguir dar  
1313 conta, de integrar, de gerir, de fazer a gestão de todas essas informações e os próprios  
1314 relatórios recentes que o Ministério produziu junto com o IPEA mostram as deficiências  
1315 que são estruturais dos órgãos estaduais. Então, a nossa preocupação veio muito nesse  
1316 sentido. Então, o acordo de texto que a gente fez ficou muito bom. A proposta do Art. 22,  
1317 que se insere na medida das capacidades dos órgãos e que seja uma implantação  
1318 progressiva, nos atende. A gente tinha mais duas emendas no sentido de, na tentativa  
1319 de proteger, de certa forma, os titulares dos órgãos, mas conversando aqui agora com a  
1320 diretoria da ABEMA, o presidente Eduardo Taveira, a Mauri, a gente entendeu por não  
1321 apresentar e fica aqui o nosso compromisso dos estados, em nome da ABEMA, de todos  
1322 os estados, de que a nossa intenção é de integrar essa rede cada vez de forma mais  
1323 propositiva e temos de fato a gestão de qualidade do ar, que é absolutamente importante,  
1324 não só para o meio ambiente, mas também para a saúde pública. Então, com essas  
1325 palavras aqui em nome da ABEMA, do nosso presidente, Eduardo, agradeço, viu?

1326 Capobianco, foi muito bom esse momento em que a gente pode sentar com o MMA e  
1327 obter bons consensos. Muito obrigada.

1328 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1329 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Excelente, Andréa. Muito obrigado. Acho que  
1330 esse que é o espírito que deve nos conduzir sempre na busca de consenso, entendendo  
1331 a necessidade de avançar com as normativas, com a legislação, com a implementação,  
1332 garantindo, evidentemente, condição para fazer isso e uma parceria para viabilizar.  
1333 Então, super obrigado. Então, nós temos as emendas. Vamos fazer a votação das  
1334 emendas. Eu só queria, Armando, você pode falar, mas eu só queria evitar um pouco  
1335 esse ping-pong, porque já ficou clara a sua posição, já ficou clara a posição do IBAMA,  
1336 já ficou clara a posição da Secretaria, e agora quem decide é esse maravilhoso plenário.  
1337 Então, não adianta a gente ficar no pingue-pongue aqui, porque nós vamos ficar o dia  
1338 inteiro...

1339 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
1340 **Indústria - CNTI)** – Não, não é pingue-pongue. É rapidinho, só sobre esclarecimento, por  
1341 que cruzar a questão da qualidade do ar com a questão do monitoramento de águas  
1342 degradadas? Nós estamos monitorando poeira também. Olha lá nos itens que nós  
1343 estamos sendo monitorados. Não é só gases. As poeiras estão lá. E as poeiras vêm de  
1344 onde? Vêm do solo degradado. Tanto em Paracatu, quanto em Brumadinho, mas nós  
1345 vamos falar nisso depois aqui. Então, não tem tecnicamente nada de extraordinário. A  
1346 poeira é gerada a partir das partículas de poeira a partir das áreas degradadas. O  
1347 cruzamento é importante para isso.

1348 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1349 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Desculpa, deixa eu explicar o seguinte. É  
1350 evidente, você tem razão. Ninguém aqui discorda disso. O que está sendo colocado?  
1351 Como é que isso se torna factível? Nós temos aqui, nós somos o SISNAMA. Nós somos  
1352 o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Nós temos as nossas competências. Nós  
1353 podemos buscar integrar com o órgão de saúde? Evidentemente. Devemos buscar  
1354 integrar com o sistema da defesa agropecuária? Evidentemente. Mas nós não podemos  
1355 incluir uma determinação disso em uma resolução do CONAMA, porque nós estamos

1356 afetando um outro segmento, um outro sistema. É esse que é o problema. Então, talvez,  
1357 Adalberto, o que a gente pudesse colocar era buscar promover a integração, deverá  
1358 promover a integração com dados do sistema de saúde, mas nós não podemos  
1359 determinar isto. E a questão de áreas degradadas, já foi esclarecido aqui, é uma  
1360 resolução à parte, uma discussão sobre, inclusive, como é que você caracteriza...  
1361 Eduardo, desculpa. Não, desculpa, eu não vou lhe dar a palavra novamente, desculpa.  
1362 Porque, repito, todo mundo aqui é calejado, conhece esse assunto, *ad nauseam*. Mas  
1363 tudo bem. Mas veja bem. Companheiro Eduardo, companheiro Eduardo, o CONAMA, no  
1364 primeiro ato das minhas, das presidências do CONAMA, eu tenho por obrigação de ofício  
1365 informar ao plenário as resoluções que foram admitidas pelo CIPAM. O objetivo de  
1366 informar ao plenário as resoluções que foram admitidas ao CIPAM é para que todos os  
1367 interessados naquele tema busquem participar. As reuniões são abertas, qualquer um  
1368 pode participar das reuniões das câmeras, pode participar de todo o debate, participa do  
1369 plenário, portanto, ninguém é chamado e ninguém é convidado. Os conselheiros são  
1370 plenamente empossados no papel e no poder de participar a qualquer momento. Então,  
1371 não me diga que o senhor não foi chamado a participar. O senhor foi chamado, sim, a  
1372 participar. E eu gostaria de seguir com a deliberação, por favor. O senhor pediu vistas. O  
1373 senhor pediu vistas coletivas. O senhor participou do pedido. Eu não estou entendendo,  
1374 Armando. Oi? Por favor.

1375 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
1376 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Armando, o pedido de vistas foi compartilhado.  
1377 Geralmente, a gente recebe o pedido de vistas e, quando tem emenda, a gente projeta  
1378 separadamente. Seria o ideal que tivesse sido entregue para a gente projetar  
1379 separadamente. Mas não tem nenhum problema. Você chamou a atenção que existiam  
1380 emendas no pedido de vistas e ele está disponível. Então, o pedido de vistas foi  
1381 compartilhado com todos e ele foi projetado como a proposta. Está bem.

1382 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1383 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Então, eu gostaria de colocar em  
1384 votação, inicialmente, as emendas que foram elaboradas em comum acordo, propostas  
1385 pela ABEMA, analisadas, ajustadas e oferecidas ao plenário aqui pelo secretário do

1386 Adalberto Maluf. Vamos, por favor, votar as emendas da apresentação do PowerPoint,  
1387 que tratam das emendas onde há entendimento e acordo. Muito bem. Vamos votar em  
1388 bloco, nas páginas aqui, para não confundir, vamos votar por página. Não todas em bloco,  
1389 porque é difícil acompanhar. Então, vai a primeira emenda. Essa primeira aqui, nós temos  
1390 duas emendas do Art. 3º e do Art. 15, que trata do texto que já foi apresentado pelo  
1391 Adalberto Maluf. Está projetado na tela. Gostaria de saber se podemos, qual é a posição  
1392 do plenário, se aprova essas duas emendas. Quem for favorável, levante o crachá, por  
1393 favor. Muito bem. Obrigado, Marçal. Efusivamente apresentou. Quem vota contra? Não  
1394 há nenhum voto. Heloísa, você votou contra? Não? Ela demorou para abaixar. Estava  
1395 efusivamente a favor. Então, ainda não havendo nenhum voto contrário. Aprovadas  
1396 essas duas emendas. Próximas emendas, por favor, na próxima página. Agora, no Art.  
1397 19, incisos 4 e 5, inclusão de dois incisos. Todos tiveram apresentação pelo secretário.  
1398 Manifestação de apoio da ABEMA. Quem é favorável, que se manifeste, por favor, essas  
1399 duas emendas. Muito bem. Contrários, por favor. Um voto contrário. Aprovadas as duas  
1400 emendas. Próximo, agora, as duas últimas emendas apresentadas pelo secretário do  
1401 Adalberto Maluf. Art. 20, incisos 9, 10 e Art. 22, um novo artigo. também aqui  
1402 apresentado. Quem for favorável a essas emendas, se manifeste, por favor. Contrários,  
1403 por favor. Aprovadas as emendas. Muito bem. Agora, emendas apresentadas pela CNTI.  
1404 Por favor. A pergunta que eu faço ao conselheiro Eduardo Armando e ao secretário  
1405 Adalberto Maluf sobre a possibilidade de transformar essa emenda que determina a  
1406 integração de dados à recomendação para a busca de integração dos dados de saúde.  
1407 Seria possível caminhar uma emenda conciliatória nesse sentido?

1408 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1409 **Clima) –** Seria possível abrir a resolução lá nos objetivos? Porque tem dois incisos que  
1410 falam de saúde. Eu queria relê-los para ver se o conselheiro da CNTI já se sentiria ali ou  
1411 se a gente muda ali. Objetivos do PRONAR, por favor, o número 5º. Inciso 5º. Preservar  
1412 a saúde pública, o bem-estar e a qualidade ambiental, minimizar os danos à população.  
1413 Então, já é um objetivo do PRONAR fazer essa preservar a saúde pública e minimizar os  
1414 danos. E lá no Art. 19, por favor, quando a gente fala do plano nacional e depois dos  
1415 planos estaduais, ele coloca já como requisito mínimo do plano que vai ter que ser feita  
1416 essa identificação das fontes, pensando a saúde e o meio ambiente. O plano nacional e

1417 depois o estadual é a mesma coisa. O plano que se refere ao caput deverá ter como  
1418 conteúdo mínimo o diagnóstico, incluindo a identificação de principais fontes atmosféricas  
1419 para o meio ambiente e a saúde. Então, já traz dentro do PRONAR o objetivo ali que fala  
1420 de saúde, traz a obrigação de que ele esteja no plano estadual e municipal e o guia  
1421 técnico de integração de dados, que é o que a gente faz junto com a ABEMA, ali eu acho  
1422 que a gente podia pensar em ter um capítulo, talvez até mais robusto, específico, que  
1423 nossa primeira fase de integração foi o Vigiar, que apresentou aqui na última reunião,  
1424 que basicamente é os dados monitorar com custos para a saúde pública e a quantidade  
1425 de mortes associadas, mas, eventualmente, tem mais espaço para essa coordenação.  
1426 Então, não sei se talvez o conselheiro já se sinta contemplado.

1427 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
1428 **Indústria - CNTI)** – Ali está escrito, abaixa um pouco, não, subir, apresentar, inclusão no  
1429 Art. 2 do texto, que são os objetivos, onde couber, ou seja, eu estou delegando para  
1430 vocês, para dizer onde cabe, colocar a questão da integração de dados, a gestão da  
1431 qualidade do ar com dados e disponibilidade. Isso é uma questão. A segunda, que é  
1432 identificar a questão da qualidade do ar nas áreas identificadas como contaminadas, não  
1433 resolveria essa posição. Por quê? Por causa da relação inerente à atmosfera com o solo,  
1434 objetivamente.

1435 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1436 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Conselheiro, o senhor não se considerou  
1437 satisfeito pelos esclarecimentos do secretário Adalberto, correto? Não, o senhor não se  
1438 considerou, só me responda à pergunta. Tudo bem, mas então, atendendo a reação da  
1439 nossa Secretaria, que está na frente, e que nós não podemos vincular o sistema de saúde  
1440 ao sistema nosso, que nós poderíamos buscar, talvez, buscar integrar, promover a  
1441 integração, seria possível?

1442 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1443 **Clima)** – Talvez o inciso 13º, por favor, ali dos objetivos.

1444 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1445 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Artigo 1º.

1446 **O SR. ADALBERTO MALUF – TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do**  
1447 **Clima)** – Artigo 1º, 13º, vai descendo, não, 1º, Art. 1º, lá em cima, nos objetivos. Tem um  
1448 inciso que fala alinhar-se com as políticas de combate à mudança do clima de forma a  
1449 maximizar os cobenefícios. Aqui, a gente poderia sugerir acrescentar, alinhar-se com as  
1450 políticas de combate à mudança do clima, vírgula, de saúde pública, de modo a  
1451 maximizar os cobenefícios. Então, coloca expressamente... E de saúde pública. Esse  
1452 alinhamento, para deixar mais claro, apesar de que, deixo em público aqui o nosso  
1453 compromisso, a nossa gestão já está finalizando a atualização do guia técnico, vai ter um  
1454 capítulo, vocês serão chamados. Talvez foi uma falha nossa que nós respondemos  
1455 oficialmente a proposta de vocês por e-mail, dizendo por que a gente não concordava,  
1456 mas talvez tenha falhado nossa de ter marcado uma reunião presencial para poder  
1457 explicar melhor. Mas eu acho que, assim, a gente ir acrescentando e alinhar-se com as  
1458 políticas de combate à mudança do clima e de saúde pública de forma a maximizar os  
1459 cobenefícios.

1460 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1461 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Então, com essa redação, porque  
1462 aí, inclusive, a área é contaminada. Muito bem. Quem é favorável a essa alteração? Por  
1463 favor, que se manifeste. Contrários, por favor. Contrários? Muito bem. Então, aprovada.  
1464 Obrigado, Eduardo Armando, pela veemência da defesa. Obrigado, Adalberto, pela  
1465 busca de solução. E, com isso, encerramos a votação das emendas. E aprovada a  
1466 resolução. Parabéns, Eduardo Adalberto Maluf. Parabéns à ABEMA, ANAMMA.  
1467 Parabéns aos conselheiros. Muito bem. De imediato, passamos, então, para a próxima  
1468 resolução. Proposta de resolução sobre critérios e condições mínimas para emissão de  
1469 autorização por adesão e compromisso para queima controlada com finalidades  
1470 agrossilvopastoris. Teremos o prazer de receber a conselheira do Estado do Mato  
1471 Grosso, membro do COMIF, Mauren, para a defesa.

1472 **A SRª. MAUREN LAZZARETTI (Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo -**  
1473 **COMIF)** – Marçal não ia perder a oportunidade. Bom dia a todos e todas. Eu vou pedir  
1474 que possam, por favor, colocar a apresentação. Conselheiro Capobianco, nosso  
1475 presidente. Essa é uma resolução que tem uma tramitação tanto quanto diferenciada,

1476 porque ela se iniciou no âmbito do COMIF, o comitê que trata especificamente da  
1477 regulamentação da Lei Nacional de Manejo de Uso Integrado do Fogo. É uma proposta  
1478 do Ministério de Meio Ambiente, mas que foi conduzida no âmbito do COMIF, o grupo de  
1479 trabalho pela ABEMA, que eu conduzi. Então é uma resolução que teve um amplo debate  
1480 e tratativas muito mais extensas do que só aqui no âmbito do nosso conselho. Ela  
1481 estabelece critérios e condições mínimas para emissão da autorização por adesão e  
1482 compromisso para queima controlada com finalidade específica de atividades  
1483 agrossilvopastoris em todo o território nacional. Uma inovação é a primeira vez que nós  
1484 iniciamos a estabelecimento de padrões mínimos antes de que qualquer ente integrante  
1485 do SISNAMA tenha emitido esse tipo de ato autorizativo. Dentro desse contexto  
1486 normativo, então de fato ela nasce na Lei 14.944 que trata da Política Nacional de Manejo  
1487 Integrado. Obviamente que a atribuição está vinculada ao CONAMA pela Lei 16.938. No  
1488 âmbito do COMIF as discussões foram atreladas aos outros instrumentos de manejo  
1489 integrado do fogo com o apoio do secretário executivo André que conduziu as discussões  
1490 nós fizemos uma ampla análise efetiva de quem seria a competência e tratamos de  
1491 aspectos técnicos no âmbito do COMIF para depois encaminhar a este conselho que tem  
1492 efetivamente a atribuição de regulamentar o assunto. O secretário André chegou estava  
1493 fazendo agora o secretário André um resumo e um elogio a sua condução no âmbito do  
1494 COMIF, as definições que foram preliminares ao envio da resolução que depois ingressou  
1495 dentro do que estabelece o procedimento do regimento. Então esta autorização ela  
1496 decorre de instrumentos legais nacionais e o nosso objetivo é tornar o procedimento para  
1497 sua emissão algo que tenha a regulação a nível federal e que possa ser padronizado em  
1498 todo o Brasil. Aqui só uma pequena linha do tempo, então nós iniciamos essas  
1499 discussões no COMIF em abril de 2025, foi instituído um grupo de trabalho no âmbito do  
1500 COMIF com inúmeras reuniões, esta aprovação ocorreu inicialmente no âmbito do  
1501 COMIF ainda em 2025, o COMIF aprovou a recomendação nº 4 de 2025 enviando ao  
1502 CONAMA com as notas técnicas e os documentos que subsidiaram a elaboração da  
1503 minuta solicitando inclusive declarando a urgência regulatória que existe sobre o tema  
1504 porque para que possam ser instituídos regramentos e solução tecnológica no âmbito do  
1505 SISFOGO é necessário que os critérios estejam estabelecidos. Em outubro nós temos  
1506 então uma tramitação ocorrendo no âmbito do CONAMA passou pelo CIPAM, parecer da

1507 AGU sobre legalidade constitucionalidade, o texto foi trabalhado na Câmara Técnica de  
1508 Gestão Territorial passou pela CTAJ, então estamos agora nesse momento  
1509 apresentando a plenária cumprindo todos os requisitos. Entrando um pouquinho então  
1510 especificamente sobre a própria resolução ela traz um novo padrão de controle  
1511 transparência e adesão, já trazendo os requisitos mínimos, aplica-se especificamente  
1512 atividades agrossilvipastoris e vem sobre o modelo de adesão e compromisso com  
1513 critérios pré-estabelecidos e com o uso da tecnologia. As definições fundamentais estão  
1514 atreladas à própria lei especificamente do que é a crema controlada, ela é exclusiva para  
1515 essa atividade e como ocorrerá no sistema de adesão e compromisso. Sobre os filtros  
1516 que são talvez um dos temas mais relevantes e importantes e esses filtros são  
1517 obrigatórios mesmo dentro do rito simplificado. É necessário que haja regularidade, então  
1518 é preciso que haja cara ativa e sem pendências esse status legal, a área específica da  
1519 crema controlada não pode possuir nenhum tipo de embargo. O limite da extensão aqui  
1520 está previsto, isso foi um amplo debate técnico, que não pode superar 200 hectares e eu  
1521 já faço aqui uma ressalva importante que nós entre o envio da matéria e o início da  
1522 apresentação hoje, nós já fizemos um aprimoramento discutindo com a sociedade civil  
1523 para que não haja nenhuma interpretação equivocada, eu sei que a emenda vai ser  
1524 apresentada na sequência, Capobianco, mas é importante registrar, o objetivo desta  
1525 limitação era atender os pequenos imóveis no âmbito do Brasil, mas há uma distinção  
1526 entre os pequenos imóveis do sul do país o nordeste, no centro-oeste e no norte, por  
1527 essa razão foi sugerido e acordado um aprimoramento que vai inserir não apenas o  
1528 critério de restrição de 200 hectares mas também limitados a quatro módulos fiscais que  
1529 é um requisito, um critério utilizado a nível nacional pelo Código Florestal. E o  
1530 dispensamento crítico de áreas protegidas também é uma restrição não pode estar  
1531 inserida unidade de conservação na sua zona de amortecimento e em um raio de 10 km  
1532 de terra indígena porque existem em muitos estados já um regramento específico de  
1533 procedimentos que são incompatíveis com adesão e compromisso. Na ausência de  
1534 qualquer um desses requisitos fica impossível a emissão da autorização por adesão e  
1535 compromisso e ela seguirá o rito tradicional que já existe hoje. Em relação a sua validade  
1536 ela é válida por 12 meses, podendo ser renovado desde que não tenha sido realizada a  
1537 atividade de queima controlada permitida e obviamente vai se restringir aqueles períodos

1538 em que há proibição de uso do fogo, ele não vai estar contabilizado. A mesma regra  
1539 semelhante ao que nós aplicamos no manejo florestal sustentável. Aqui, só reiterando  
1540 em relação a área de 200 hectares em que há uma emenda consensuada para que essa  
1541 redação seja melhorada. Da mesma forma, esse esclarecimento de que se for superior a  
1542 200 hectares ou 4 módulos, ela vai seguir o rito convencional de licenciamento que já  
1543 existe, autorização convencional que todos os Estados já emitem. E há uma expressa  
1544 proibição de fracionamento dessa solicitação e também neste caso, é necessário que  
1545 sejam incorporados os limites do 4 módulo para que não haja nenhuma dúvida de que o  
1546 eventual fracionamento das solicitações ele será contabilizado de forma integral, de modo  
1547 que a regra não seja distorcida. É que os compromissos que estão estabelecidos de  
1548 forma preliminar para adesão, período de validade tem que ser absolutamente cumprido,  
1549 os aceiros preventivos que vão ser definidos obviamente por cada ente da federação e  
1550 eles estão atrelados a bioma, há uma distinção entre o tipo de aceiro para biomas, as  
1551 condições meteorológicas, aqui não pode haver uso do fogo com umidade abaixo de  
1552 30%, e a comunicação prévia que deve existir àqueles que se condiziam à propriedade  
1553 com 48 horas de antecedência. Então, esses seis compromissos aqui traduzidos, o  
1554 prazo, a proibição de execução no período que há restrição para uso do fogo, os limites  
1555 geográficos da área, as medidas preventivas de aceiro, de clima, e a notificação prévia  
1556 sem prejuízo de outras que sejam definidas, porque os entes licenciadores podem  
1557 estabelecer outras restrições, outros compromissos adicionais. Mas o mínimo  
1558 padronizado que está na resolução é esse. A transparência ativa, que é tão importante,  
1559 já vem estabelecida na política nacional, por meio do SISFOGO, todos os órgãos do  
1560 SISNAMA terão que emitir os seus atos de forma padronizada e inclusive integrá-los com  
1561 o SISFOGO. Então, os dados do produtor, obviamente respeitado a LGPD, eles serão  
1562 restritos, os dados da propriedade, os dados da atividade, os dados geoespaciais, porque  
1563 há o objetivo de fazer o controle do uso de fogo autorizado ou não para fins de  
1564 responsabilização, e os dados do órgão, que é o emissor do ato autorizativo. É aqui  
1565 trazendo um pouquinho do SISFOGO, nós falamos um pouco dele ontem ainda, que vem  
1566 sendo construído na ótica da nova legislação, já com a participação dos Estados, nesse  
1567 caso, a lei federal restringiu a União e a Estados a emissão desta autorização, está na  
1568 própria lei federal, o SISFOGO está sendo construído pelo IBAMA, os Estados que hoje

1569 emitem autorizações do rito convencional precisam integrar, e hoje nós não temos  
1570 nenhum Estado brasileiro emitindo autorização por adesão e compromisso, e já deve  
1571 nascer, então, em uma outra ótica o sistema, de acordo com a padronização do que é  
1572 emitido pelos Estados, mostrando que essa nova ótica de construção, desde o início,  
1573 com a participação cooperada e integrada de todos os entes, pode inaugurar uma  
1574 metodologia mais eficiente do que nós temos visto no passado e que procuramos corrigir.  
1575 O prazo de integração dos Estados, no que diz respeito às outras autorizações, ou se  
1576 eventualmente algum Estado quiser criar o seu próprio sistema para autorização de  
1577 adesão e compromisso de 180 dias, depois que o SISFOGO estiver disponibilizado, ele  
1578 está sendo construído pelo IBAMA, e aqui as competências complementares, os Estados,  
1579 como disse, podem estabelecer critérios adicionais, porque nós temos especificidades  
1580 em alguns biomas e em áreas protegidas, e a entrada em vigor da resolução acaba  
1581 gerando prazo para que todos esses atos possam ser emitidos. De forma resumida, ela  
1582 traz as definições dos novos instrumentos, os requisitos que são necessários para  
1583 enquadramento nesse tipo de autorização, os compromissos que serão assumidos por  
1584 adesão pelos proprietários rurais, a transparência ativa desses atos, e também regula o  
1585 funcionamento do SISFOGO em relação a esse instrumento. Eu acho que eram essas  
1586 as minhas apresentações. Muito obrigada.

1587 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1588 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Secretário André Lima, por favor,  
1589 com a palavra, nosso secretário da Secretaria Extraordinária de Controle do  
1590 Desmatamento e Ordenamento Ambiental e Territorial, e outras coisitas mais.

1591 **O SR. ANDRÉ LIMA – SUPLENTE (Ministério - Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1592 – Bom dia ainda, não é, a todos e todas. Uma alegria mais uma vez estar aqui nesse  
1593 plenário do CONAMA para contribuir com o avanço das nossas normas políticas e  
1594 programas nacionais, desta vez relacionada aqui ao tema dos incêndios florestais, da  
1595 queima controlada, acho que todos vocês sabem, estão acompanhando, não é, que um  
1596 dos maiores desafios, isso não só do Brasil, não é, mas globais, relacionados à proteção  
1597 de florestas e todos os ecossistemas e biomas, são os incêndios florestais que,  
1598 infelizmente, vêm aumentando frequência, intensidade, duração, etc., e, portanto, nós

1599 estamos em um processo muito célere dentro do possível para regulamentar a nossa  
1600 política nacional de maneira integrada do fogo, aprovada em julho de 2024, já temos  
1601 algumas resoluções aprovadas no COMIF, resoluções bem importantes para a gente  
1602 tornar o Brasil um país, um território resiliente ao fogo, e isso implica em mudanças  
1603 importantes em relação ao que se vinha fazendo ao longo das últimas décadas, para que  
1604 a gente possa não apenas estruturar, aparelhar, fortalecer as instâncias de prevenção e  
1605 controle, sejam elas federais, não é, Prevfogo, IBAMA, ICMBio, sejam os corpos de  
1606 bombeiros, as secretarias estaduais, mas também envolver as prefeituras para que  
1607 possam assumir cada vez mais também um protagonismo, e, sobretudo, criar as regras  
1608 para que a gente possa compartilhar a responsabilidade sobre a agenda de incêndios.  
1609 Eu tenho dito que o que apaga fogo de cima para baixo é chuva. Mesmo a aeronave, de  
1610 maneira muito limitada. O que a gente precisa é, além de estruturar um sistema, fortalecer  
1611 institucionalmente o sistema, criar condições para que a gente trabalhe de baixo para  
1612 cima. Comunidades e territórios resilientes ao fogo. E uma das maneiras e um dos meios  
1613 e um dos caminhos fundamentais para isso é o uso responsável do fogo, ou seja, o uso  
1614 controlado do fogo. Nós saímos da política do fogo zero, que ficou comprovada que não  
1615 funciona, pelo contrário, em alguns casos ela até agrava o problema, e estamos migrando  
1616 para prevenção, planejamento territorial, preparação, controle, responsabilização, e  
1617 dentro desse ciclo da política de manejo integrado do fogo, tem o uso responsável e  
1618 controlado do fogo, que se dá de duas formas. Queima prescrita, que tem a finalidade de  
1619 uso do fogo, uma finalidade conservacionista, isso é possível nos biomas e ecossistemas  
1620 pirofíticos, que são aqueles que evoluíram com o fogo, inclusive o fogo natural, é o caso  
1621 do Cerrado, é o caso do Pantanal, não é o caso da floresta amazônica, não é o caso das  
1622 florestas tropicais, mas que estão cada vez mais vulneráveis. E o outro método é a  
1623 queima controlada, que é aquela queima para fins agrossilvopastoris, que é essa norma.  
1624 É superimportante essa integração do sistema e da política de manejo de fogo com o  
1625 Sistema Nacional de Meio Ambiente, porque como a gente vem observando, talvez um  
1626 dos maiores desafios para a proteção das florestas, para a nossa meta de desmatamento  
1627 zero, para a nossa NDC seja o controle dos incêndios florestais, então a integração é  
1628 fundamental. Então nós discutimos isso em várias reuniões no COMIF, muitos dos  
1629 senhores aqui e dos setores aqui representados estão representados no COMIF e

1630 puderam participar, tiveram a oportunidade de participar deste debate no COMIF, ou seja,  
1631 esta norma já veio amadurecida na instância técnica apropriada que é o COMIF, mas a  
1632 gente achou, obviamente, pertinente, não só do ponto de vista legal, jurídico, mas  
1633 também do ponto de vista técnico, fazer uma discussão no CONAMA e ela foi feita, não  
1634 só na Câmara Técnica, mas na Câmara de Assuntos Jurídicos, então eu quero  
1635 parabenizar todos os que se envolveram. Esta é uma regra programática, o que quer  
1636 dizer regra programática? Não é simplesmente uma norma que estabelece um padrão e  
1637 que isso por si só vai acarretar no controle da solução do problema, não. Esta é uma  
1638 norma que, sobretudo, ela intenta, ela se propõe a trazer para o sistema mais informação,  
1639 assim como a gente aprovou a norma de SV, controle de desmatamento, para a gente  
1640 poder saber o que é legal do que é ilegal, o que é autorizado do que não é autorizado,  
1641 para a gente dimensionar a política de controle, dimensionar a política de incentivos  
1642 econômicos, ou seja, calibrar a política pública, assim a gente precisa também em relação  
1643 ao uso do fogo. Saem dados, 100 mil focos de calor no Brasil entre janeiro e março de  
1644 2026. O quanto disso é incêndio florestal? O quanto disso é queima prescrita? Está sendo  
1645 feito até pelos órgãos ambientais. O quanto disso é queima controlada? O quanto disso  
1646 é fogo pasto autorizado? O quanto não é autorizado? Para a gente poder calibrar e dizer  
1647 que existe controle, que existe uma política efetiva, a gente precisa discernir, separar,  
1648 distinguir o que é cada uma dessas coisas. E a autorização por adesão e compromisso  
1649 é uma maneira de acelerar o processo de trazer informação sobre quem é que está  
1650 usando fogo, para que, onde, quando, como, em que condições. Então ela é super  
1651 estratégica, super importante, não é ela que vai reduzir os incêndios no Brasil  
1652 isoladamente, mas ela vai nos permitir preparar a política e articular a política de uma  
1653 maneira muito mais consistente. A gente tem duas propostas, pelo menos do ponto de  
1654 vista do governo federal, a gente fez uma conversa, tem um ajuste, uma proposta que a  
1655 gente quer fazer na parte que fala do cadastro ambiental rural, para equiparar...

1656 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1657 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Depois você apresenta...

1658 **O SR. ANDRÉ LIMA – SUPLENTE (Ministério - Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
1659 **-** É, não, mas eu quero só registrar isso, para equiparar o que é o CAR pendente da SV

1660 para uso de fogo controlado, e a gente conversou entre ontem e hoje, com organizações  
1661 da sociedade civil, para calibrar bem essa preocupação, que eu acho que é pertinente,  
1662 que os 200 hectares, obviamente, que para imóveis, por exemplo, no sul do Brasil, isso  
1663 pode significar todos, ou mais de 90% dos imóveis, então acho que faz sentido a gente  
1664 calibrar, temperar isso com módulos fiscais. Parabenizar a Mauri, que liderou esse  
1665 processo pela ABEMA e todos os estados que contribuíram.

1666 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1667 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, André. Então, se eu entendi, eu só  
1668 falo, André, nós temos uma emenda, é isso? Uma? Não, não, sim, uma emenda que foi  
1669 consensuada, não é? Como foi na votação anterior, já tem uma emenda consensuada,  
1670 também, com a ABEMA, não é isso? Está bem, nós vamos então... Bom dia, está  
1671 desligado, está desligado, está desligado o microfone.

1672 **A SRª. LISIANE BECKER – TITULAR (Instituto MIRA-SERRA – Entidades**  
1673 **Ambientais)** – Bom dia, Lisiane, Instituto MIRA-SERRA. A minha situação aqui não é  
1674 nada confortável, devo admitir, mas, lamentavelmente, a única reunião da Câmara  
1675 Técnica de Mérito que analisou, eu não pude estar presente e não foi possível pedir vista,  
1676 então vou ter que pedir vista aqui. Eu acho importante a matéria, não estou dizendo que  
1677 não é, mas eu acho que pode ser melhorada, principalmente, eu tenho apoio da minha  
1678 base, no Rio Grande do Sul, então, não estou tomando uma deliberação sozinha aqui,  
1679 não é confortável, preferia realmente ter pedido vista na Câmara Técnica, mas, por  
1680 motivos alheios à minha vontade, não foi possível, então eu peço desculpa aos senhores,  
1681 mas eu vou pedir vista então, porque a gente vai ter que votar o projeto base, então,  
1682 certo? Obrigada.

1683 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1684 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Perfeito, assegurado o pedido de vista da  
1685 conselheira, passamos de imediato a deliberação sobre a próxima resolução, lembrando  
1686 que o prazo é de 45 dias, correto, Marcela? Para apresentar o relatório e volta a pauta  
1687 na próxima reunião. Passamos, então, agora para a resolução proposta que estabelece  
1688 restrições ao uso de determinadas substâncias perigosas em equipamentos eletrô-  
1689 eletrônicos fabricados, distribuídos e comercializados em território nacional, com a

1690 palavra o secretário Adalberto Maluf. Melhor, Diretora Tayane. Nada como levantar o  
1691 nível. A senhora poderá falar a qualquer momento, desde que seja apresentada, depois  
1692 da apresentação, a senhora poderá falar, querida conselheira. Ah, sobre o tópico anterior,  
1693 mas aí a senhora estava... Quem dorme, cachimbo cai da boca. Eu não deveria voltar ao  
1694 tema.

1695 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS – TITULAR (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera**  
1696 **da Mata Atlântica) –** Desculpa pelos 5 minutos de atraso. Heloísa. A gente fez um  
1697 grande esforço, trabalhamos madrugada dentro e pela manhã, no sentido de ter uma  
1698 posição mais consensuada em relação à questão da prevenção das queimadas e tudo  
1699 mais. Mas, infelizmente, a gente não pôde fazer um consenso pleno de toda a bancada,  
1700 mas a grande maioria está em pleno acordo com o colocado pela ANAMMA, pela ABEMA  
1701 e por todos os outros setores, mas, em nome da democracia, a gente respeita o pedido  
1702 de vista de Lisiane, que é individual. Só explicar que não é uma posição colegiada e que  
1703 a gente sente que iria tardar o processo.

1704 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1705 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Ela foi muito transparente, ela disse isso, ela  
1706 explicou claramente isso. E, repito, o pedido de vista é absolutamente assegurado e ainda  
1707 inquestionável, mas ela deixou claro que não foi um pedido da bancada, viu, Helo?  
1708 Tayane, por favor.

1709 **A SRª. TAYANE –** Bom dia, quase boa tarde, a todas, a todos. Então, a gente traz aqui  
1710 a proposta de resolução com a ANAMMA para a restrição de substâncias perigosas e  
1711 equipamentos eletroeletrônicos, chamada muito de ROS, ROS brasileira. Bom, o que a  
1712 gente traz aqui é o tema segurança química, na verdade, ele é um tema muito invisível,  
1713 vamos assim dizer, uma política muito invisível, mas os riscos invisíveis, eles existem em  
1714 muitos produtos e existem também nos equipamentos eletroeletrônicos. Então, o que a  
1715 gente está trazendo aqui é uma sinergia com vários outros países, então, a gente está  
1716 tornando o Brasil dando um upgrade, vamos dizer assim, no setor para que ele fique livre  
1717 de algumas substâncias já consideradas perigosas. PBBs, PBDEs, que são as bifenilas  
1718 polibromadas e os éteres difenílicos, esses aqui, gente, eles já são proibidos pela  
1719 Convenção de Estocolmo, a Convenção dos Poluentes Orgânicos Persistentes. Mercúrio

1720 também, que já é regido pela Convenção de Minamata e trazemos também alguns metais  
1721 pesados, cádmio, cromo hexavalente, chumbo e, por sua vez, os ftalatos. Os quatro  
1722 ftalatos que estamos trazendo aqui, eles são disruptores endócrinos. Então, o que rege  
1723 ele, não é essas convenções, mas também o que está regido aqui é o Marco Global de  
1724 Substâncias Químicas. Então, é até bom a gente trazer um pouquinho desse Marco  
1725 Global de Substâncias Químicas, o GFC, ele propõe alguns temas prioritários e  
1726 equipamentos eletroeletrônicos, ele entrou como prioridade para o GFC que o Brasil faz  
1727 parte. Bom, então, o que a gente entende? Que a forma mais eficaz de garantir uma  
1728 redução significativa dos riscos para a saúde e o meio ambiente relacionados com as  
1729 substâncias consiste, então, na substituição das substâncias perigosas nos  
1730 equipamentos eletroeletrônicos por alternativas seguras ou mais seguras. Então, aqui a  
1731 gente está em uma visão upstream, então a gente está em uma visão aqui da produção,  
1732 que o entendimento é que não essas substâncias, elas, quando possível, elas não  
1733 estejam nos equipamentos eletroeletrônicos. Bom, o problema regulatório aqui, então, é  
1734 a presença dessas substâncias, a falta de legislação específica no tema nos traz aqui.  
1735 Por quê? Temos uma contaminação da água, do ar e do solo, prejuízos econômicos ao  
1736 governo, maior custo relacionado ao processo de reciclagem, uma inércia no campo de  
1737 inovação e sustentabilidade, exposição da população às substâncias perigosas e a  
1738 exposição dos trabalhadores. Então, é isso que nos faz, isso que nos motiva a criar essa  
1739 regulamentação. Só para trazer um pouquinho de exemplo aqui, para quem não está  
1740 familiarizado com esse normativo, aonde que a gente pode estar encontrando essas  
1741 substâncias? O chumbo pode estar na solda, o retardante de chama na placa, o cádmio  
1742 nos componentes, o chumbo, também, presente em tintas, retardantes de chama,  
1743 polibromados, então, ali, uma peça, essa peça de computador. Os cabos, também,  
1744 podem ter presença de chumbo, retardantes de chama e cromo equivalente nos contatos.  
1745 Então, assim, só para trazer à luz para vocês o que a gente está comentando aqui. E o  
1746 contexto global, ele mostra que não é uma novidade, então, a gente tem essa diretiva na  
1747 União Europeia, estudada desde 2002, publicada em 2003, que fazia restrição das seis  
1748 substâncias iniciais. Depois, em 2011, teve a ROS2, que traz, então, os ftalatos, não, que  
1749 traz uma expansão no escopo das categorias. E, em 2009, traz, então, a adição dos  
1750 ftalatos, dos quatro ftalatos. A China, desde 2016, ela também já tem a sua ROS chinesa.

1751 E aqui, gente, eu trouxe só os dois, que são os mercados que pode mais se comparar  
1752 aqui ao Brasil, mas Reino Unido, Japão, Coreia do Sul, Índia, Turquia, Emirados Árabes  
1753 Unidos, Taiwan, Vietnã, Singapura, Rússia, Belarus, enfim. E, nos Estados Unidos, a  
1754 Califórnia e outros estados. O que eu quero trazer para vocês aqui, gente, é que essa  
1755 resolução tenta, então, trazer uma harmonia com padrões internacionais para uma  
1756 proteção equivalente, então, aos mercados desenvolvidos. O que a gente viu em todas  
1757 essas negociações é que muitas empresas já seguem quando são multinacionais. Claro  
1758 que as pequenas e as médias empresas, a gente vai ter que dar um apoio muito maior,  
1759 mas a gente vê que isso aqui vai ser um avanço para o Brasil, tanto na parte ambiental,  
1760 na parte da saúde, mas também na parte da indústria. Trago aqui para vocês, gente, um  
1761 breve histórico. Essa discussão, ela começou a nível público em 2018, com um grupo de  
1762 trabalho inicial na antiga Comissão Nacional de Segurança Química. Estou aqui naquela  
1763 foto, gente, então, isso aqui foi o meu primeiro trabalho aqui no Ministério do Meio  
1764 Ambiente, foi o desenvolvimento desse normativo. Então, desde 2018, muitos aqui  
1765 fizeram parte desse processo. A gente tem essa negociação. E o setor de equipamentos  
1766 eletroeletrônicos, só para informar aqui, ele não é regido apenas por uma ou duas  
1767 associações. A gente teve nas reuniões, presente, pelo menos 35. Daqui a pouco eu vou  
1768 mostrar associações. Não é só equipamentos computador, geladeira. Então, assim, é um  
1769 universo de dispositivos médicos. Então, a gente teve que conversar com eles. A parte  
1770 de veículos, tivemos que conversar. Games, enfim, é uma infinidade de associações que  
1771 a gente teve que articular. Bom, então, o debate teve construção de forma participativa  
1772 desde 2018, com a retomada e intensificação dos trabalhos em 2024 e 2025. Então,  
1773 realmente, no governo passado, a gente não teve a vontade política mesmo de andar  
1774 com esse assunto. Então, assim que a gente retomou com a CONASC, Comissão  
1775 Nacional de Segurança Química, no qual eu já agradeço vários participantes que agiram  
1776 ativamente nesse grupo de trabalho, na Comissão Nacional de Segurança Química,  
1777 tivemos essas 10 reuniões. Então, foi algo muito debatido, totalizando, então, 15 reuniões  
1778 técnicas com a participação de governo, indústria e sociedade civil. Outra coisa também  
1779 que eu quero deixar claro aqui. Essas reuniões foram as reuniões formais. Foram  
1780 milhares de reuniões. Não sei quantas vezes eu já fui no setor para fazer reunião com  
1781 todos os associados, informar como é, tirar dúvidas. Então, foi algo que eu, pelo menos,

1782 me orgulho de ser totalmente participativo. Bom, já passando aqui para o finalzinho, a  
1783 construção coletiva. Então, mais de 40 instituições fazendo parte da mesa de debate,  
1784 aqui no governo, agências reguladoras, aqui eu agradeço muito a Anvisa por ter  
1785 participado ativamente, Ibama, Inmetro, Anatel, ANTT, CETESB, Fiocruz,  
1786 FUNDACENTRO, Ministério de Saúde, Ministério Público Federal, Ministério Público de  
1787 Trabalho, MCTI. O MCTI tem uma participação muito grande nessa resolução, porque  
1788 eles possuem muita experiência em como fazer essas análises para verificar se o  
1789 equipamento tem ou não tem essas substâncias. Setor produtivo, associações, como eu  
1790 já conversei com vocês, foram diversas associações que fizeram parte. A gente agradece  
1791 muito a participação ativa deles. ABINEE, ABIQUIM, ABICHAMA, ABIMED, ABIMAQ,  
1792 ABIMO, ABIPLAST, ABEMA, está errado. ABSOLAR, ABILUMI, ANFAVEA, ELETROS,  
1793 SINDIPEÇAS, SINPROQUIM e SINDICEL. ABIMO, ABIMO é dos equipamentos  
1794 médicos. ABIMED e ABIMO representam o setor dos dispositivos médicos. Sociedade  
1795 Civil e Academia, também a gente teve uma presença significativa aqui da Sociedade  
1796 Civil, no qual eu aqui agradeço. Então, a Green Eletron, Reciclus, a Sociedade Brasileira  
1797 de Química, a ACPO, a TOXISHERA e P&D. Bom, gente, depois que, então, teve o  
1798 momento da CONASC, foi, então, dos grupos de trabalho para a plenária, aprovado, e  
1799 depois veio aqui para o CONAMA. Quando veio para o CONAMA, fizemos toda a análise  
1800 do pacto regulatório que está disponível para todos vocês. Foi para a Câmara Técnica  
1801 de Qualidade Ambiental, começou no CIPAM e depois foi para as consultas públicas.  
1802 Tivemos 183 contribuições, todas respondidas. Tivemos também as contribuições  
1803 internacionais via OMC, porque quando tem algo que pode impactar o comércio, a gente  
1804 também tem que fazer essa notificação à OMC. Fizemos. Tivemos duas considerações,  
1805 então, do Japão e da IT. E, nesse meio tempo, foram 45 dias de debate aberto, entre dia  
1806 11 de agosto até dia 24 de setembro. Então, a Sociedade Civil, a Indústria e a  
1807 Comunidade Científica participaram ativamente. Novamente, aqui trago o meu  
1808 agradecimento. A estrutura, não vou passar, gente, por todos eles. Vocês tiveram acesso.  
1809 Isso aqui é só, simplesmente, qual é a estrutura padrão. A gente quis muito manter uma  
1810 relação com os outros normativos. Então, assim, na União Europeia já tem os seus  
1811 normativos ali, já tem os seus capítulos. A gente não quis trazer confusão aqui,  
1812 regulatória. Então, mas deixo claro, isso aqui não é uma tradução da União Europeia. É

1813 muito uma internalização do que o Brasil precisa para evoluir nesse quesito. Então, temos  
1814 as disposições gerais, definições, restrições e isenções. Gente, isenções vão ser parte  
1815 do dia a dia da ROS, igual é há 20 anos na União Europeia, porque tem alguns  
1816 equipamentos que não conseguem substituir. E, às vezes, o substituto é pior ainda do  
1817 que aquele. Então, assim, vai ter que ser olhado caso a caso. Cadastro e autodeclaração  
1818 de conformidade. Então, assim, a gente cria, então, esse cadastro nacional e estabelece  
1819 a obrigatoriedade da autodeclaração de conformidade para os equipamentos. Temos,  
1820 também, o capítulo das obrigações dos fabricantes, importadores, distribuidores e  
1821 comerciantes. Depois, informação e comunicação, fiscalização e as disposições  
1822 transitórias. Entrando aqui, gente, o que mais deu discussão nesse grupo de trabalho  
1823 foram os prazos. O que entra de imediato com essa resolução são os PBBs e os PBDEs,  
1824 porque já são proibidos, lembrando, pela Convenção de Estocolmo, tem a proibição, 180  
1825 dias após a publicação o mercúrio, porque tem só um momento de adequação ali, um  
1826 tempo para fazer o cadastro, enfim. Três anos, prazo médio para cádmio, cromo  
1827 hexavalente e chumbo, e quatro anos para os ftalatos. Então, esses são os prazos  
1828 graduais. Capobianco foi uma discussão muito grande, a gente tentou ouvir muito o setor.  
1829 Tive a oportunidade, inclusive, ir em algumas indústrias para entender a dificuldade. O  
1830 chumbo é impressionante a dificuldade. Você trocar uma solda, tem que trocar vários  
1831 equipamentos para você fazer, então, uma troca por estanho. Então, realmente, a gente  
1832 entende o avanço desse normativo, mas entende que é necessário o prazo. Bom, então,  
1833 a inovação que a gente traz, para finalizar aqui com vocês, é o cadastro nacional, que  
1834 temos, então, fabricante e importador, depois temos a autodeclaração de conformidade,  
1835 que ela é baseada na norma técnica, IEC 63000. Então, isso tudo, o presidente e todos  
1836 aqui, já existe uma regulamentação muito grande. Então, hoje, a comunidade científica,  
1837 todas as normas internacionais, já tem uma regulação muito consistente. Então, depois,  
1838 seguindo, então, a SIEC, temos o cadastro nacional e a fiscalização inteligente. Então,  
1839 em vez de ser um papel, igual na União Europeia, tem aquela declaração, um modelinho.  
1840 Então, não, aqui a gente vai tentar inovar nessa parte, para tornar uma fiscalização mais  
1841 inteligente. Bom, aqui, gente, o meu último slide, então, assim, a gente está aqui pedindo  
1842 o apoio nessa resolução, porque a gente tem que ter um impacto esperado para um Brasil  
1843 livre de toxinas eletrônicas, o risco de contaminação com esses metais pesados no solo,

1844 na água, exposição dos trabalhadores, produtos seguros no mercado. A gente quer  
1845 avançar para um Brasil com segurança e inovação, uma tecnologia limpa e segura, uma  
1846 proteção da saúde pública e alinhamento internacional. Então, peço aqui, então, que  
1847 aprovelem essa resolução, que é um marco histórico para a proteção da saúde, do meio  
1848 ambiente no Brasil, e agradeço aqui a atenção de todos. Estou aberta a tirar qualquer  
1849 dúvida. Obrigada.

1850 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1851 **Indústria, Comércio e Serviços) –** Presidente, queria aqui dizer que, felizmente,  
1852 consegui participar da outra atividade de governo. Embora a dificuldade da empatia e do  
1853 trabalho de grupo, de governo, não tenha prevalecido, consegui, graças à tecnologia,  
1854 participar...

1855 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1856 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Não entendi.

1857 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1858 **Indústria, Comércio e Serviços) –** Eu me refiro ao pedido de inversão de pauta. É isso  
1859 aí que eu me refiro.

1860 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1861 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Só para esclarecer, todos os conselheiros têm  
1862 direito a pedir inversão de pauta. Essa inversão de pauta sempre é considerada quando  
1863 há algum fato de fato que tenha a ver com o debate, e não em relação a agendas das  
1864 pessoas. Porque, se nós fôssemos adequar a agenda do CONAMA à agenda das  
1865 pessoas, nós teríamos um problema. Então, não se trata de empatia, eu gostaria que o  
1866 senhor respeitasse... Não, eu gostaria de deixar claro... Eu não vou aceitar esse  
1867 comentário dessa maneira. Se tiver alguma questão em relação à minha condução, eu  
1868 quero que seja feita de forma adequada. Eu não vou aceitar essa acusação de falta de  
1869 empatia. Eu peço que os...

1870 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1871 **Indústria, Comércio e Serviços) –** Capobianco.

1872 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1873 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Deixa-me concluir. Peço que os conselheiros  
1874 sempre se pautem pelos princípios que rege o CONAMA. Nós sempre analisamos a  
1875 inversão de pauta quando há justificativa que envolve o debate da discussão, e não  
1876 quando envolve agendas pessoais de conselheiros. Eu não aceito o seu comentário.

1877 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1878 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Você aceita, pelo menos, me ouvir?

1879 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1880 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Se for sobre o tema, sim.

1881 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1882 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Sim, é sobre o tema que o senhor está falando. O  
1883 pedido de inversão de pauta não era para agenda pessoal, era para agendas de governo,  
1884 atividades de governo. Esse que a gente colega e que ajuda a conduzir as coisas  
1885 públicas.

1886 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1887 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu não conduzo o CONAMA como colega.  
1888 Ok, mas... Eu conduzo o CONAMA como companheiro do plenário. Eu não atendo, nem  
1889 de amigo, nem de inimigo. Eu não tenho nenhum inimigo aqui. Eu não atendo agendas  
1890 porque, com justificativa desse tipo. Desculpa. O senhor tem que entender que o  
1891 CONAMA tem mais de 100 membros. Todos têm problemas de agenda. Todos querem  
1892 pedir para mudar e eles nunca pedem porque sabem que afeta a todos.

1893 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1894 **Indústria, Comércio e Serviços)** – Capobianco, ok. Eu já presenciei vários pedidos de  
1895 inversão de pauta e eles se dão também por problemas de agenda de governo. Não teve  
1896 a empatia, neste momento, quando foi por mim apresentado aqui. Sigamos.  
1897 Conseguimos fazer as agendas de governo que estavam programadas graças ao uso da  
1898 tecnologia que permitiram a participação. Eu queria trazer aqui, em nome do Ministério  
1899 da Indústria, um pedido de vistas com relação à proposta de resolução que está sendo

1900 apreciada agora, por algumas razões que nos causam preocupação. A primeira  
1901 preocupação que nos traz com relação a essa resolução é o possível impacto dela na  
1902 importação de equipamentos que podem afetar a qualidade do serviço de saúde pública  
1903 no nosso país. Então, acho que a gente precisa estudar melhor as implicações disso  
1904 porque é uma medida que, como apresentado aqui pela Tayane, afeta o comércio  
1905 internacional. Então, acho que a gente precisa reunir os órgãos de governo como a gente  
1906 estabeleceu ontem na reunião com a Casa Civil e determinou que a gente iria pedir vistas  
1907 para um aprofundamento dessa questão. Existe alguns outros argumentos também que  
1908 nos trazem aqui, sabe, Capobianco? Uma que a gente acha muito importante debater é  
1909 que o ROS, no mundo inteiro, como foi estabelecido aqui, ele é uma medida que é de  
1910 política industrial. O ROS na Europa, o ROS na China, o ROS no Japão, em Singapura,  
1911 na Coreia, em todos esses países, a normativa se dá por meio de legislação industrial,  
1912 política industrial, porque tem efeito no processo produtivo, no uso dessas substâncias.  
1913 Então, acho muito importante a gente fazer esse debate em governo, no nível dos órgãos  
1914 envolvidos. Acho fundamental colocar o MDIC nesse processo. Nosso país não vai virar  
1915 um país de renda média alta sem um processo de industrialização. É fundamental a  
1916 indústria no nosso país. Somente assim a gente vai conseguir elevar a qualidade de vida  
1917 do nosso povo. E, portanto, todas as medidas que afetam a nossa indústria, elas devem  
1918 ser pensadas dentro, em conjunto com o Ministério da Indústria. Então, a gente pede  
1919 esse pedido de vista, Capobianco, e a gente se coloca à disposição para, nesse período,  
1920 aprofundar, contribuir, melhorar essa normativa e a gente apresentar aqui um documento  
1921 que contribui para o nosso processo de desenvolvimento, ouvindo todos os órgãos  
1922 envolvidos.

1923 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1924 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bem. Conselheiro, infelizmente eu não  
1925 tenho tido o prazer de ter você mais vezes aqui no plenário, porque se eu tivesse mais  
1926 vezes no plenário, o senhor verificaria, primeira questão, o pedido de vista, ele é  
1927 automaticamente concedido. Nós tivemos aqui um pedido de vista há algum tempo atrás  
1928 que a pessoa não precisou declinar todos os aspectos. É um pedido de vista de direito  
1929 absoluto seu de pedir, de fazer pedido de vista. Portanto, está dado, garantido o pedido  
1930 de vista. É uma obrigação do CONAMA, está no regimento, está garantido, sem nenhuma

1931 dúvida, e aguardamos aí o seu relatório para a gente prosseguir no debate. O único ponto  
1932 que eu gostaria de esclarecer são dois. Aliás, o único ponto, são dois, esqueci. Só quero  
1933 esclarecer mais dois pontos. Primeiro ponto é que nós não fazemos aqui na presença do  
1934 CONAMA, não se trata de discussão de governo, aqui é uma discussão de diferentes  
1935 interlocutores. Então, o que vem ao CONAMA é aquilo que os diferentes segmentos  
1936 propõem. O governo é parte do CONAMA, mas não é o responsável integral pelo  
1937 CONAMA. Nós temos conselheiros dos estados, dos municípios, da sociedade civil, da  
1938 academia. Então, esse debate tem que ser feito aqui, como vai ser feito com o seu  
1939 relatório. O segundo ponto é que o MDIC faz parte do CONAMA. Então, evidentemente  
1940 que o MDIC pode participar de todos os processos, pode estar envolvido em todos os  
1941 debates e, portanto, não houve nenhuma exclusão. Ao contrário, o MDIC é parte, aliás,  
1942 parte fundamental do CONAMA e, aliás, tem dado uma contribuição fundamental para o  
1943 CONAMA ao longo de todos esses anos. Então, parabéns aí, vamos seguir. Sobre esse  
1944 ponto, pedido de vista, não se discute. Não, não. Ah, pois não, por favor, claro. Vista  
1945 conjunta.

1946 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Olá,  
1947 bom dia. Rubens Born, Fundação Esquel, integrante do Fórum Brasileiro do INGES. Sou,  
1948 também, membro da CONASC. Eu queria, primeiro, agradecer à doutora Tayane e,  
1949 obviamente, à doutora Adalberto, pela apresentação, pelo brilhante trabalho que a  
1950 CONASC desenvolveu para chegar a essa proposta. Como ela relatou, foi um trabalho  
1951 muito intenso, duradouro, com participação de todos os setores, da sociedade civil, do  
1952 setor empresarial. É uma resolução importante. A própria ONU, normalmente, fala das  
1953 três crises ambientais, de clima, de diversidade e a crise da poluição. Nós vamos com  
1954 essa resolução. Espero que seja aprovada em um momento oportuno. Eu sei que o MDIC  
1955 pediu vistas, mas espero que seja aprovada em futuro próximo, para colocar o Brasil em  
1956 um patamar compatível, inclusive para que os produtos brasileiros, dessas empresas  
1957 que, inclusive, ou dessas associações que contribuíram, estejam dentro de um standard  
1958 internacional. Eu peço vistas pela importância dessa resolução em nome da Fundação  
1959 Esquel, por ser membro da CONASC, e queria desejar ao presidente manifestar a minha  
1960 surpresa, porque o MDIC participa da CONASC, se absteve na plenária, quando a

1961 plenária da CONASC tratou disso, até onde eu sei, o MDIC não apresentou propostas  
1962 durante a discussão na CONASC, então, realmente, digamos...

1963 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1964 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Desculpe, conselheiro, o pedido de vista é um  
1965 direito.

1966 **O SR. RUBENS HARRY BORN – TITULAR (Fundação Grupo Esquel-Brasil)** – Eu sei,  
1967 eu estou pedindo vistas também, só estou manifestando, talvez alguma contradição.

1968 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1969 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Mas o senhor está pedindo vistas, foi aceito  
1970 a sua vista. Vamos seguir, por favor, o pedido de vista é um direito. Só um minutinho, só.  
1971 Só um minutinho. É sobre o mesmo tema? O senhor vai pedir vista também? Está  
1972 concedida a vista.

1973 **O SR. JULIANO BUENO ARAÚJO (Instituto Internacional Arayara)** – Obrigado,  
1974 senhor secretário. Juliano Bueron de Araújo, representante do Instituto Internacional  
1975 Arayara. A gente vinha aqui para requerer vistas por três questões bem básicas e vão  
1976 ser bem breves. Uma delas é porque o Brasil participa do Global Framework on  
1977 Chemicals, do PENUMA e da Convenção de Estocolmo, essencialmente. E, obviamente,  
1978 nos termos que estão apresentados, fizemos uma análise jurídica onde há questões  
1979 sobre abalos das convenções nos tratados brasileiros. Feito isso, obviamente, a gente  
1980 parabeniza os técnicos do CONASC, que deram todas as contribuições científicas sobre  
1981 isso. Em nome do nosso instituto, a gente requer vistas e faremos as contribuições com  
1982 essa leitura em relação a esses três tratados, da quais entendemos que passaremos a  
1983 ter problemas na eventualidade de aprovarmos isso da forma que foi colocada hoje. Muito  
1984 obrigado.

1985 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
1986 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, conselheiro. Por favor,  
1987 conselheiro.

1988 **O SR. LUCAS RAMALHO MACIEL - SUPLENTE (Ministério do Desenvolvimento,**  
1989 **Indústria, Comércio e Serviços) –** Bom, pedi para fazer uso da palavra porque o MDIC  
1990 foi citado pelo conselheiro anterior e mencionou que há não participação do MDIC nas  
1991 reuniões do CONASC. Queria dizer que essa não é a informação que eu tenho. O nosso  
1992 membro é um membro ativo dentro da reunião do CONASC, fez várias contribuições. Ele  
1993 aparece, inclusive, na foto que está colocada ali, portanto, essa afirmação não é  
1994 verdadeira e queria dizer que, inclusive, as intervenções dele estão registradas em ata e  
1995 a gente foi obrigado a mostrar em reuniões preparatórias porque esse tipo de argumento  
1996 foi utilizado também. Que o MDIC teve a oportunidade de participar e não fez uso da  
1997 palavra e não contribuiu. Isso não só não é verdade, como a gente contribuiu, como a  
1998 gente registrou e as nossas preocupações continuam vigentes. É por essas razões que  
1999 a gente está pedindo a vista para que a gente possa contribuir com o nosso processo de  
2000 amadurecimento dos instrumentos de governo.

2001 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2002 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Perfeito. Eu realmente peço que os  
2003 conselheiros respeitem o pedido de vista, independentemente de qualquer julgamento de  
2004 mérito, é um direito do conselheiro pedir vista. Isso faz parte do nosso processo. Tivemos  
2005 agora mesmo um caso de pedido de vista na resolução anterior e nós devemos evitar  
2006 esse tipo de questionamento do direito de pedido de vista. Isso não faz sentido,  
2007 desculpem, porque é um direito de qualquer um aqui. Qualquer conselheiro pode pedir  
2008 vista do processo e o processo retorna depois de 45 dias. A tramitação normal faz parte  
2009 do nosso regimento. Então eu lamento que tenha sido feita essa citação. Realmente nem  
2010 cabe essa citação. Obrigado pelo esclarecimento. Temos então agora de imediato a  
2011 moção elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, CNTI, que  
2012 trata de medidas para uma moção sobre medidas e mecanismos vigências para  
2013 fortalecer a segurança de barragens de acumulação de qualquer uso de rejeitos,  
2014 sedimentos e resíduos minerais e industriais. O proponente é o Eduardo Armando, com  
2015 a palavra, conselheiro, por favor. Todos receberam a moção, correto? Então, conselheiro,  
2016 por favor.

2017 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
2018 **Indústria - CNTI)** – Primeiramente dar uma palavra sobre o pessoal que não me conhece,  
2019 a forma de eu atuar é assim meio impositiva mesmo, mas, na discussão passada, nada  
2020 pessoal ou questão é basicamente a forma o cachimbo do sindicalista faz a boca ficar  
2021 torta às vezes. Bom, gente, essa é uma moção que tem como base levantar uma  
2022 preocupação muito importante em relação à política nacional de barragem. A legislação  
2023 nacional sobre a questão de segurança de barragem, ela regula três coisas, mas  
2024 principalmente as questões ligadas à engenharia e segurança das barragens e aí  
2025 transfere uma parte para a ANM, que são em torno de 900 barragens, uma parte para a  
2026 ANAMMA e uma grande parte para o SISNAMA. A legislação de segurança de barragens,  
2027 ela entra nessa questão de segurança de engenharia e, em segundo momento, e aí é  
2028 uma total falta de atuação dos órgãos, seja a ANM, seja a ANA, seja os órgãos estaduais,  
2029 sobre a questão dos contaminantes nessas barragens. A preocupação nossa aqui é  
2030 levantar principalmente essa segunda questão, que a primeira ela está remetida  
2031 corretamente para a ANAMMA e para a ANM e para ANA. A resolução, então, ela impõe  
2032 uma questão que é fundamental, que o SISNAMA...

2033 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2034 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Moção.

2035 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
2036 **Indústria - CNTI)** – É a moção, desculpe. É o desejo, não é? É o desejo. Mas a moção,  
2037 ela tem como base sobre a necessidade de assegurar medidas mecanismos  
2038 emergenciais de fortalecer a segurança de barragem, de acumulação para qualquer uso,  
2039 porque as barragens não são só de mineração e água. Elas têm para irrigação, elas têm  
2040 para área de indústria, com contaminantes, inclusive. Para qualquer uso e adequada  
2041 avaliação dos rejeitos, sedimentos, resíduos minerais e industriais nelas depositados,  
2042 visando prevenir e reduzir os riscos de contaminação para a comunidade, para os  
2043 trabalhadores e os impactos no território e nos recursos naturais. Essa questão, ela é  
2044 fundamental, como eu disse antes, porque quando você tem uma área de barragem com  
2045 contaminantes, por exemplo, metais pesados, mercúrio, arsênio, esses contaminantes  
2046 vão não só para a água, para o lençol freático e para os rios, mas também para o ar. E

2047 aí nós fazemos uma moção no sentido de levantar a preocupação em quatro pontos,  
2048 basicamente. Primeiro, alertar que a Lei Nacional de Segurança de Barragem prevê que  
2049 os órgãos do SISNAMA têm que atuar nessa área de rejeitos, de identificar os... E isso  
2050 não é feito. Nenhum relatório de segurança de barragem até hoje apontou quais os  
2051 rejeitos industriais. Para vocês terem uma ideia, eu tive cuidado de ir na FEAM em Minas  
2052 Gerais e pedi ao diretor de barragem, que por sinal é uma pessoa extremamente  
2053 preparada, e ele me deu o relatório da questão de engenharia. Todas as questões dos  
2054 contaminantes envolvendo Brumadinho, Mariana, Paracatu, não existem. Essas  
2055 informações não são sequer coletadas, embora estejam na legislação. Então, a proposta,  
2056 no sentido de que, com base nas informações, os considerando que estão escritos aqui,  
2057 mas principalmente considerando... Aqui tem um considerando na página, na última  
2058 página, que faltou o considerando, em cima, no texto. Sobe aí. Aí, onde está brumadinho,  
2059 considerando que os estudos da Fiocruz e da UFMG, em brumadinho e mariana,  
2060 constataram a contaminação de metais pesados nas áreas atendidas com rompimento  
2061 de barragens, como aquelas abrangidas pelo Rio Doce, Paracatu, ou, desculpe,  
2062 Paraopeba, e identificaram a presença de 100% nas crianças de brumadinho de metais  
2063 pesados. Isso é estudo da Fiocruz. Diante desse escalado da contaminação, que não  
2064 tem referência nas áreas de contaminação. Como eu estava dizendo, eu fui na FEAM e  
2065 pedi as áreas de contaminação. As áreas de contaminação que estão identificadas são,  
2066 basicamente, postos de gasolina. Não tenho nada, toda a região de brumadinho e  
2067 mariana está fora da área de contaminação.

2068 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2069 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Vamos agilizar um pouquinho. Todo mundo...

2070 **O SR. EDUARDO ARMANDO (Confederação Nacional dos Trabalhadores da**  
2071 **Indústria - CNTI)** – Então, nós pedimos três coisas. Primeiro, manifesta preocupação  
2072 nos riscos ambientais na saúde pública, associada à existência de barragens de  
2073 acumulação, que contenham rejeitos, sedimentos, resíduos minerais e industriais  
2074 potencialmente contaminantes. Expressa o reconhecimento da importância do  
2075 fortalecimento de políticas de instrumentos de prevenção, monitoramento e fiscalização  
2076 relacionados às seguranças de barragem, no âmbito do Sistema Nacional do Meio

2077 Ambiente. Alerta para a necessidade de aprimorar a integração de informações e  
2078 avaliação de impactos ambientais e sanitários associados aos rejeitos materiais  
2079 potencialmente contaminantes, especialmente nas bacias hidrográficas com  
2080 concentração de estrutura de barramento. São preocupações e alertas que a gente dá  
2081 para o SISNAMA, e não no sentido de obrigar a qualquer coisa. Essa questão é  
2082 importante porque ela bate no município e bate nos órgãos reguladores. Vocês têm uma  
2083 ideia? O relatório da FEAM, o documento base que coleta informação de barragem,  
2084 sequer tem identificação do tipo de rejeito que tem lá. E olha que em Minas tem urânio,  
2085 em Minas tem ouro, que tem mercúrio e outros contaminantes. Obrigado.

2086 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2087 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Eduardo. Parece que a Marcela  
2088 queria fazer um comentário. Marcela, por favor.

2089 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2090 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Não, Eduardo. Eu acho que a apresentação que você  
2091 fez já utilizou a nossa sugestão com relação à redação. Houve, por parte da Secretaria  
2092 Executiva e da CONJUR, uma avaliação de que a forma como estava formulada a moção,  
2093 ela incorporava uma linguagem de recomendação. Então, nós sugerimos uma  
2094 adequação. Nós sugerimos dois caminhos possíveis, ou uma adequação da linguagem  
2095 para que fosse uma moção. E aí eles já incorporaram essa linguagem nessa  
2096 apresentação. Talvez fosse bom... Bom, acho que já está ali no telão. Ou apresentar  
2097 novamente como recomendação na próxima. Mas eles já incorporaram então a  
2098 linguagem de moção. Era isso.

2099 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2100 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – O que vocês receberam, tinha solicita, orienta,  
2101 etc. E agora foi surgindo manifesto, expressa o reconhecimento, alerta para necessidade.  
2102 Está certo. Já foi adotado ali a redação para que fique e a última conclama no sentido de  
2103 que fique de fato uma moção. Dito que antes estava como uma recomendação e é um  
2104 outro tipo de procedimento para aprovação. Muito bem. Temos algum outro conselheiro  
2105 que queira fazer o uso da palavra a respeito desse tema? Ainda não havendo nenhum  
2106 conselheiro que se manifeste, considerando já a apresentação do nosso conselheiro

2107 Eduardo Armando, considerando o ajuste para que se converta em redação de moção.  
2108 Colocamos em votação aqueles que são favoráveis que se manifestem, por favor.  
2109 Contrários, por favor. Temos dois votos contrários. Aprovado a moção. Seguimos agora  
2110 para o último item deliberativo dessa sessão que trata da moção que foi apresentada hoje  
2111 em regime de urgência para inclusão na pauta dessa reunião e foi aprovada por todos os  
2112 conselheiros no início que trata da moção de apoio à conservação da Serrinha do  
2113 Paranoá localizada na APA Federal do Planalto Central. Quem fará a defesa? Cesar  
2114 Victor do Espírito Santo.

2115 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**  
2116 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Boa tarde, obrigado. César Victor do  
2117 Espírito Santo, Fundação Pró Natureza, representando aqui a região centro-oeste, a  
2118 sociedade civil da região centro-oeste. Então, nós em Brasília estamos bastante  
2119 preocupados com o que está se processando lá na Serrinha do Paranoá. No domingo  
2120 agora fizemos um ato em defesa da Serrinha e isso, também nesse ato, eu coloquei que  
2121 ia propor essa moção aqui hoje. Então, eu vou ler, é apenas uma página rapidinho aqui.  
2122 O assunto é moção de apoio à conservação da Serrinha do Paranoá localizada na APA  
2123 Federal do Planalto Central. O Conselho Nacional do Meio Ambiente, CONAMA, no uso  
2124 de suas atribuições e competências que lhes são conferidas pela Lei nº 6938 de 31 de  
2125 agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto nº 99274 de 6 de junho de 1990 e tendo  
2126 em vista o disposto no Art. 13º do seu regimento interno, anexo à Portaria nº 710 de 15  
2127 de setembro de 2023 do Ministério do Meio Ambiente Mudança do Clima e considerando  
2128 que a Serrinha do Paranoá está inserida dentro da APA do Planalto Central, unidade de  
2129 conservação federal de grande importância para o Distrito Federal e Goiás, e  
2130 conseqüentemente, para o país, considerando que a Serrinha do Paranoá se constitui  
2131 em uma das áreas ambientais mais estratégicas do Distrito Federal, para a manutenção  
2132 da segurança hídrica e da integridade ecológica da região do Lago Paranoá e que nesta  
2133 região foram identificadas 119 nascentes, além de possuir áreas de recarga de aquíferos,  
2134 onde o Cerrado está em ótimo estado de conservação e cumprindo a função natural de  
2135 infiltração de água para alimentar parte do sistema hídrico do território, inclusive, do  
2136 próprio Lago Paranoá. Considerando que, em 2017 o Distrito Federal viveu uma aguda  
2137 crise hídrica na qual...

2138 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2139 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Viveu, viveu.**

2140 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**  
2141 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Desculpe. Considerando que, em 2017, o  
2142 Distrito Federal viveu uma aguda crise hídrica na qual a população foi submetida a  
2143 racionamento e sobretaxa da conta de água e que foi necessário o investimento de R\$  
2144 42 milhões do governo federal na construção de uma nova estação de tratamento com  
2145 capacidade para extrair 700 litros de água por segundo do Lago Paranoá e que a obra  
2146 teve duração de cinco meses e foi a primeira intervenção para ampliar o abastecimento  
2147 de água do DF em 17 anos. Considerando que um projeto de construção de um  
2148 loteamento, expansão do Setor Habitacional Taquari nesta região foi objeto, em 2017, de  
2149 ação civil pública impetrada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e  
2150 obteve, em 2021, decisão favorável da Justiça que determina a proibição do  
2151 parcelamento do solo e ou a edificação de quaisquer estruturas na expansão do setor  
2152 habitacional taquari na região da Serrinha do Paranoá em função do impacto e risco  
2153 ambiental do projeto. Considerando que a Câmara Legislativa do DF aprovou, em 3 de  
2154 março de 2026, Projeto de Lei Executivo nº 2175/2026, que prevê soluções para a  
2155 capitalização do Banco de Brasília, BRB, para sanar prejuízos causados pelas  
2156 negociações com o Banco Master e que, entre as soluções, está a cessão de uma área  
2157 pública ao BRB, denominada Gleba A, da Serrinha do Paranoá, que coincide com a  
2158 importante área de recarga de aquíferos, onde o cerrado está em ótimo estado de  
2159 conservação, este CONAMA resolve manifestar apoio ao movimento da Sociedade Civil  
2160 em Defesa da Serrinha do Paranoá para que a referida área permaneça com sua função  
2161 de recarga de aquíferos e de proteção da biodiversidade e ainda manifestar forte  
2162 preocupação com a cessão para um futuro parcelamento do uso do solo, conforme  
2163 previsto no Projeto de Lei da Câmara Legislativa do DF, Brasília, 11 de março de 2026.  
2164 Assino à moção, basicamente, toda a bancada da Sociedade Civil daqui do CONAMA.  
2165 Muito obrigado, estou à disposição para qualquer...

2166 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2167 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado, César. Algum conselheiro gostaria

2168 de fazer uso da palavra em relação a esse ponto? Não há nenhuma manifestação. Foi  
2169 analisado, a nossa consultoria jurídica avaliou, a redação está de acordo com o conceito  
2170 de moção, está tudo em ordem, o que foi apresentado agora, não é?

2171 **O SR. RICARDO FERRO COSTA SOUSA – SUPLENTE (Ministério da Justiça e**  
2172 **Segurança Pública – MJ)** – Sim, secretário, já estava antecipando aqui algumas  
2173 sugestões de logística. Se for o caso, pode até incorporar.

2174 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2175 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pois não.

2176 **O SR. RICARDO FERRO COSTA SOUSA – SUPLENTE (Ministério da Justiça e**  
2177 **Segurança Pública – MJ)** – A sugestão é que, ao invés de constar, resolve manifestar,  
2178 que lá em cima consta as atribuições do CONAMA, então, aí na parte final constaria,  
2179 aprova a presente moção para manifestar apoio ao movimento da Sociedade Civil em  
2180 defesa da saída do Paranoá para que a referida área permaneça com sua função de  
2181 recarga de aquíferos e de proteção da biodiversidade e ainda expressar forte  
2182 preocupação com a cessão para o futuro parcelamento do solo, conforme previsto no  
2183 projeto de lei aprovado pela CLDF.

2184 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2185 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, é só um ajuste jurídico, digamos assim,  
2186 é isso?

2187 **O SR. RICARDO FERRO COSTA SOUSA – SUPLENTE (Ministério da Justiça e**  
2188 **Segurança Pública – MJ)** – Isso, sem nenhuma alteração...

2189 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2190 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, como é que ficaria? Só para ver ali,  
2191 rapidamente?

2192 **O SR. RICARDO FERRO COSTA SOUSA – SUPLENTE (Ministério da Justiça e**  
2193 **Segurança Pública – MJ)** – Aprova a presente moção para manifestar.

2194 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2195 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Aprova a presente moção para manifestar, é  
2196 isso?

2197 **O SR. RICARDO FERRO COSTA SOUSA – SUPLENTE (Ministério da Justiça e**  
2198 **Segurança Pública – MJ) –** Isso.

2199 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2200 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Para manifestar. Muito bem. Com esse ajuste,  
2201 colocamos em votação. Quem for favorável à moção, por favor, que se manifeste. Vamos  
2202 por diferença de voto. Quem é contrário, por favor. Abstenção? Nesse caso foi solicitado  
2203 o registro de abstenção para essa votação. Então, nós temos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9  
2204 abstenções? Nenhum voto contra? E como foi solicitada mais uma? A Patrícia Boson  
2205 solicitou também o registro de abstenção. Quem quiser que registre em ato a abstenção,  
2206 por favor, dirija aqui a secretariado para solicitar o registro. Muito bem. Aprovada a  
2207 moção, claro.

2208 **O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO – SUPLENTE (Representante da**  
2209 **Fundação PRÓ NATUREZA - FUNATURA) –** Viva a Serrinha!

2210 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2211 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bem. Nós temos dois pontos muito  
2212 importantes agora e vamos contar com a prestigiosa presença da Ministra Marina Silva  
2213 para acompanhar as duas apresentações. Então, por favor, receba aqui a nossa Ministra,  
2214 que esteve impedida de estar aqui antes por um motivo de agenda. Ministra. Bem,  
2215 Ministra, chegou o momento de comemarmos a ativa, construtiva atuação do  
2216 CONAMA, que aprovou duas resoluções, aprovou a resolução Paulo Nogueira Neto, que  
2217 nós apelidamos das abelhas, aprovou a resolução do PRONAR e tivemos dois pedidos  
2218 de vistas de duas resoluções que vão agora para análise e voltam na próxima reunião.  
2219 Tivemos aprovação de duas moções e agora teremos a apresentação sobre a 15ª reunião  
2220 Conferência das Partes da COP-15, que vai ser feita pela nossa secretária Rita Mesquita.  
2221 Na sequência, uma atualização dos dados do Desmatamento da Amazônia e encerramos  
2222 a pauta do CONAMA. Então, antes de passar a palavra à nossa secretária, Ministra, eu

2223 queria aproveitar a oportunidade, nós já festejamos aqui a criação do Albardão e  
2224 festejamos o Mauro Pires, nosso prêmio do ICMBio pela criação, mas eu queria  
2225 aproveitar a presença de duas pessoas aqui que foram muito importantes para esse  
2226 processo, para festejar com eles. Um é aquele rapaz de chapéu, o Truda, que é um  
2227 lutador histórico pela região do Albardão e o Marcelo Camardelli, aqui do Rio Grande do  
2228 Sul, que construiu conosco o desenho final, ajudou a construir juntamente com a  
2229 Secretária Majorie e toda a equipe, todo o setor envolvido. E hoje pela manhã, numa  
2230 entrevista que nós demos para a Rádio Gaúcha, nós estávamos justamente esclarecendo  
2231 isso, porque, ao contrário do que vem sendo veiculado por algumas mídias, de que esse  
2232 parque vai afetar a produção e a ordem, que vai afetar a produção de pesca, vai afetar,  
2233 vai desapropriar propriedades na zona costeira, ou seja, foi tudo esclarecido, que nada  
2234 disso ocorrerá. Então, eu queria, Ministra, em nome do Marcelo, da secretaria do Rio  
2235 Grande do Sul e do Truda aqui, pedir uma salva de palmas aí pela aprovação do  
2236 Albardão. Muito bem. Agora o Rio Grande do Sul tem o maior parque nacional fora da  
2237 Amazônia. Eita, esse Rio Grande do Sul ninguém segura. Vamos ver se, de repente, o  
2238 Mato Grosso cria o maior parque depois do... Porque é um arinho, olha só. Mas tem que  
2239 ser fora da Amazônia, porque na Amazônia tem muito parque grande. Agora, na parte do  
2240 Cerrado, quem sabe o Mato Grosso não cria o maior parque nacional fora da Amazônia,  
2241 no Cerrado, não é, Mauren? Mas vamos lá. Rita, por favor, com a palavra.

2242 **A SR<sup>a</sup>. RITA MESQUITA (Secretária de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais**  
2243 **– MMA) –** Bom dia, mais uma vez. Bom dia, Ministra, que chegou. Eu fiz uma  
2244 apresentação que era muito mais longa do que o tempo que eu tenho, então, eu entendi  
2245 que eu tenho 10 minutos. Então, eu já peço, desde já, desculpa se eu tiver que acelerar  
2246 um pouquinho, mas é uma oportunidade de a gente falar o que está sendo feito e nossa  
2247 contribuição aqui dentro dessa convenção. É a Convenção das Espécies Migratórias e  
2248 essa é a 15<sup>a</sup> Reunião. Não sei para onde eu aponto para mudar, mas ela vai acontecer  
2249 em Campo Grande. Agora, no final do mês de março, então, do dia 23 a 29 de março, é  
2250 a 15<sup>a</sup> Conferência das Partes. Essa convenção é um tratado das Nações Unidas, um dos  
2251 mais antigos, tem 133 partes e contribuições de inúmeros países, mesmo que não sejam  
2252 signatários. Na imagem, tudo que está em verde são países que não são signatários e o  
2253 que está em azul são os países membros que fazem parte. Portanto, acho que é

2254 importante a gente reconhecer que, para o Brasil, existem muitas das rotas migratórias  
2255 das espécies que chegam ao Brasil, passam, vêm da parte norte, Canadá, Estados  
2256 Unidos, até do Alasca. Então, para a gente é muito importante trazer essa discussão da  
2257 composição de membros nessa convenção, uma vez que isso afeta diretamente as rotas  
2258 e as trajetórias das nossas espécies. A legislação brasileira já vem tratando dessa  
2259 convenção há muitos anos, então não é uma coisa recente. Somente no ano passado,  
2260 nós publicamos a lista oficial das espécies que fazem parte, as espécies migratórias de  
2261 animais silvestres que estão incluídas no anexo 1 e 2 da Convenção das Espécies  
2262 Migratórias. Então, é um trabalho contínuo de atualização. Essa convenção tem uma  
2263 definição bem específica de espécie migratória, que são somente aquelas cuja proporção  
2264 significativa dos seus indivíduos ultrapassa, de maneira previsível e cíclica, limites de  
2265 jurisdição nacional. Portanto, acho que é importante destacar que o Brasil, pela sua  
2266 dimensão continental, possui inúmeras espécies migratórias que migram dentro do  
2267 próprio país. Portanto, essas espécies não estão incluídas nessa convenção porque elas  
2268 não deixam o Brasil. Elas migram em rotas do sul para o nordeste e até algumas  
2269 migrações laterais. Portanto, ela não *encompass* toda a nossa lista de espécies  
2270 nacionais. Espécies migratórias têm muita relevância, muita importância, inúmeros  
2271 processos, e aqui eu não vou ter muito tempo para destacar, mas acho que é importante  
2272 falar. A importância que elas trazem também para o uso sustentável, mitigação, e fazem  
2273 parte do conhecimento tradicional, dos ciclos tradicionais, de referência cultural para  
2274 muitas, muitas culturas e comunidades. E, obviamente, desempenham os papéis  
2275 ecológicos que a gente sabe que espécies desempenham de qualquer maneira. Essa  
2276 convenção lista espécies em dois anexos, anexo 1 e anexo 2, e do anexo 1 são aquelas  
2277 que são ameaçadas de extinção, migratórias ameaçadas de extinção, e no anexo 2 são  
2278 aquelas que o seu estado de conservação se encontra desfavorável e, portanto,  
2279 necessitam uma atenção especial. E existe aí o número 111 dessas espécies da  
2280 convenção, elas ocorrem no Brasil. Toda vez que a convenção se reúne, existem  
2281 propostas de novas espécies serem incorporadas, mas também existem propostas de...  
2282 A gente também atualiza o status de conservação das espécies. O Brasil é um país que  
2283 faz um esforço gigantesco nesse sentido, porque nós temos um acompanhamento e as  
2284 análises detalhadas de um grande número de espécies e, portanto, é uma coisa

2285 dinâmica, a gente não deve olhar para esses números fixos. Mas, dentre as espécies que  
2286 estão lá, talvez algumas pessoas possam olhar assim, puxa, onça-pintada, eu nunca  
2287 pensei que onça-pintada fosse uma espécie migratória. De fato, a gente entende que a  
2288 onça-pintada está nessa conferência, nessa convenção, por conta da necessidade de  
2289 articulações e integração entre os países para sua conservação. A onça-pintada, de fato,  
2290 ocorre do México até o extremo sul, toda a América do Sul, então é um bicho que a gente  
2291 não associa muito como sendo migratória, e ela está na lista e tem várias... Por outro  
2292 lado, temos espécies que são os campeões de migração de viagens pelo mundo, e com  
2293 casos muito impressionantes de milhares e milhares de quilômetro de migração contínua.  
2294 Então, o Brasil tem muitas espécies dentro dessa convenção, e ela se organiza em torno  
2295 de diferentes formas de acordos, memorandos de entendimento, iniciativas, forças-  
2296 tarefas. Existem várias maneiras como o colegiado pode colocar, vamos dizer assim, as  
2297 ações necessárias para contribuir a maior conservação e atenção e cuidado com essas  
2298 espécies. E o Brasil trabalha com várias. Temos tido muitos eventos dela no Brasil já há  
2299 muitos anos, não é uma coisa recente, mas a mais recente foi no final do ano passado,  
2300 que tivemos um encontro justamente para um memorando de entendimentos sobre a  
2301 parte dos pastizales, a parte mais do Pampa, no sul do Brasil, e um plano de ação para  
2302 isso. Não vou detalhar muito aqui. Nós fizemos um anúncio em uma reunião do Comitê  
2303 Permanente em Bonn, em 2025. E aqui está a equipe que foi até lá e que fez o anúncio.  
2304 E a escolha do Pantanal é uma escolha que teve a intenção e tem de colocar um foco e  
2305 uma atenção nesse bioma, um bioma que é extremamente importante para a migração,  
2306 para as espécies migratórias, mas que também está passando por transformações de  
2307 muita preocupação e por impactos da mudança do clima. E, portanto, nós temos um  
2308 pouco dessa atenção. Não vou ter tempo aqui para passar um vídeo, mas depois  
2309 podemos dar o link para todo mundo que quiser assistir. Essa é uma convenção que se  
2310 reúne uma vez a cada três anos. E quem assume a presidência fica presidente por três  
2311 anos. Então, o Brasil será presidente dessa convenção pelos próximos três anos. A última  
2312 que aconteceu foi em Samarcanda, e nós tivemos representações nossas lá. Em geral,  
2313 é uma convenção considerada muito técnica, porque ela se debruça sobre muitos  
2314 aspectos específicos das espécies, mas também ela trata e discute alguns aspectos das  
2315 grandes pressões e ameaças sobre as espécies. Portanto, o Brasil hoje, por exemplo,

2316 dentro dessa convenção, lidera a força-tarefa de energia. A presidência é nossa, e nós  
2317 temos aprofundadas discussões sobre os impactos de infraestruturas, principalmente  
2318 associadas com a questão energética, sobre as espécies migratórias. Obviamente, é uma  
2319 discussão em nível global. Então, ela analisa relatórios, faz revisão do estado de  
2320 conservação das espécies e, em geral, discute planos de ação e planejamento de ações  
2321 futuras. Eu já falei um pouco, o Brasil sempre é visto como uma liderança. Então, quando  
2322 o Brasil se propõe, se dispõe a coordenar e presidir uma conferência dessas, em geral,  
2323 isso é recebido com muita expectativa e muita alegria, porque o Brasil é visto como um  
2324 grande líder na área ambiental, e com essa convenção não foi diferente. E nós estamos,  
2325 inclusive, em um esforço muito grande em nível de ministério e também nas cooperações  
2326 e colaborações interinstitucionais, para que a gente deixe uma marca também de uma  
2327 contribuição significativa, um legado dessa convenção após a realização. Só para  
2328 lembrar, a última vez que teve uma reunião dela na América Latina foi em 2014. Então,  
2329 faz muito tempo que essa convenção não se reúne na nossa região, e, portanto, eu acho  
2330 também que isso assume um papel e tem uma importância aumentada pelo tanto de  
2331 tempo que já passou sem ter uma reunião aqui. Ela não é uma convenção tão grande,  
2332 só para deixar claro que a gente chama COP 15, mas ela é uma convenção em que a  
2333 gente tem uma expectativa de entre 1.500 e 2.000 participantes. A gente ainda não  
2334 chegou a 1.500 inscritos, portanto, muito menor e, portanto, muito mais específica, muito  
2335 mais focada e muito mais técnica do que a COP do Clima, por exemplo. Eu já falei um  
2336 pouco sobre a importância e por que trazer essa convenção para o Pantanal. Acho que  
2337 o Pantanal é a maior planície de inundação, a maior área úmida que a gente tem e muito  
2338 importante. Acho que a gente vai poder trazer uma centralidade, um foco de discussão  
2339 do Pantanal e de outras áreas úmidas do Brasil nessa convenção. Então, isso é bastante  
2340 relevante, importante. Ela tem um evento de alto nível, um segmento de alto nível, onde  
2341 as áreas úmidas são um dos focos de debate, de atenção. Obviamente, tem vários  
2342 desafios, porque realizar mais uma convenção, a gente tem todo um esforço, não apenas  
2343 na questão da organização logística, mas também nas revisões e nas propostas de todo  
2344 o material técnico, uma vez que é um número muito grande de documentos que serão  
2345 analisados e muitos deles com contribuições e interesses diretos do Brasil. Obviamente,  
2346 a gente espera que a gente, primeiro, tenha uma presidência fortalecida e também que,

2347 ao trazer essa discussão aqui para o Brasil, a gente também consiga fortalecer algumas  
2348 das nossas políticas que têm rebatimento direto sobre esse grupo de espécies. Não  
2349 mudou. Você muda para mim? Não sei para onde eu tinha que estar indo, mas ele não  
2350 foi, parou de ir. Mas eu vou adiantando aqui. Lá em Campo Grande, nós vamos, você  
2351 pode passar, tem o site, todos os documentos para quem tiver interesse, todos os  
2352 documentos já estão disponíveis no site da CMS, a agenda toda já está lá, ela tem uma  
2353 programação que inclui uma plenária e todos os grupos de trabalho que são temáticos,  
2354 elas se organizam em cinco grupos, grandes grupos de trabalho, aves, aquáticas,  
2355 terrestres, orçamento, e a parte transversal, que envolve mais como pressões, impactos.  
2356 Então, ela tem eventos paralelos na Zona Azul, essa convenção não tem uma zona verde,  
2357 mas, apesar de não ter uma zona verde, a gente também organizou uma sessão de  
2358 eventos que serão externos justamente para ampliar a participação, a capilaridade desse  
2359 evento lá em Campo Grande com a sociedade local. Podemos avançar? Ela tem toda  
2360 uma programação, o evento de alto nível, uma noite que destaca instituições que  
2361 contribuem financeiramente de uma maneira significativa à convenção. Essa é a  
2362 programação, desculpa pelo inglês, mas é como a gente tem aqui no momento, ela tem  
2363 uma plenária que basicamente se reúne só duas vezes, no início e no fim. E todo o  
2364 período intermediário se dá nos grupos de trabalho e nos eventos paralelos. E a gente  
2365 tem, portanto, é uma convenção onde se antecipa muito trabalho e muita participação. O  
2366 Brasil tem propostas que foram submetidas e que estarão em discussão durante essa  
2367 convenção. Então, temos propostas para mamíferos aquáticos, para os bagres  
2368 migratórios, inclusive o plano de ação dos bagres migratórios, que foi uma inclusão do  
2369 Brasil na convenção anterior, para tubarões, para aves. E existem propostas de outros  
2370 países que envolvem espécies brasileiras. Então, essas propostas também o Brasil vai  
2371 acompanhar de perto, tecnicamente. Então, a gente tem propostas lá que foram trazidas.  
2372 Por exemplo, a França sobre a Ariranha. Aí o Uruguai e Maçarico de Perna Amarela. E  
2373 assim vai. Então, essas não são propostas do Brasil, mas são propostas que o Brasil vai  
2374 estar acompanhando e que entende que seriam importantes, porque também dizem  
2375 respeito a espécies nossas. Acho que é isso. Muito obrigada.

2376 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2377 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Se tiver alguma pergunta ou comentário,

2378 senão passamos de imediato. André Lima vai apresentar. Mas, Truda, por favor, com a  
2379 palavra.

2380 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) – Boa**  
2381 tarde, já. Senhoras e senhores conselheiros.

2382 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2383 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Se apresenta para fins de...**

2384 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR – TITULAR (Instituto Baleia Jubarte) –**  
2385 Presidente José Truda, representando o Instituto Baleia Jubarte. Eu vou ser muito breve,  
2386 mas gostaria de fazer, senhor presidente, uma coisa que nunca fiz nesse plenário, que é  
2387 tirar o chapéu para a Ministra Marina Silva e para a coragem desse governo em criar o  
2388 Parque do Albardão. Nós sabemos, sabemos muito bem da coragem política que exigiu  
2389 esse gesto. Só quem viu o pequeno contingente de representantes ambientalistas sendo  
2390 escoltado por um grupo armado da Polícia Federal, em Rio Grande e Santa Vitória do  
2391 Palmar, para poder participar das audiências públicas, por causa das ameaças de  
2392 linchamento de parte desses interesses poderosos da máfia da sobrepesca, de indústrias  
2393 multinacionais de eólico offshore, que conseguiram convencer parte da população e  
2394 autoridades locais de que o parque ia ser negativo para a sua economia e para a sua  
2395 sociedade. E, felizmente, o governo federal teve a coragem de dizer não ao fake, não à  
2396 intimidação, e fazer algo que vai ser benéfico para todo o nosso país e para o planeta. A  
2397 Convenção de Espécies Migratórias já ganhou esse presente, porque o Albardão  
2398 representa o cumprimento do Brasil com a proteção de uma grande parte das espécies  
2399 ameaçadas e criticamente ameaçadas do Atlântico Sul. O Brasil tem desempenhado em  
2400 outros fóruns de conservação de espécies, como a Convenção CITES, de maneira  
2401 também exemplar. Nós vamos estar lá presentes, sociedade civil, apoiando as propostas  
2402 que o Brasil copatrocina e patrocina. E eu gostaria de fazer um apelo por um gesto a  
2403 mais do governo brasileiro. Esse plenário aprovou, por unanimidade, uma recomendação  
2404 para que o Brasil banisse de vez a exportação de barbatanas de tubarão. Algo que não  
2405 tem importância nenhuma na nossa balança comercial, nem na exportação de produtos  
2406 pesqueiros, e que, infelizmente, encobre um contrabando gigantesco. Apenas há dias  
2407 atrás, mais uma apreensão de uma tonelada e meia de barbatanas na Bahia. Milhares e

2408 milhares de animais ameaçados de extinção. E esse absurdo, esse contrabando, só  
2409 acontece porque ele se beneficia de uma exportação supostamente legal do país, e assim  
2410 chega nos países asiáticos. Apelo especialmente ao Ministério da Pesca e Agricultura,  
2411 que aqui está representado, para que trabalhe com o Ministério de Meio Ambiente. Nós  
2412 chegamos à COP 15 com a possibilidade de oferecer esse outro presente ao mundo.  
2413 Brasil dando exemplo de proteção dos tubarões ameaçados, proibindo esse tráfico  
2414 indecente de barbatanas de uma vez por todas. Sr. Presidente, Presidente da COP, conte  
2415 com todo nosso apoio em Campo Grande para levar adiante as políticas brasileiras, e  
2416 também desses três anos de ajudar a carregar o piano. Muito obrigado.

2417 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2418 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Truda. André, por favor. Vamos  
2419 caminhando já para o último item dessa agenda intensa. Agradeço a dedicação e  
2420 colaboração de todos os conselheiros. Por favor, André.

2421 **O SR. ANDRÉ LIMA – SUPLENTE (Ministério - Meio Ambiente e Mudança do Clima)**  
2422 – Mais uma vez aqui, bom dia, ou boa tarde já, Ministra Marina, demais amigos e amigas.  
2423 Por alguma razão o título sumiu, ficou meu nome aí, mas eu quero apresentar para vocês  
2424 a dinâmica de desmatamento. Atualização dos dados, pode passar o próximo slide, ou  
2425 sou eu mesmo que passo? Por gentileza, alguém está passando aí? Próximo slide.  
2426 Atualização dos dados mais recentes da dinâmica de desmatamento na Amazônia e no  
2427 Cerrado. Próximo slide, amigo. Primeiro, acho que esses dados já foram divulgados. Ele  
2428 foi confirmado agora recentemente, por dados do INPE, o dado de 2025 de  
2429 desmatamento na Amazônia, queda de 11% em relação a 2024, uma queda expressiva.  
2430 A terceira menor taxa de desmatamento de toda a história de monitoramento dos  
2431 desmatamentos na Amazônia, fruto de um conjunto de ações que vocês já conheceram  
2432 aqui do PPCDAM. Isso significa também uma queda de 50% em relação a 2022, ou seja,  
2433 em três anos de PPCDAM, 2023, 2024 e agora 2025, uma queda de 50%. Como eu  
2434 disse, a terceira menor taxa de desmatamento, essa é a taxa do PRODES. Depois eu  
2435 vou falar de 2025 para cá, nos últimos sete meses, como está a situação também.  
2436 Próximo slide. Mas antes disso, só destacar, já que nós falamos hoje de uma resolução  
2437 de queima controlada, como é que está a questão da participação do fogo, dos incêndios

2438 florestais no colapso de florestas. Observem que em 2022, 7% do que nós perdemos de  
2439 floresta na Amazônia foi por incêndios e isso, infelizmente, nos últimos anos, vem  
2440 aumentando. 20% em 2023, 27% em 2024 e 2025 foi um ano fora da curva, pega o  
2441 segundo semestre de 2024, primeiro semestre de 2025, foi quando teve aquele grande  
2442 incêndio na Amazônia, no Cerrado e no Pantanal, chegou a 38% do que se perdeu de  
2443 floresta na Amazônia por incêndios. Isso significa dizer que se não tivéssemos tido os  
2444 incêndios que tivemos em 2025, teríamos alcançado a menor taxa de desmatamento de  
2445 toda a história de monitoramento da Amazônia da ordem de 3.500 km<sup>2</sup>. Então, essa é a  
2446 dinâmica hoje, ou seja, os incêndios cada vez mais ganhando uma dimensão maior,  
2447 tornando o desafio da meta do desmatamento zero, colocado pelo presidente Lula, um  
2448 grande desafio, porque os incêndios têm toda uma dinâmica diferenciada, mas, de  
2449 qualquer forma, a taxa de desmatamento, que significa o corte raso de florestas, está  
2450 caindo significativamente. Próximo slide. Aqui no Cerrado, também, a gente está  
2451 verificando mais um ano de queda, depois de praticamente quatro anos seguidos de alta  
2452 de desmatamento, de 2019 até 2023, teve uma queda expressiva em 2024, segue caindo  
2453 em 2025, uma queda agora de 11,5%, 11,49% em 2025, também uma das menores taxas  
2454 dos últimos 10 anos. Próximo slide. Aqui, eu saí do PRODES, que é a taxa anual, e estou  
2455 dando a atualização do DETER, que são alertas de desmatamento, que são atualizados  
2456 diariamente, e estou pegando o período de 1º de agosto de 2025 com fevereiro de 2026,  
2457 ou seja, acompanhando os últimos sete meses, que significa uma projeção, apenas uma  
2458 projeção, do que pode vir a ser a taxa PRODES 2026, e a gente observa que na  
2459 Amazônia nós estamos tendo além daquela redução que eu mostrei no PRODES no slide  
2460 anterior, ou seja, 50% de queda em relação a 2022, alcançada em 2025, nós estamos  
2461 tendo uma queda de 35% em relação a 2025, então é queda sobre queda, é uma queda  
2462 substancial que a gente segue tendo de agosto de 2025 até fevereiro de 2026, esse é o  
2463 gráfico da esquerda, que segue uma tendência da gente poder alcançar esse ano, se  
2464 continuarmos assim nos próximos meses, agora março, abril, maio, junho e julho,  
2465 podendo alcançar a menor taxa de desmatamento de toda a história de monitoramento  
2466 da Amazônia, estamos trabalhando duramente para isso. E no gráfico à direita, pode  
2467 voltar para o anterior, só para concluir o da direita, mostra degradação por incêndios,  
2468 lembra que eu falei do ano de 2024, olha aquele pico de 44.000 km, que é um pico fora

2469 da curva, em 2025, já com um ano de implementação da nova política de manejo  
2470 integrado do fogo, toda a estruturação, apoio à estruturação dos Estados, a gente já  
2471 retomou uma, entre aspas, vamos dizer assim, uma normalidade, mas bem abaixo da  
2472 média dos últimos oito anos. Se a gente observar o dado de degradação por incêndios  
2473 florestais entre agosto de 2025 e fevereiro de 2026, significa uma queda de mais de 80%,  
2474 não em relação ao ano anterior, que foi um ano pico, mas em relação à média dos últimos  
2475 oito anos. Então, também, no quesito, no componente degradação florestal, o PPCDAM  
2476 e as políticas ligadas à Amazônia, a política de manejo do fogo, começa também a  
2477 alcançar alguns bons resultados, e isso, obviamente, tem impacto significativo, não só  
2478 em emissões, mas na própria taxa de desmatamento. Próximo slide. Aqui no Cerrado,  
2479 também, nesse mesmo período, de agosto de 2025 até fevereiro de 2026, também uma  
2480 queda de mais 7%, também, em relação ao Cerrado. Próximo slide. E a área queimada  
2481 total no Brasil, observando aí, por bioma, como é que está em relação à média dos  
2482 últimos oito anos. Queda de 90% no Pantanal, queda de 70% na Amazônia, queda de  
2483 57% na Mata Atlântica, queda de 42% no Pampa, 4,5% no Cerrado e 1,4% na Caatinga,  
2484 ou seja, praticamente todos os biomas em queda, e uma queda expressiva de mais de  
2485 30% da área total queimada. Esse indicador, área total, ele é mais importante do que o  
2486 que tradicionalmente se ouve, que são os focos de calor. Muitas vezes a gente tem muitos  
2487 focos de calor, mas não são necessariamente incêndios, é fogo controlado ou uma  
2488 queima que não gera necessariamente incêndio. Aqui é o dado de área total queimada,  
2489 que também a gente vem alcançando queda expressiva. Próximo slide. É isso aí. Muito  
2490 obrigado.

2491 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2492 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Temos algum comentário? Não havendo,  
2493 parabenizando o secretário André pela apresentação, a secretária Rita e todos aqui que  
2494 contribuíram para que a reunião transcorresse com muita produtividade. Passo aqui a  
2495 palavra para a nossa Ministra Marina Silva para o encerramento.

2496 **A SR<sup>a</sup>. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente**  
2497 **Mudança do Clima - MMA) –** Boa tarde a todos, a todas. Primeiro eu quero agradecer a  
2498 Deus por estarmos aqui, cumprimentando o secretário executivo João Paulo Capobianco

2499 e agradecendo por todo o trabalho que tem feito na liderança desse conselho como a  
2500 pessoa responsável por todos esses processos que a gente vive aqui nesse conselho  
2501 que tivemos uma linda homenagem feita ao seu criador, professor Paulo Nogueira Neto,  
2502 ontem, e que nos emocionou a todo o cumprimento do presidente do IBAMA, Rodrigo  
2503 Agostinho, Marcelo Marcelino, apresentando aqui o ICMBio, querida Rita, da nossa  
2504 Secretaria de Biodiversidade e Floresta, Adalberto Maluf, André Lima, que está aqui, que  
2505 acaba de fazer as apresentações, e também a Marcela, que faz esse trabalho excelente  
2506 no suporte do CONAMA, juntamente com o doutor Barroso. Eu quero impressionar, não  
2507 que não seja, mas no conteúdo, estamos aí, não é, Barroso? Eu digo assim, estou  
2508 esperando o parecer Barroso. Porque o conteúdo é muito bom, mas o nome Barroso  
2509 ficou famoso com o nosso Ministro Barroso. Então, agradecendo a todos os conselheiros  
2510 e conselheiras, cumprimentando aqui os parceiros, está ABEMA, não sei, está aqui o  
2511 Marçal? Está ali. Dizer que hoje de manhã, infelizmente, não foi possível estar aqui, peço  
2512 desculpas por não ter conseguido, acho que é a terceira vez que não consegui, porque  
2513 uma foi porque eu estava com covid, a outra porque acho que quebrei o espinhaço, como  
2514 dizia minha avó, e agora porque tinha outro conselho no mesmo dia desse, que era a  
2515 reunião do Conselho Nacional de Povos e Comunidades e Populações Tradicionais,  
2516 onde, obviamente, foi preciso ali um diálogo com os companheiros, eu tinha convidado o  
2517 presidente do IBGE para fazer uma fala, e, obviamente, ficava muito chato ter ali o mais  
2518 próximo e sair, até porque eu sei que as coisas aqui estavam sendo muito bem  
2519 conduzidas, tem um provérbio bíblico que diz que melhor é o final das coisas do que o  
2520 começo, pela quantidade de resolução que foram aprovadas aqui, imagino que chegar  
2521 aqui no final é melhor do que no começo, em que ainda essa jornada não tinha sido feita,  
2522 agradecendo a todos vocês. Acho que o volume de coisas que a gente fez, e eu digo a  
2523 gente porque esse conselho é fundamental para o Sistema Nacional de Meio Ambiente,  
2524 que ontem comemoramos seus 45 anos, esse conselho dá grandes contribuições tanto  
2525 na formulação quanto na implementação, quanto nas resoluções, nos marcos  
2526 regulatórios que têm contribuído com eles. Os resultados que temos, geralmente a gente  
2527 consegue falar de alguns, mas se eu pegar a primeira reunião do CONAMA, em que nós  
2528 estávamos aqui, não é, Capobianco? Em que nós chamamos o Herman, foi o Herman  
2529 para fazer aqui uma fala magna para o conselho, é o Márcio Padilha, se eu pego aquela

2530 primeira reunião do CONAMA, que a gente tinha acabado de restabelecer o CONAMA,  
2531 que tinha sido desidratado, não quero dizer destruído, mas totalmente desidratado, eu  
2532 diria que muita água boa andou embaixo dessa ponte. Não só embaixo da ponte do  
2533 governo federal, mas dos estados. Hoje nós temos planos de prevenção e controle do  
2534 desmatamento para todos os biomas, com os resultados que vocês puderam observar, e  
2535 eu sempre brinco que nós somos o governo das grandes coisas, quando a gente  
2536 começou a derrubar o desmatamento na Amazônia, grandes coisas eu quero ver no  
2537 Cerrado, quando nós conseguimos no Cerrado, grandes coisas eu quero ver agora é a  
2538 degradação. Obviamente que nós acabamos de criar o maior parque marinho do Brasil,  
2539 que é o Albardão, que todos celebramos, obrigado, inclusive fiquei muito emocionada  
2540 quando você disse que tiveram que ser escoltados, porque as fake news, a violência, dos  
2541 interesses inescrupulosos, aquelas imagens do fantástico, não precisa dizer nem nome,  
2542 nem endereço, nem telefone, basta ver aquelas imagens para entender o que é aquilo.  
2543 E o trabalho que se tem para poder alcançar os resultados que se alcança, inclusive com  
2544 as fake news ameaçando a vida de pessoas de bem. Então, esses resultados todos, eles  
2545 são muito relevantes. Mas eu tenho certeza que no coração de cada um de nós aqui tem  
2546 também grandes coisas. Eu quero ver agora vocês criarem lá a Serra Vermelha, a  
2547 ampliação da Serra das Confusões. E a gente tem mesmo grandes coisas para fazer.  
2548 Grandes coisas, eu quero ver agora é que o desmatamento caia estruturalmente, que a  
2549 gente chegue em 2030 com desmatamento zero. Mas que bom que o presidente Lula  
2550 tem assumido esses compromissos em que, pese todos os desafios, temos conseguido  
2551 alguns. O que de longe não é informação só do governo federal. E agradeço aqui os  
2552 governos estaduais, toda a parceria agora na questão do combate ao fogo, depois da  
2553 aprovação da lei do manejo integrado do fogo, depois da estruturação do COMIF, André  
2554 Lima e um reconhecimento muito especial, todo o empenho aqui do secretário  
2555 Capobianco, das nossas secretarias todas, mas de um modo especial ao IBAMA e ao  
2556 ICMBio. Por trás desses resultados todos, tem muito trabalho, muitas operações e muitas  
2557 incompreensões também em cima do IBAMA e do ICMBio. A gente trabalha muito com a  
2558 ideia de resultados, mas os resultados, eles são alcançados, não é de balde. Então, só  
2559 para a gente ter uma ideia quando esses resultados começaram. Como disse o  
2560 Capobianco, os 10 primeiros decretos, 5 foram da área ambiental assinados pelo

2561 presidente Lula, inclusive criando a Secretaria Extraordinária do Combate ao  
2562 Desmatamento, a Secretaria de Bioeconomia, fazendo a mudança do próprio nome do  
2563 Ministério para Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e a Secretaria de  
2564 Populações Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável, que fazia parte do  
2565 decreto de reestruturação. Mas, tem um indicador de esforço que realmente ele fala, que  
2566 é o seguinte, em 2022, o orçamento do Ministério do Meio Ambiente era de R\$ 865  
2567 milhões. Nós, já de cara, em 2023, fomos para R\$ 1.258.000.000. Tivemos ali um  
2568 aumento de cerca de 45% do nosso orçamento ainda na transição, com a PEC da  
2569 transição, porque nós sabíamos que não era possível fazer o que precisava ser feito com  
2570 aquele orçamento que nós tínhamos. Ao longo desse percurso, nós tivemos um aumento  
2571 do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, somando com as suas vinculadas, algo  
2572 em torno, chegando em 2025, com algo em torno de 120% de aumento do orçamento do  
2573 Ministério do Meio Ambiente. Uma outra coisa que, corretamente, eu até ouvi, em  
2574 algumas das nossas reuniões, as pessoas diziam, é preciso fortalecer o IBAMA, o  
2575 ICMBio, porque sabemos que é insuficiente e ainda não estamos como nós gostaríamos.  
2576 Mas, conseguimos fazer os concursos, chamamos aqueles que estavam do Cadastro  
2577 Reserva e injetamos no sistema MMA cerca de 1.377 novos servidores. 1.795 no IBAMA,  
2578 437 no ICMBIO, e no MMA, 145. É claro que nós temos baixa, porque muita gente se  
2579 aposenta e muita gente, corretamente, encontra outras oportunidades, faz outros  
2580 concursos, vai para outros ministérios. Mas, isso fez a diferença em várias frentes para  
2581 os resultados que nós dobramos, praticamente, Rodrigo, nossa capacidade de  
2582 licenciamento, nossa capacidade de fiscalização em mais de 60%, quase 70%, e assim  
2583 por diante. Por que eu estou falando isso? Porque a gente está começando o ano de  
2584 2026, um ano em que as pressões sobre os secretários de meio ambiente, sobre todos  
2585 nós, será incomparavelmente maior, porque a nossa agenda não necessariamente, às  
2586 vezes, é muito glamourosa, para alguns. Mas eu sei que a gente até pode não ser  
2587 compreendido no varejo, mas a gente é compreendido no atacado. E, repetindo a frase  
2588 do Gil, que a minha equipe já não aguenta mais ouvir, mas o povo sabe o que quer, mas  
2589 também quer o que não sabe. Então, aquilo que o povo quer e não sabe o que quer,  
2590 quem tem que fazer somos nós. E lá na frente vai ter o necessário reconhecimento. Para  
2591 não dizer, a gente está muito orgulhoso do Albardou, mas hoje eu levei um dado para o

2592 Conselho de Populações Tradicionais. Nós fizemos a ampliação da RESEX lá no  
2593 Chocoaré, no Mato Grosso, do Mato Grosso, no Pará. A criação da RESEX Viriandeua,  
2594 no Pará. A criação da RESEX Filho do Manguê, no Pará. A criação da RDS Faxinalense  
2595 São Roquinho, no Paraná. A criação da RDS Faxinalense Bom Retiro, no Paraná. E  
2596 prontas para a criação, esperando aquela anuência desse novo procedimento que foi  
2597 introduzido pela presidente Dilma, de que tem que ter anuência dos governadores, dos  
2598 estados. Nós temos pronta para a criação a RESEX Rio Formoso, em Pernambuco, a  
2599 RESEX Itacaré, na Bahia, e assim por diante. Nós conseguimos, além disso, a retomada  
2600 da criação do processo de unidades de conservação, uma agenda muito forte, inclusive  
2601 com as RPPs, o ICMBIO tem priorizado muito essa agenda. Nós temos mais de 80 mil  
2602 famílias hoje recebendo o Bolsa Verde, e eu me lembro, não sei se a secretária Eder está  
2603 aqui, mas nós começamos com um zero no cadastro. Tivemos que fazer esse cadastro  
2604 no MUC, como diria lá no Seringal. E eu quero agradecer às equipes, o verdadeiro  
2605 mutirão que teve que ser feito, ICMBIO, a Secretaria de Populações Tradicionais, para  
2606 que hoje nós tivéssemos cerca de 80 mil famílias recebendo o Bolsa Verde. Sem falar  
2607 em todos os outros esforços que estamos fazendo em relação à lei que estabelece os  
2608 mecanismos para crédito de carbono, que estamos fazendo com todo o rigor, inclusive  
2609 para acabar com a grilagem de carbono. A COP30 que nós tivemos que liderar, nós  
2610 estamos chamando uma COP com cerca de 3 mil pessoas, cujo nosso presidente é o  
2611 biólogo e secretário executivo Capobianco, e a gente diz, é uma COP pequenininha, Rita,  
2612 3 mil pessoas. Nós fizemos as conferências com 3 mil pessoas, dá um trabalho danado.  
2613 Imagine quando se trata de outros países. Mas o padrão da COP30 realmente é uma  
2614 COP pequenininha. Fizemos o encontro dos países de língua portuguesa de educação  
2615 ambiental, a conferência infanto-juvenil, o segmento ministerial dos BRICS e do G20.  
2616 Minha gente, eu fico cansada só de falar. Só de falar. Quanto mais de fazer. E essa  
2617 equipe é uma equipe mesmo de rocha, parabéns e muito obrigado, porque nada disso é  
2618 possível sem o apoio dos diferentes segmentos da sociedade civil, e olha que eu estou  
2619 pegando aqui um pequeno recorte. Estava falando ainda há pouco com um parceiro de  
2620 primeira hora do Ministério da Fazenda, e amanhã nós vamos ter a reunião do Fundo  
2621 Clima. Nós tínhamos um Fundo Clima com algo em torno de 400 milhões de reais, e nós  
2622 estamos agora já celebrando, graças ao Eco Invest, o mecanismo inteligente que o

2623 Ministério da Fazenda concebeu, com mais de 100 bilhões, que é movimentado graças  
2624 àquela nossa sementinha. Em alguns desses editais, como é o caso da parte de  
2625 adensamento tecnológico, que é um dos eixos do plano de transformação ecológica, mais  
2626 de 50 bilhões para a parte de tecnologia e inovação. Então, meus amigos, eu acho que  
2627 a política ambiental é um grande desafio, principalmente nesse contexto geopolítico  
2628 difícil, distópico que nós estamos vivendo, com guerra de todas as matizes, mas o  
2629 caminho é esse, continuarmos trabalhando e dando os resultados, liderando pelo  
2630 exemplo, fazendo igual o porco espinho. É muito frio, então a gente tem que agasalhar  
2631 de um jeito que a gente se aqueça e se fure menos, para poder ter os resultados que nós  
2632 temos. Encerro dizendo uma coisa, vocês acompanham todas as discussões da mídia,  
2633 e, obviamente, está posta a história de que Marina vai se afastar, parece que são 22  
2634 ministros que vão se afastar. Pelo menos é o que a mídia diz. Independente do que a  
2635 mídia diz, o importante é que o presidente Lula também tem dito que ele não quer  
2636 descontinuidade nas políticas que estão dando certo. Como, pelos dados que eu  
2637 apresentei, está tudo dando muito certo, eu imagino que nós estamos no combo da  
2638 continuidade. Caso, em função dos limites eleitorais, eu tenha que me afastar. Eu estou  
2639 muito tranquila em relação a isso, porque eu comecei a ser candidata em 1985. Então,  
2640 eu já tenho direito à aposentadoria de candidatar. Então, para mim, eu estou tranquila  
2641 em relação a isso. O que eu quero é que o Brasil mantenha a cota da civilização, de que  
2642 políticas para combater a violência contra as mulheres sejam garantidas. Que as políticas  
2643 ambientais possam ser continuadas e não destruídas, onde se diz que na lógica daquela  
2644 compreensão de mundo de governo, o ICMBio e nem o Ibama e nem a FUNAI têm vez e  
2645 que não seria criado um centímetro de unidade de conservação. Que a agenda da  
2646 civilização permaneça. E isso é a democracia, é a defesa da soberania. E eu falo isso  
2647 porque a defesa da democracia não é algo que seja feito só pela esquerda. A defesa do  
2648 meio ambiente não é feita só pela esquerda. Isso é coisa de ser humano. Os direitos das  
2649 mulheres não é uma coisa que deve ser defendida só pela esquerda. Como pode? Eu fui  
2650 fazer uma homenagem memorial àquela jovem que teve as pernas arrancadas por um  
2651 quilômetro, sendo arrastada por um carro e eu chego para fazer a homenagem e a amiga  
2652 dela tinha sido assassinada. Gente, como é que pode? E foi assassinada porque alguém  
2653 pediu ela em namoro e ela disse que não, que não queria namorar. Certo? Então, que

2654 essa agenda permaneça. Isso é coisa de ser humano. E o respeito à soberania dos  
2655 países e das nações também agora não é mais só a gente pensar na democracia, é  
2656 pensar também na soberania. Porque do jeito que estão as coisas, quem manda no  
2657 mundo é quem tem a arsenal bélico para dizer que a tua terra rara pode ser minha, o teu  
2658 petróleo pode ser meu, sei lá o quê, tua bactéria, tua ave migratória não pode pousar no  
2659 meu território, sei lá como é isso. Então, meus amigos, muito obrigada por tudo. Entre  
2660 aquela reunião do CONAMA e essa que nós estamos fazendo aqui, em que pese muito  
2661 que temos que andar, pode ter certeza, não é, a gente caminhou e só caminhou, porque  
2662 somos todos anjos com uma só asa e só conseguimos voar quando estamos abraçados.  
2663 Muito obrigada.

2664 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2665 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ei, que pressa, acho que é a fome, não é, deu  
2666 uma fome, mas tem os informes, mas antes dos informes, a próxima reunião? Julho.  
2667 Junho. Que dia que é esquece para a gente refrescar a memória dos nossos  
2668 conselheiros? 10 de junho. Logo depois do Dia Mundial do Meio Ambiente, hein? Poxa  
2669 vida. Podia fazer no dia 6 de junho. Aproveitar as pessoas virem a Brasília, porque é  
2670 possível que a gente não tenha nada a comemorar no dia 5 de junho, não é? Muito bom,  
2671 gente. Então, os informes, por favor, quem tem informes a dar? ANAMMA sempre dando  
2672 informes e dando trabalho, impressionante. Peço desculpas que eu esqueci dos informes  
2673 e encerrei a reunião antes, vamos ouvir aqui os nossos informes aqui, por favor. Vamos  
2674 lá, por favor. Gustavo Malaco. Você foi um presente ontem, muito bonito. Queria sentar,  
2675 por favor.

2676 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
2677 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Mônica, passa aí o informe, por favor.

2678 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2679 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É um informe por escrito?

2680 **O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI – TITULAR (Associação Nacional**  
2681 **de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA)** – Não, é uma palestra que vai estar feito  
2682 a todos os estados do Brasil. O STJ emitiu uma decisão sobre a área de Restinga, 300

2683 metros. Então, todos os estados costeiros, nós estamos começando agora, acabei de  
2684 conversar com a Mauren Contaveira, para que a gente possa montar uma estratégia do  
2685 que nós estamos montando em Alagoas. O presidente da ANAMMA Alagoas, doutor  
2686 Alder Flores, juntamente com o Sistema de Meio Ambiente, Júdice Cabral, secretário, e  
2687 o Ives e o Gustavo Lopes, estão montando esta palestra sobre a regularização de  
2688 Restinga em imóveis. Isso está feito a todos os estados, que essa decisão do STJ proíbe  
2689 qualquer construção a 300 metros, mesmo com área antropizada. Então, nós vamos ter  
2690 uma discussão muito grande, porque essa decisão já está valendo, e nós estamos  
2691 pedindo para começar a voltar uma nova luta, e esse é o primeiro passo dentro disso.  
2692 Mas, antes disso, Ministra Marina, a senhora vai se desincompatibilizar. Espero que a  
2693 senhora tenha bons êxitos na sua empreitada. Nós, que estamos aqui hoje, dos  
2694 municípios, estamos muito gratos por ter participado dessa gestão ativamente com a  
2695 senhora, com essa equipe que nos deu muito e muito respeito e trabalho, com muitas  
2696 divergências, com muitas negativas, mas com esse Sistema de Meio Ambiente, do  
2697 DESISNAMA e do CONAMA, dessa equipe que a senhora montou. Um especial  
2698 agradecimento a todas as secretarias. Mas, Adalberto Maluf, você é um exemplo, e eu  
2699 estou dando aqui, na frente do ministro do Capobianco, o nosso agradecimento por sua  
2700 secretaria ser uma caixa de ressonância dos municípios. Então, a todos vocês, Ministra,  
2701 boa sorte e muito obrigado.

2702 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Vamos aos avisos, não é? Vou ser um  
2703 pouquinho mais longo, mas bem pouquinho, até porque eu também estou me despedindo  
2704 do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Claro.

2705 **A SR<sup>a</sup>. MARINA SILVA - PRESIDENTE (Ministra de Estado do Meio Ambiente**  
2706 **Mudança do Clima - MMA)** – Simbolicamente, entregar esse douto conselho aqui, a  
2707 publicação que nós fizemos dos planos de prevenção e controle de desmatamento de  
2708 todos os biomas. O André fez a apresentação, mas aqui nós temos o Pampa, o Pantanal,  
2709 a Caatinga, a Mata Atlântica, todos os biomas. São mais de 470 ações que estão aqui  
2710 planejadas, devidamente cruzadas, em parceria com estados e municípios. A gente  
2711 poder finalizar agora como mapa do caminho para o fim do desmatamento. Compromisso  
2712 que o presidente Lula assumiu na COP30, de que vamos errar desmatamento até 2030,

2713 além do mapa do caminho para o fim de combustível fóssil, que está em fase de  
2714 finalização. As diretrizes para a feitura do MAPA, cuja participação da sociedade na nossa  
2715 perspectiva será fundamental nos seus diferentes segmentos. Das comunidades  
2716 indígenas aos empresários. Dos empresários à comunidade científica e os diferentes  
2717 entes federados, para que possamos fazer o mapa do caminho para sair da dependência  
2718 do combustível fóssil. O companheiro falou que o presidente Lula foi muito corajoso  
2719 criando o Albardão. Esse também é um ato de coragem. Desmatamento zero e graças a  
2720 Deus que o MAPA já está desenhado e não só desenhado, com os resultados  
2721 alcançados. Nós já passamos do cabo da boa esperança. Muito obrigada.

2722 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADO** – Retorno aqui, Ministra. Primeiramente, a gente  
2723 agradeceu. Está nessa mesa, talvez, os dois melhores quadros desse governo na área  
2724 ambiental. Garantidamente a senhora e o nosso presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho.  
2725 A gente faz aqui esses parabéns. Hoje eu estou me despedindo como conselheiro do  
2726 CONAMA. Eu tenho um tratamento de uma doença meio severa e estarei longe do país  
2727 por vários meses e, portanto, eu me despeço aqui dos conselheiros. Mas eu não podia  
2728 aqui, nesse terceiro mandato do CONAMA e meu segundo mandato no Conselho  
2729 Nacional de Recursos Hídricos, a fazer um caminhamento. Eu vou estar entregando aqui  
2730 a Ministra Marina Silva e o presidente do Ibama alguns pedidos e algumas  
2731 recomendações importantíssimas. Uma delas diz respeito a algo que faço há muitos anos  
2732 nesse país, que é a campanha não fraca em Brasil. Infelizmente, essa desgraça da  
2733 exploração do gás de xisto retornou recentemente. Isso vai afetar duramente a agricultura  
2734 brasileira, a perda de todas as certidões fitossanitárias, a poluição hídrica de quase 12  
2735 estados brasileiros em 574 cidades, que depende de água subterrânea e, infelizmente,  
2736 Ministra, vimos recentemente, eu estava na audiência do Supremo Tribunal de Justiça,  
2737 aqui em Brasília, e vimos um secretário de Estado do Ministério de Desenvolvimento e  
2738 Integração Regional, fazendo a defesa da exploração do fracking e dizendo que o CNRH  
2739 tinha aprovado isso e, obviamente, nunca aprovou e é uma falta muito grave.  
2740 Obviamente, já fizemos as denúncias junto ao STJ, mas isso é gravíssimo porque coloca  
2741 toda a água e todo o abastecimento público de mais de 500 cidades aos representantes  
2742 da CNM, absoluto alerta em relação a isso, até porque mais de 500 municípios já  
2743 aprovaram leis municipais que restringem essa exploração e, infelizmente, houve esse

2744 espaço de outros ministérios. O MMA, obviamente, cumpriu seu papel na defesa da água  
2745 e, obviamente, da saúde ambiental disso e não poderia, infelizmente, ter que solicitar  
2746 esse último esforço de vocês que, em breve, devem sair dos seus cargos em relação às  
2747 campanhas eleitorais nos seus partidos. Por fim, eu faço aqui algumas recomendações  
2748 em relação à exploração ao nosso colega aí do CNM. Mais de 500 câmaras municipais  
2749 já aprovaram essa legislação que não concede as autógrafos de água em relação a essa  
2750 indústria que pode acabar com o abastecimento público, com a saúde das pessoas, com  
2751 a agricultura e com a irrigação. Por fim, eu faço um segundo pedido muito importante.  
2752 Até porque o fracking, Capobianco, causa câncer e eu estou me tratando dessa doença  
2753 pela quinta vez e eu sempre falo que isso é muito difícil, é muito dolorido quando nós  
2754 somos afetados por contaminação química ou contaminação tóxica que nos retira a vida.  
2755 Nesse sentido, lá no Amazonas, lá no Amazonas, um novo bloco de petróleo está por  
2756 renovar a licença em relação ao povo gavião e afetando duramente sítios arqueológicos  
2757 e duas espécies que estão em extinção nessa renovação da empresa Eneva. Eu  
2758 raramente falo o nome de empresa porque, às vezes, elas nos processam, mas,  
2759 obviamente, se isso já está na LIDE do Instituto Internacional, era que a maior ONG de  
2760 litigância climática do Brasil e da América Latina e, obviamente, jamais nos furtamos em  
2761 relação a essas questões. Mas fica aqui um alerta em relação ao povo gavião que,  
2762 infelizmente, poderá sofrer, até porque essa empresa, recentemente, requisitou o uso  
2763 dessa técnica de faturamento hidráulico também na região da Amazônia Profunda e,  
2764 obviamente, isso pode significar algo terrível, que é a contaminação do segundo aquífero  
2765 mais importante do país, até porque lá no Paraná, para quem não sabe, o Estado do  
2766 Paraná e Santa Catarina proibiu a técnica de fracking, conjuntamente a todas as  
2767 cooperativas agrícolas, a todos os portadores, e, obviamente, isso afetaria, obviamente,  
2768 a economia e, por um único momento, um breve momento, nós tivemos ambientalistas e  
2769 o setor agrícola unidos em relação a isso, mas eu faço aqui o alerta em relação ao final  
2770 dos seus mandatos, no sentido de que tenhamos, sim, uma moratória, porque, do  
2771 contrário, aquilo que vemos na Argentina, é o quanto mais a quantidade de trabalhadores  
2772 com câncer e a quantidade de mulheres que acabam abortando, haja visto a  
2773 contaminação desses produtos químicos, que eu vou dizer uma coisa para todos vocês,  
2774 se a gente pegar um copo de agrotóxico e um copo de flowback da exploração do

2775 fracking, ele é só quase oitocentas vezes mais perigoso e danoso à saúde humana,  
2776 portanto, a gente não pode brincar com isso, seja em áreas agrícolas, seja no  
2777 abastecimento público, porque isso geraria também a falência de muitas empresas de  
2778 distribuição, porque a água ficaria impraticável para o nosso consumo. Eu faço aqui,  
2779 então, votos àqueles que vão se candidatar para que tenham êxito, porque temos uma  
2780 bancada verde, independente dos seus partidos, e, obviamente, aos conselheiros, os  
2781 bons trabalhos, sempre com ética, e à bancada ambientalista, e às outras bancadas, o  
2782 nosso agradecimento sempre no processo democrático e de trabalho lúcido de cada um  
2783 de vocês. Muito obrigado.

2784 **O SR. ROGÉRIO ROSSI HOROCHOVSKI – SUPLENTE (Associação de Preservação**  
2785 **do Meio Ambiente – APREMAVI)** – Olá, muito boa tarde a todos. Rogério Rossi  
2786 Horochovski, pela APREMAVI. Agradecer a oportunidade, a honra e a alegria que é poder  
2787 cumprimentar, nesta sessão, a presidenta do CONOMA, Marina Silva, em nome da  
2788 bancada da Sociedade Civil, agradecer o brilhante trabalho, na liderança, nessa  
2789 retomada indispensável que houve dos trabalhos deste Conselho. Eu venho aqui,  
2790 incumbido pela entidade que represento, a Associação de Preservação do Meio  
2791 Ambiente e da Vida, para o seminário Santa e Frágil Catarina, que debaterá os impactos  
2792 e as soluções para a crise climática no Estado. O evento será no dia 20 de março de  
2793 2026, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com transmissão ao vivo  
2794 pelo Youtube. Portanto, é possível participar de forma remota. O evento é uma iniciativa  
2795 da APREMAVI, com o apoio do Governo do Estado de Santa Catarina, e o apoio  
2796 institucional, também, da Rede ONG da Mata Atlântica, do CRB, ou da Região 9, e do  
2797 Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Social, Núcleo Sul. As inscrições para participar  
2798 são até o dia 19 de março, logo agora, alguns dias, e, junto às inscrições, vocês podem  
2799 acessar informações completas sobre o evento. Agradeço a oportunidade mais uma vez,  
2800 agradeço a liderança da Ministra Marina Silva, e dos demais integrantes da equipe do  
2801 Ministério.

2802 **O SR. JOÃO PAULO CAPOBIANCO (Secretário-Executivo do Ministério do Meio**  
2803 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom, agora sim, muito obrigado a todos,  
2804 bom final de dia, e até a próxima reunião do CONAMA. Ah, o Garo pediu para reforçar,

2805 grande evento, grande evento, às 15h30, no Museu da República, evento imperdível,  
2806 quem não for, se arrependerá. Certo, Garo?

2807 **A SR<sup>a</sup>. MARCELA OLIVEIRA SCOTTI DE MORAES (Diretora do Conselho Nacional**  
2808 **do Meio Ambiente - CONAMA)** – Eu gostaria, também, de falar que a gente está aqui  
2809 com o guia para a destinação de recursos da Compensação Ambiental Federal para  
2810 estados e municípios. Então, em especial, para os estados que quiserem retirar, a gente  
2811 tem algumas cópias impressas para vocês. Municípios também, claro.